

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO
MEIO AMBIENTE

IVAN RONALDO DE ALMEIDA PESSANHA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: ENSINO POR MEIO DE
COOPERATIVAS**

**VOLTA REDONDA
2015**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO MEIO
AMBIENTE**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: ENSINO POR MEIO DE
COOPERATIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Profissional em Ensino em
Ciências da Saúde e do Meio Ambiente
do UniFOA como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Mestre.

Aluno:

Ivan Ronaldo de Almeida Pessanha

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Denise C. G. de Andrade
Rodrigues

Co-Orientador:

Prof. Dr. Marcelo Paraíso Alves

VOLTA REDONDA

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

P475e Pessanha, Ivan Ronaldo de Almeida.
Educação ambiental crítica: ensino por meio de cooperativas. /
Ivan Ronaldo de Almeida Pessanha. - Volta Redonda: UniFOA, 2015.
125 p. : Il

Orientador(a): Denise Celeste Godoy de Andrade Rodrigues; Marcelo Paraiso Alves

Dissertação (Mestrado) - UniFOA / Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente, 2015.

1. Educação ambiental – dissertação. 2. Cooperativa. 3. EJA. I. Rodrigues, Denise Celeste Godoy de Andrade. II. Alves, Marcelo Paraiso. III. Centro Universitário de Volta Redonda. IV. Título.

CDD – 363.7

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluno: Ivan Ronaldo de Almeida Pessanha

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: ENSINO POR MEIO DE
COOPERATIVAS**

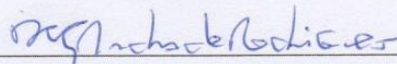
Orientadores:

Profa. Dra. Denise Celeste Godoy de Andrade Rodrigues

e

Prof. Dr. Marcelo Paraiso Alves

Banca Examinadora



Profa. Dra. Denise Celeste Godoy de Andrade Rodrigues



Prof. Dr. Alexandre Maia do Bonfim



Profa. Dra. Rosana Aparecida Ravaglia Soares

A Deus, por tornar-me mais humilde nos momentos de euforia e por me mostrar que toda jornada árdua fica menos penosa quando somos determinados e não abandonamos a fé.

Embora ninguém possa voltar atrás e
fazer um novo começo, qualquer um pode
começar agora e fazer um novo fim.

Chico Xavier

As mãos que ajudam são mais sagradas
do que os lábios que rezam.

Madre Tereza de Calcutá

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo encorajamento e compreensão nos momentos mais difíceis desta jornada.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Denise C. G. de Andrade Rodrigues, por suas valiosas informações, profissionalismo e determinação.

Ao meu co-orientador, Prof. Dr. Marcelo Paraíso Alves, por seu comprometimento e profissionalismo.

À minha amiga, Prof.^a Ma. Shirlane Ferro de Oliveira, por suas valiosas orientações ortográficas.

RESUMO

A educação ambiental é considerada um tema multidisciplinar, especialmente a sua vertente crítica, a qual contribui para que o indivíduo exerça sua cidadania, uma vez que os diversos campos do saber estimulam o aluno à ação consciente dos seus direitos e deveres, algo fundamental para o convívio coletivo. Assim, este trabalho envolve educação e meio ambiente, com destaque para a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), numa escola municipal de Angra dos Reis, correlacionando-a com a educação ambiental crítica, a sustentabilidade ambiental e o chamado trabalho alternativo. Nessa perspectiva, buscamos uma estratégia que incentive a formação de uma cooperativa de trabalho, a qual além de promover o bem-estar econômico, possa também contribuir para a promoção socioambiental dos agentes envolvidos. Com a intenção de investigar a concepção dos alunos sobre educação ambiental e subsequente elaboração de um manual, o qual contribua para a formalização de uma cooperativa de trabalho, foi feita uma investigação do tipo qualitativa mediante aplicação de questionários estruturados. A pesquisa envolveu setenta alunos da Escola Municipal Coronel João Pedro de Almeida. Os resultados mostram que um manual pode ser utilizado como ferramenta importante para orientar, facilitar e abreviar o caminho para aqueles que venham se interessar pela criação de uma modalidade de trabalho alternativo. A ideia é incentivar a criação de uma cooperativa de trabalho que se utilize de atividades artesanais as quais possam ser consorciadas com a vocação turística regional. Dessa forma, como o município de Angra dos Reis apresenta uma sazonalidade de oferta de empregos, dependendo muito do verão para sua dinâmica socioeconômica, acreditamos que essa ferramenta possa contribuir para a promoção econômica e socioambiental dos envolvidos.

Palavras-chave: Educação ambiental crítica; EJA; cooperativa de trabalho

ABSTRACT

Environmental education is considered a multidisciplinary subject, especially its critical stance, which helps the individual to exercise his citizenship, since the various fields of knowledge stimulate the student to action conscious of their rights and duties, something fundamental to the collective living. Thus, this work involves education and the environment, especially the youth and adult education mode (EJA), a municipal school in Angra dos Reis, correlating it with the critical environmental education, environmental sustainability and the so-called alternative work. In this perspective, we seek a strategy that motivates the formation of a cooperative work, which in addition to promoting the economic well-being, can also contribute to the promotion of social and environmental stakeholders. In order to investigate the design of the students on environmental education and subsequent preparation of a manual, which contribute to the formalization of a cooperative work, there was an investigation of qualitative type through structured questionnaires. The research involved seventy students of the School Coronel João Pedro de Almeida. The results show that a manual can be used as an important tool to guide, facilitate and accelerate the path to those who may be interested in creating an alternative work arrangement. The idea is to encourage the creation of a work cooperative that uses craft activities which can be intercropped with the regional tourist destination. Thus, as the city of Angra dos Reis presents an offer of seasonal jobs, depending on much of the summer to their socio-economic dynamics, we believe that this tool can contribute to economic and environmental promotion of those involved.

Keywords: Critical Environmental Education; EJA; cooperative work

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
1. INTRODUÇÃO.....	15
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
2.1 Materialismo Histórico-Dialético.....	19
2.2 Educação Ambiental.....	25
2.2.1 Educação e Política.....	34
2.2.2 Desenvolvimento Sustentável.....	38
2.3 Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	46
2.4 Cooperativas de Trabalho.....	57
2.4.1 As dificuldades para a manutenção do emprego formal.....	59
2.4.2 O conceito de cooperativa de trabalho.....	61
2.4.3 As bases jurídicas para a criação de uma cooperativa de trabalho e seus desdobramentos.....	63
2.4.4 A estrutura organizacional de uma cooperativa de trabalho.....	66
2.4.5 A importância das cooperativas de trabalho enquanto atividades econômicas.....	68
2.4.6 Órgãos competentes para a criação e legalização de uma cooperativa de trabalho.....	77
3. CAMINHO METODOLÓGICO.....	79
3.1 Participantes da pesquisa.....	79
3.2 Procedimentos e instrumentos da pesquisa.....	80
3.3 Primeira etapa da pesquisa (1º questionário).....	81
3.4 Segunda etapa da pesquisa (2º e 3º questionários).....	82
3.5 Elaboração do produto.....	83
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	85
4.1 Primeira etapa da pesquisa.....	85
4.2 Segunda etapa da pesquisa.....	90
4.2.1 Segundo questionário.....	90
4.2.2 Terceiro questionário.....	93
4.3 Apresentação do produto.....	96
4.4 Avaliação do produto.....	98
4.5 Possibilidades de aplicação do produto.....	99

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103
APÊNDICE A: 1º questionário.....	113
APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	115
APÊNDICE C: 2º questionário.....	117
APÊNDICE D: 3º questionário.....	118
APÊNDICE E: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	119
APÊNDICE F: Roteiro da Palestra.....	121
ANEXO 1: Aprovação do Comitê de Ética (Primeira Etapa).....	122
ANEXO 2: Aprovação do Comitê de Ética (Segunda Etapa).....	124

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Estrutura organizacional de uma cooperativa de trabalho.....	66
Figura 2:	Censo das cooperativas brasileiras em 2007 com a consideração dos ramos e a frequência acumulada.....	69
Figura 3:	Evolução do número de cooperativas no Brasil, entre os anos de 2000 e 2007.....	70
Figura 4:	Número de associados das cooperativas brasileiras em 2007 com a consideração dos ramos e frequência acumulada.....	71
Figura 5:	Evolução do número de associados das cooperativas no Brasil, entre os anos de 2000 e 2007.....	72
Figura 6:	Evolução do número de empregados diretos das cooperativas no Brasil, entre os anos de 2000 e 2007.....	73
Figura 7:	Evolução das exportações diretas das cooperativas brasileiras com a consideração das cotações do dólar comercial à venda.....	74
Figura 8:	Direcionamento das exportações das cooperativas brasileiras em 2007.....	75
Figura 9:	Evolução das taxas de crescimento das exportações das cooperativas e da média geral brasileira.....	76
Figura 10:	Capa do manual.....	97
Figura 11:	Sumário do Manual.....	98

LISTA DE SIGLAS

CoEPS – Comitê de Ética em Pesquisa

EJA – Educação de Jovens e Adultos

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MOVA-SP – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

SECTEL – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação do Município de Angra dos Reis

FMI – Fundo Monetário Internacional

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

G7 – Grupo dos Sete Países mais Ricos do Mundo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SEA – Serviço de Educação de Adultos

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – 1º questionário.....	113
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	115
Apêndice C – 2º questionário.....	117
Apêndice D – 3º questionário.....	118
Apêndice E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	119
Apêndice F – Roteiro da Palestra.....	121

APRESENTAÇÃO

Sou professor e residente no Município de Angra dos Reis - RJ há vinte e três anos. Leciono a disciplina de Geografia em três instituições de ensino: na rede municipal local, em um colégio particular e no Colégio Naval. Sempre tive uma atenção especial com relação ao patrimônio natural dessa região, não só por sua incrível beleza, mas por possuir um mosaico de biomas ainda preservados. Nesse tocante, destaco a Mata Atlântica e os Manguezais, além dos recursos hídricos que os permeiam.

Localizado entre a Serra do Mar e o litoral, o município de Angra dos Reis vem presenciando um crescimento demográfico acelerado nos últimos anos. Essa realidade vem afetando os biomas locais, pois, para muitos, o desmatamento passou a ser encarado como condição natural para a ocupação humana. Na condição de professor de uma disciplina que se utiliza de dados naturais, sociais, econômicos e políticos para compreender a relação entre o ser humano e o meio que o cerca, vi-me na obrigação de realizar um trabalho que pudesse contribuir para melhor equacionar essa realidade.

À medida que fui crescendo em minha cidade natal, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, percebi que, literalmente, meu lugar não era em uma metrópole, mas sim em Angra dos Reis. Desde minha infância, sempre que podíamos, eu e minha família passávamos férias nessa região, pois meus tios maternos já residiam na localidade. Meus círculos de amizade foram se estreitando nessa cidade do sul fluminense e, em 1992, logo após me graduar na Universidade Federal Fluminense, fixei residência efetiva nesse município.

Há mais ou menos treze anos leciono na modalidade EJA, grupo de alunos que, pelos mais variados motivos, ficaram afastados dos bancos escolares. A minha identificação com esse grupo de discentes advém do fato de serem pessoas que querem recuperar suas temporalidades escolares, principalmente para melhorarem sua condição socioeconômica. Assim sendo, tentei juntar o útil ao agradável, uma vez que meio ambiente, educação e trabalho poderiam ser conjugados para se almejar tanto a promoção socioeconômica quanto ambiental desses munícipes.

Conclui que falar em conservação ambiental, preservação ambiental e sustentabilidade ambiental para o ser humano, só passa a ter sentido quando se traduz em bem-estar socioeconômico. Dessa forma, percebi que somente interferindo na formação dessas pessoas é que os transformaria em indivíduos com o sentimento de pertencimento ao local em que residem. Essa transformação acabaria por levá-los a se solidarizarem com a questão ambiental, se sua conservação se traduzisse em dividendos.

Acredito que através da educação seja possível orientar esses alunos, especialmente no sentido de apontar caminhos alternativos de trabalho, no caso, a criação de uma cooperativa de trabalho. Essa modalidade trabalhista visa, essencialmente, à busca pela justiça social, sendo o lucro uma consequência da organização dos seus integrantes. Assim, penso ser a educação um poderoso instrumento capaz de aguçar a percepção, a organização social e o respeito ao meio ambiente, fatores que propiciariam um novo relacionamento socioambiental e econômico entre os agentes envolvidos.

1. INTRODUÇÃO

O ser humano se apropria da natureza por meio do seu trabalho, que é fruto de sua evolução histórica e social. Alguns teóricos denominam essa relação de materialismo histórico, o qual tem na dialética o princípio da discussão, interpretação e compreensão do espaço que o cerca. Nesse sentido, entender como a sociedade se organiza e constrói essa forma de apropriação é fundamental, e o processo educativo exerce papel de grande relevância. Toda educação carrega consigo o contexto ambiental, pois o ato de ensinar relaciona-se com os aspectos físicos, sociais, econômicos e políticos, os quais permeiam o cotidiano do ser humano e, como tal, acabam influenciando direta ou indiretamente o meio ambiente.

A apropriação do saber historicamente acumulado como princípio educativo do pensamento, na visão de Saviani (2005), diz que o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente, pelo conjunto dos homens. Assim, percebemos a valorização dos saberes culturais como proposta pedagógica comprometida com a instrumentalização dos sujeitos para a prática social, entendida como transformadora.

A pedagogia crítica para a educação ambiental articula a concepção de educação como processo de formação de um ser humano crítico, com uma concepção de ambiente pautado nos aspectos sociais, históricos e políticos. Nesse sentido, Leff (2001) afirma que o ambiente não é apenas o meio que circunda as espécies e as populações biológicas, mas uma categoria sociológica. A partir dessa realidade, percebe-se que a pedagogia crítica da educação ambiental possui um viés de comprometimento com indivíduos ambientalmente responsáveis. Sendo esse compromisso de ordem social, político e histórico, acaba por vislumbrar uma sociedade mais justa e sustentável, já que o respeito pelo coletivo passa a preponderar sobre o individualismo.

Na visão da pedagogia crítica, a educação busca contribuir para a compreensão da realidade e para a transformação, simultânea, da sociedade e da educação, no processo de formação humana (MÉSZÁROS, 2005). Portanto, a adoção de um processo educacional pautado numa metodologia crítica é condição

fundamental para que tenhamos uma sociedade mais justa e consciente (LOUREIRO et al., 2009). Isso contribuiria de forma contundente para que o ser humano se apropriasse dos bens naturais de forma mais racional e menos predatória, passando assim a respeitar os próprios limites da natureza, a qual teria um lastro maior de tempo para a sua recomposição, além de fomentar esses ideais para as gerações futuras.

A sociedade atual, orientada por um conjunto de normas e valores criados por uma minoria, acabou desenvolvendo um modelo de vida que por muito tempo foi visto como padrão a ser seguido. Segundo Harvey (2011), esse modelo sempre se pautou na busca incessante da acumulação de bens e capitais, o que acabou transformando radicalmente a natureza. No entanto, à medida que a troca de informações cresce, fruto dos avanços nas áreas de transporte, comunicação e informatização, o intercâmbio de saberes entre os povos se torna inevitável e, por extensão, perguntas e respostas surgem junto aos mais variados temas concernentes ao modelo societário global.

O sistema econômico atual, calcado num capitalismo que tem a necessidade de construir e reconstruir, quase que cotidianamente, o seu modelo produtivo para acumular mais riquezas, acaba por influenciar diretamente a organização socioeconômica e, por lógica, a forma como o ser humano se relaciona com a natureza na busca por recursos. Assim, como apontado por Harvey (2011), nos últimos três séculos, a taxa de propagação e destruição criativa sobre a terra tem aumentado enormemente. Isso significa que o capitalismo está cada vez mais ágil em criar novos produtos para substituírem outros que ainda se encontram em pleno estado de uso. Deste modo, esse modelo produtivo e consumista vem exigindo da Terra muito mais do que ela pode oferecer.

A necessidade que o ser humano possui de buscar mecanismos que possam contribuir para uma convivência mais harmoniosa com a natureza é emergencial. No entanto, não podemos mais colocar em prática medidas paliativas, as quais não levem em consideração as relações sociais, políticas e econômicas relativas ao modelo de sociedade vigente. Por isso, definir uma prática educativa, transformadora e crítica ou emancipatória é condição ímpar para essa realidade, pois, como citado por Loureiro (2006), essa prática se pauta na busca da realização

de autonomia e liberdades humanas em sociedade, redefinindo o modo como nos relacionamos com a nossa espécie, com as demais e com o planeta.

Nesse sentido, o caminho pela sustentabilidade ambiental parece ficar abreviado, pois somente a partir de transformações comportamentais, necessárias às mudanças efetivas do ser humano para com a natureza, é que o nosso modelo societário se dará conta da importância do ser humano como protagonista nesse processo. A educação possui papel destacado junto a essa realidade, pois contribui decisivamente na formação do homem, tanto no seu entendimento de mundo como de força de trabalho. E como o contexto envolvendo sustentabilidade é muito amplo, abrangendo múltiplos saberes, a educação tem a oportunidade de chamar para si o desencadeamento desse processo. Como dito por Loureiro (2012), no âmbito do debate sobre sustentabilidade, necessidades são vistas tanto no sentido material quanto simbólico, portanto, econômico e cultural.

A busca por atividades de trabalho que tenham uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente, a partir de alternativas de produção e consumo, contribuiria para a sustentabilidade ambiental. Costa & Teodósio (2011) afirmam que o objetivo do consumo sustentável seria garantir que as necessidades da sociedade fossem atingidas, evitando o consumo perdulário e contribuindo para a proteção do meio ambiente. Dessa forma, as cooperativas de trabalho seriam uma alternativa importante para a promoção socioeconômica e ambiental do espaço societário, contribuindo para um mundo mais justo e menos desigual, fato que proporcionaria um ambiente mais favorável à sobrevivência de todos.

Portanto, compreender o método materialista histórico-dialético, associado à prática de uma educação ambiental, crítica, seria um caminho eficaz para se buscar a tão sonhada sustentabilidade ambiental (LOUREIRO, 2014). O método em questão entende a relação do homem com o meio que o cerca a partir de sua formação histórica, o que acaba por reforçar o papel da educação nesse processo. A escola, ao fomentar a troca de informações, acaba por estimular as contestações sociais, políticas e econômicas, tão importantes na formação de uma sociedade que é plural em seus anseios, mas que também deve ser singular nos objetivos que levem a um mundo melhor, mais justo e solidário para todos. Segundo Mézáros (2007) *apud* Trein (2012), o papel da educação é soberano para a elaboração de

estratégias apropriadas para mudar as condições objetivas de reprodução e automudança consciente.

A sustentabilidade ambiental parece-nos inconcebível em um mundo onde a formação e o conceito de felicidade são norteados pelo individualismo, o consumo exacerbado e a concentração financeira crescente. Pautada num mercado de trabalho em que o trabalhador se aliena gradativamente do seu papel social, faz-se necessário estimular a prática de outras modalidades de trabalho que contribuam para reverter essa situação. Estimular a criação de uma cooperativa de trabalho junto aos alunos de uma escola pública, numa região de grande beleza natural e elevado desemprego, certamente oportunizaria alternativas de empregos mais compatíveis com as necessidades ambientais impetradas pela emergência atual. Conscientes de que esta iniciativa possui uma ação local, entendemos que pequenas mudanças podem fazer grandes diferenças, sendo que, para isso, temos que tomar a iniciativa e dar um exemplo de como fazê-lo (FREIRE, 1986).

O objetivo geral deste trabalho é estimular a percepção dos discentes, oriundos da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Município de Angra dos Reis-RJ, sobre a importância da conservação ambiental como forma de promoção socioeconômica. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- A) Identificar, por intermédio de questionário aplicado aos alunos, a percepção acerca de meio ambiente e cooperativas de trabalho;
- B) Relacionar educação e trabalho com o intuito de se criar um novo relacionamento com o meio ambiente;
- C) Elaborar um manual contendo orientações que estimulem a criação de uma cooperativa de trabalho junto aos alunos da modalidade EJA.

O Município de Angra dos Reis vem presenciando uma relação interessante nos últimos anos: crescimento demográfico paralelo ao desemprego. Nesse sentido, em função de sua beleza natural ímpar, com diversos biomas preservados e, portanto, com grande potencial socioeconômico e ambiental, acreditamos ser justificável a implementação do presente trabalho.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Materialismo Histórico-Dialético

O materialismo histórico-dialético criado por Karl Marx, alemão, filósofo, economista, jornalista e militante político que viveu no século XIX, enquanto conjunto de ideias, teses e conclusões, contribuiu como ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho. Vários autores que comungam com essa linha de pensamento, como Loureiro, Layrargues, Lima, Leff, Jacob, entre outros, enxergam nela possíveis caminhos que contribuam com a discussão ambiental atual.

Segundo Marx (1993), a marca distintiva entre os seres humanos e os demais seres vivos é dada pelo trabalho. O ser humano satisfaz suas necessidades materiais e espirituais através de uma atividade intencional, ou seja, a intenção e a finalidade antecedem a realização de uma atividade. Dessa forma, percebemos que o trabalho transcende a necessidade básica do ser humano em adquirir bens às suas necessidades orgânicas, ou seja, possui também uma função social, pois é através dele que as relações entre as pessoas se fortalecem e essas com o meio circundante, isso de forma conscientemente premeditada. Segundo Marx (1985) *apud* Silva (2009, p. 2):

No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade.

Esse autor ainda afirma ser o trabalho fruto da formação histórica dos seres humanos, portanto, analisar como o homem se relaciona e cria suas interpretações de mundo é fundamental para se entender como o indivíduo vai se apropriar dos bens naturais disponíveis. Como apontado por Trein (2012, p. 306):

Assim, o trabalho como atividade humana transformadora se exerce sobre a matéria e usa instrumentos para executar essa transformação. Resulta dessa ação a produção de um bem que tem um valor de uso social. Por isso o trabalho tem o potencial de, agindo no mundo da necessidade, nos leva ao mundo da liberdade, onde podemos exercitar nossas capacidades para além da produção de bens necessários apenas à nossa sobrevivência física, para satisfazer outras necessidades próprias da sociedade humana como a arte e a cultura em geral.

O contexto ambiental atual faz parte de uma série de interações de cunho natural, econômico, político e social. Portanto, entender como o ser humano coloca em prática todos esses fatores, de forma crítica, através de sua formação histórica, em que a cidadania plena é fator imprescindível, torna-se uma via alternativa e necessária para a compreensão sobre o meio que o cerca e, conseqüentemente, a busca por entendimentos e soluções sobre os problemas gerados nesse meio. Nesse sentido, o materialismo histórico-dialético vem de encontro a essa realidade.

Apesar de suas ideias terem florescido no século XIX, ainda hoje se encontram atuais, pois o sistema capitalista, em muito questionado por Marx e por seus métodos de exploração, tanto do meio ambiente quanto do trabalhador, vem mantendo desde aquela época suas práticas perversas. Assim sendo, não é de estranhar que suas ideias venham sendo resgatadas, reacendendo, assim, novas perspectivas de entendimento sobre a relação homem-natureza. Nesse particular, alerta-nos Loureiro (2014, p. 57-58):

Já ouvi educadores ambientais argumentarem que não utilizam o materialismo histórico-dialético porque este *modo de pensar e fazer*, bem como a tradição marxista como um todo, não contempla a questão ambiental. [...]

Caso houvesse incompatibilidade epistemológica entre a dialética materialista histórica e a ecologia, como explicar que dois dos maiores ecólogos do século XX, Vavilov e Vernadsky, tenham se pautado em tal método para suas formulações, sendo o segundo, inclusive, citado por Lynn Margulis como a primeira pessoa na história a pensar as implicações concretas das interdependências da natureza? Ou ainda, como justificar a importância do materialismo dialético, na obra de nomes de influentes cientistas naturais como Stephen J. Gould (paleontólogo, historiador natural), R. Levins (ecólogo), R. Lewontin (geneticista)?

O homem e a natureza são vistos por Marx como uma *massa orgânica* única, portanto, em relação metabólica constante. As relações de trabalho desempenham papel fundamental nesse processo, uma vez que a apropriação dos recursos naturais está condicionada a essas relações. Como observado por Mészáros (2013) apud Loureiro (2014, p. 59):

Marx, em resumo, trouxe elementos para a constituição de um método capaz de analisar o movimento de vir a ser natureza, mais precisamente uma dialética social na natureza, movimento este objetivado por meio da práxis (com destaque ontológico à práxis produtiva – o trabalho, enquanto mediação metabólica da relação sociedade-natureza), num processo de estar no mundo, de agir no mundo, de ser o/no mundo, transformando-se e transformando-o.

A dialética, podendo ser entendida como arte do diálogo, trabalha com a contrariedade do pensamento (LOUREIRO & VIÉGAS, 2012). As partes constituintes desse diálogo, ao travarem discussões, acabam contribuindo para que vários caminhos surjam enquanto possibilidades de respostas, tornando mais democrática a solução de diversos problemas, que envolvem a apropriação do meio ambiente pelo ser humano e suas implicações. Nesse sentido, vários autores, em suas compreensões que envolvem a complexidade da formação humana e suas ações sobre o meio natural e que se alinham ao pensamento materialista histórico, acreditam que o conhecimento mais amplo é fruto de um diálogo franco e contínuo, dinâmico e não reducionista, embebido numa dinâmica política constante, ao contrário do que alguns defendem (LOUREIRO, 2011).

Na tentativa de encontrar um caminho que o respaldasse sobre o conhecimento para a interpretação do momento histórico e social que o desafiava em sua época, Karl Marx aglutinou à dialética de até então, muito voltada ao campo filosófico, um caráter materialista e histórico. Isso se tornou importante em um momento em que a Europa passava pelo fortalecimento da chamada Revolução Industrial, aonde a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho chegava a patamares como nunca vistos. Nesse processo, em função do ritmo exploratório e da pauperização humana, o trabalhador, além de perder a capacidade de entendimento sobre as relações de forças envolvendo o seu trabalho, passou também a vivenciar um distanciamento de si mesmo em relação à natureza, percebendo-se então apenas como uma mera peça de uma engrenagem desconhecida e facilmente descartável.

Segundo Marx (1985) *apud* Foladori (1999), uma vez alcançado certo nível de desenvolvimento, a apropriação privada da natureza se manifesta como supérflua e nociva. Nesse sentido, o trabalhador tenderia a se tornar apenas uma peça ou parte dessa grande engrenagem, o qual seria substituído na medida em que já não pudesse oferecer lucro, sendo, por isso, simplesmente descartado do sistema produtivo.

O caráter materialista marxista diz respeito à organização e a intencionalidade da sociedade para a produção e a reprodução de sua sobrevivência, especialmente através das relações de trabalho. Como dito por Trein (2012), os homens satisfazem

as suas necessidades através de uma atividade intencional, ou seja, a intenção precede sua realização. Já o caráter histórico busca compreender como essa sociedade se organiza através de sua formação em seu percurso histórico, ou seja, procura desvendar para interpretar a realidade, as formas históricas das relações sociais estabelecidas pela humanidade. Essas moldam a forma como o ser humano executa suas atividades produtivas, as quais são postas em prática junto ao meio que o cerca. Nesse sentido nos alerta Pires (1997, p. 85):

Para o pensamento marxista, importa descobrir as leis dos fenômenos de cuja investigação se ocupa; o que importa é captar, detalhadamente, as articulações dos problemas em estudo, analisar as evoluções, rastrear as conexões sobre os fenômenos que os envolvem.

Em outras palavras, o ser humano se apropria da natureza em função do seu trabalho e esse é fruto de sua formação histórica. Essa formação resulta de uma conjuntura social, econômica e política, a qual o molda em suas ações e sua relação com o meio que o circunda. Dessa forma, seria imprescindível nos ater a um processo educacional revigorante, o qual seja o pivô para uma nova forma de construção ética do ser humano, em que a verdadeira cidadania seja uma busca constante pautada na força *do e pelo* coletivo, exatamente para não se ficar refém de um sistema onde o lucro fácil de uma minoria consiga desestruturar o bem-estar da maioria.

A evolução tecnocientífica forneceu ao ser humano a capacidade de transformar a natureza em inúmeras possibilidades de sobrevivência, ampliando relativamente o seu tempo para outras atividades, ao mesmo tempo em que se passa a perceber cada vez menos natureza e cada vez mais cultura. Nesse particular, Marx (2010) apud Trein (2012, p. 306) diz:

A natureza é o corpo inorgânico do homem. O homem vive da natureza, ou também, a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza.

A práxis marxista, concebida como ações intencionadas e intersubjetivas que mostram o homem como ser auto produtivo, social e criativo, é fundamental para se entender a sua relação com o meio ambiente. Nesse contexto, como dito por Harvey (2011), a questão é como entender o desdobramento dialético da relação social com

a natureza que está ela mesma em evolução perpétua. Portanto, ao falar em desenvolvimento sustentável, conservação, preservação ambiental etc., de forma mais ampla e objetiva, torna-se necessário analisar política, educação e modelo societário, pois o homem, protagonista nessa dinâmica, é fruto de toda essa relação. Caso contrário, continuaremos reproduzindo velhos paradigmas nos quais a lógica reside em se combater as consequências, deixando-se de lado as reais causas.

Assim sendo, reforçamos a necessidade de se entender o ser humano enquanto sociedade, coletivo, conhecedor, cidadão e participante junto às ações que primam por uma apropriação mais justa e racional do meio que o cerca. Nesse particular, afirma Loureiro (2012, p. 17):

É pela práxis que a espécie se torna gênero humano, assim, junto com suas objetivações primárias de ação metabólica transformadora da natureza (trabalho), o ser social se realiza nas objetivações (materiais e simbólicas) da ciência, da arte, da filosofia, da religião etc. A práxis compreende a decisão teórica tanto quanto a decisão da ação – a atividade com projeto, política com exploração do possível e projeção do futuro. Na dialética marxista, práxis (momento ético-político e comunicativo-dialógico) e trabalho (produção) são indissociáveis, sendo mesmo o segundo um momento (determinante) do primeiro.

Karl Marx, na busca de um caminho que legitimasse o conhecimento para a interpretação da realidade histórica e social que o desafiava, foi além de outros teóricos de até então no tocante dialético, pois incorporou aos seus pensamentos bases de caráter materialista e histórico. Para esse teórico, a dialética até então ficava mais em um plano do espírito, das ideias, enquanto o mundo real, criado e dinamizado pelos homens, exigia sua materialização, no qual o trabalho exerce papel ímpar e sofre forte influência da educação. Nesse contexto, a educação ambiental também deve ser analisada de modo mais prático, como forma de interpretação da realidade, visão de mundo e práxis. Pires (1997) diz que o método, compreendido como instrumento filosófico, social e científico de análise, tem na dialética de Marx seu instrumento lógico de interpretação.

Através de uma pedagogia crítica, que contribua para o entendimento da formação histórica das relações sociais estabelecidas pela humanidade, acredita-se que a realidade ambiental se tornará tanto mais clara quanto prazerosa na busca por perguntas e respostas. Isso contribuirá para que o aluno e cidadão materialize sua

percepção como agente transformador em seu espaço social. Nesse sentido, informa-nos Loureiro et al.(2009, p. 92):

Assim, com as reflexões aqui empreendidas, partimos do pressuposto de que a tradição dialética histórico-crítica, inaugurada por Marx, é instrumento teórico-metodológico para educadores e educadoras que buscam alternativas ecologicamente viáveis e socialmente justas, por meio de uma práxis educativa exercida com vistas à superação dos dualismos entre cultura, natureza e capitalismo.

Longe de o presente trabalho vislumbrar a defesa do socialismo enquanto sistema político, especialmente o dito socialismo real, aquele que foi posto efetivamente em prática e, em muito, distante daquilo preconizado por seus grandes teóricos, a intenção aqui é mostrar um método alternativo de investigação em que, conjugado com uma vertente educacional singular, possa contribuir para uma nova forma de relação socioambiental.

O determinismo geográfico, em que o ser humano seria um reflexo natural das imposições do meio ambiente e determinaria o ritmo e o modo de vida societário, foi visto por Marx como algo determinado pelas relações que o ser humano trava com o seu meio natural através do trabalho e esse fruto de sua historicização.

A educação se utiliza do diálogo como condição básica para a materialização da relação ensino-aprendizagem e a sua vertente ambiental possibilita novos caminhos para essa prática. Como observado por Jacobi (2003, p. 191):

Refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e compromissado com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica e compromissado com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber. Mas também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalecentes, implicando mudança na forma de pensar e transformação no conhecimento e nas práticas educativas.

Mediante o exposto, acreditamos que a educação possua papel ímpar para a existência de um novo despertar ecológico. O respeito mútuo na relação ensino-aprendizagem, com discussões solidárias e respeitosas, mostrando ao aluno que ele faz parte de um contexto social que deve zelar pelo bem-estar coletivo, certamente trará resultados positivos no âmbito ambiental e socioeconômico. Essa

realidade se torna tão mais importante quando nos atemos aos alunos participantes de modalidades de ensino que são vistas por muitos como excluídas e, como tal, acabam sendo alijados de uma participação mais contundente sobre os anseios societários.

2.2 Educação Ambiental

Segundo Boff (2004), no final da década de 1960, o britânico James Lovelock juntamente com a bióloga Lynn Margulis, criaram a chamada Teoria de Gaia. Segundo essa teoria, a Terra seria um grande organismo vivo, com a capacidade de se autorregular, buscando sempre o seu equilíbrio. Gadotti (2005) diz que essa teoria, que concebe a Terra como um superorganismo complexo, vivo e em evolução, encontra respaldo na sua história bilionária. Ainda que essa hipótese cause muita discussão, partindo da premissa de que todo organismo vivo procura eliminar qualquer corpo maléfico que por ventura ameace seu equilíbrio, urge que o ser humano reveja suas ações agressivas à Terra.

Como apontado por Dallazen & Santos (2007), a consciência do “preservar” começa a fazer parte da vida cotidiana do cidadão. Dessa forma, a educação ambiental passa a ser fundamental à sobrevivência humana e a sua prática deve ser uma ação conjunta. Do contrário, o rascunho que a humanidade vem desenhando poderá se transformar em arte final. Sendo verdade que o ser humano é capaz de produzir, reproduzir e se reinventar em suas práticas produtivas, cabe a todos mudar o rumo que estamos tomando, pois a *colisão* poderá ser desastrosa. Segundo Almeida (2002) *apud* Dallazen & Santos (2007, p. 113):

À questão ambiental não cabe mais uma preocupação superficial e própria de alguns grupos sociais ou ciência específica, como já dito, em razão da situação atual é preciso que ela se torne uma questão “ideológica frequentada pela ciência, pela política, pela filosofia e pela cultura considerando que as modificações naturais, atualmente acontecem de forma acelerada pelo forte impacto das modernas tecnologias”.

O fim da Guerra Fria mostrou que o capitalismo foi o grande vitorioso em todos os sentidos no embate com o socialismo, uma vez que a liberdade, a democracia e a posse de bens materiais são típicas daquele e sua acessibilidade seria comum a todos, porém utópicas neste. No entanto, analisando com mais atenção, percebemos que o ser humano, nas últimas décadas, está perdendo o

senso da cooperação em detrimento da competição, típico de um sistema no qual a busca do bem-estar individual está suprimindo o coletivo, já que, por excelência, é um sistema excludente e concentrador da riqueza. Segundo Leroy; Pacheco (2011, p. 66):

A democracia é a busca e a construção permanente de acordos, através da negociação, e a gestão democrática dos dissensos, de forma a assegurar a possibilidade de convivência entre classes e setores sociais e a execução de políticas que permitem a todos viver com dignidade.

O ser humano que despontou no século XXI passou a vislumbrar a necessidade de um engajamento mais contundente sobre tudo o que o cerca, seja no âmbito econômico, social, político ou ambiental. Essa necessidade tornou-se mais aguda e explícita pela aproximação dos povos e dos contatos entre eles, tanto pelo desenvolvimento dos meios de transporte como de comunicações. Destaca-se nesse contexto a informática, a qual tornou mais fácil as discussões em tempo real sobre os mais variados problemas e preocupações que afetam a humanidade.

Se a relação entre o ser humano e o meio ambiente passa pela sua formação histórica, entendemos que é influenciada diretamente pela educação. A educação ambiental crítica, resultante da pedagogia crítica, leva-nos a perceber que a humanidade tem de criar uma nova relação de entendimento e apropriação dos recursos naturais existentes. Segundo Jacobi (2003), a educação ambiental crítica deve ser, acima de tudo, um ato político voltado para a transformação social. Nesse sentido, o século XXI despontou com uma necessidade urgente de se repensar a educação que queremos semear agora para oferecer seus frutos às gerações futuras. Como nos aponta Layrargues (2011, p. 72):

Com efeito, não seria exagero afirmar que o século XXI se inicia com uma vigorosa ideia-força que advoga a imperativa necessidade do estabelecimento de uma nova relação entre humanos e natureza, para reverter o controverso, mas provável quadro de degradação ambiental global, inclusive onde o próprio capitalismo encontra-se sob suspeita, apontado por muitos como um fator decisivo da degradação ambiental.

Muitos questionamentos acabam surgindo em função da correlação existente entre capacidade tecnológica e degradação ambiental, ou seja, de que o ser humano com suas inovações tecnocientíficas poderia continuar explorando o meio ambiente e minimizando, ou até mesmo erradicando, os ditos impactos ambientais. No entanto, deve-se ressaltar que o sistema capitalista vigente, o qual rege a

dinâmica socioeconômica da maioria dos povos, traz em seu bojo o ditame do excedente de produção, a exploração da força de trabalho e a alienação do trabalhador.

Segundo Trein (2012), tal realidade reforçou a mercantilização tanto dos bens naturais quanto do trabalho humano. Assim sendo, o sistema capitalista, ao longo de sua evolução, vem concentrando o lucro e dividindo os prejuízos. Isso contribui não só para minar a formação plena da cidadania, na medida em que muitos povos ficam privados de investimentos em diversos segmentos sociais, mas também para a degradação do meio ambiente numa velocidade superior a sua própria capacidade de recomposição. Portanto, além de acelerar a erradicação dos recursos não renováveis, acabaria por privar as futuras gerações de bens naturais que poderiam lhes garantir condições satisfatórias à sobrevivência.

Durante muito tempo a educação ambiental figurou como um ensino meramente descritivo das diferentes paisagens naturais e de conteúdos e conhecimentos biológicos. Portanto, a contextualização dessa realidade com a dinâmica socioeconômica e política vigente não era levada em consideração, como se o ser humano e a natureza fossem desconectados. Como dito por Loureiro (2007), a Educação Ambiental Crítica rompe com essa tendência, pois esta é, em última instância, reprodutivista das relações de poder existentes – algo muito agradável a setores que querem que “tudo mude para permanecer como está”.

Loureiro (2007) ainda nos diz que não podemos *biologizar* o que é histórico-social. Dessa forma, estaríamos sendo reducionistas, ou seja, praticaríamos uma interpretação dos processos sociais unicamente a partir de conteúdos específicos da ecologia. Portanto, a educação ambiental crítica vai além da questão ecológica para criar um paradigma ambiental alternativo. Ela se utiliza de uma pedagogia capaz de contribuir na mudança de atitudes, habilidades e valores, os quais levem o ser humano a se relacionar mais harmoniosamente com um meio ambiente que é reflexo de um contexto social, político e natural.

Observamos que o ser humano está se percebendo cada vez menos como integrante dessa trama natural e que a educação ambiental tradicional acaba contribuindo para tal. Nesse sentido nos alerta Lima (2009), quando diz que os seres

humanos retiram-se da natureza. Eles olham a natureza como quem olha uma fotografia. Assim sendo, o meio natural transformou-se numa dispensa, onde existem mercadorias sempre à disposição e que podem ser repostas mediante a capacidade tecnológica e o seu poder aquisitivo. Esse quadro colabora para que a humanidade venha repensar esse modelo de apropriação não só dos recursos naturais, mas da própria relação social vigente, a qual, em seu processo predatório instalado, garante o lucro e o bem-estar de uma minoria em detrimento do prejuízo e degradação socioeconômica da maioria.

Dessa forma, acreditamos ser a educação, em seu viés ambiental crítico, um suporte importante para criarmos um novo pensar ecológico. Partindo do pressuposto de que a crítica embutida nesse modelo pedagógico passa pela materialidade da cidadania plena, busca-se com ela a mudança de hábitos e a transformação do sujeito. Somente assim o ser humano será capaz de perceber a importância do seu papel no contexto ambiental. Como apontado por Jacobi (2005), quando nos referimos à educação ambiental crítica, nós a situamos num contexto mais amplo, o da educação para a cidadania.

A partir de uma comunhão envolvendo todo o ambiente escolar, respeitando os diversos saberes e enfatizando a relação docente-discente, a qual acabe se tornando a razão de uma instituição de ensino, acredita-se que uma nova consciência ambiental seja possível de ser gestada com uma educação que seja capaz de provocar mudanças no ser humano. Para tanto, utilizando-nos da fala de Tozoni-Reis (2006, p. 96), percebemos que:

A ideia mais geral da educação libertadora é que a educação é uma atividade em que os sujeitos, educadores e educandos, mediatizados pelo mundo educam-se em comunhão, processo que Paulo Freire chamou de processo de conscientização e a tão propagada sustentabilidade ambiental é entendida como fundamento da educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória, compreendida como estratégia para a construção de sociedades sustentáveis, socialmente justas e ecologicamente equilibradas. A educação ambiental para a sustentabilidade é, assim, uma educação política, democrática, libertadora e transformadora.

Como dito por Sorrentino (2005), a educação surge como uma das possíveis estratégias para o enfrentamento da crise civilizatória de dupla ordem, cultural e social. Partindo desse pressuposto e reforçando a ideia de que toda educação por si só já é ambiental, entende-se que o papel dessa vertente educacional se torna

imprescindível junto ao despertar da cidadania dos sujeitos e, por extensão, da racionalidade ecológica.

A verdadeira emancipação humana, processo em que a educação ocupa papel estratégico e o educador tem de assumir uma postura política, passa pelo resgate do aluno e ser humano como cidadão. Não é simplesmente pela pura existência de um Estado Democrático de Direito que a cidadania se materializa. Com a participação consciente do povo no processo político e a sua manutenção em prol do coletivo é que a cidadania se torna plena, fato que estimula o sujeito a buscar a transformação consciente e crítica do espaço que o cerca. Como apontado por Néspoli (2013, p. 38):

Para o educador, não existe conscientização fora da práxis transformadora, da ação e da reflexão no sentido da emancipação humana, ou seja, a conscientização estimula os homens a intervirem na realidade para mudá-la, baseando-se em uma apropriação crítica da realidade, na qual os homens aparecem como sujeito da história. A educação aparece como uma interação homem-mundo, de modo que, seu uso no âmbito da libertação deve levar em consideração a “vocação de ser sujeito” do homem, quanto às condições nas quais ele vive.

A sociedade global atual, envolvida numa dinâmica socioeconômica sem precedente, parece ser conduzida a pensar de forma domesticada, em que seguir certos paradigmas ambientais não quer dizer, necessariamente, que comunga com eles. Loureiro (2012) nos diz que nem sempre as pessoas estão querendo dizer a mesma coisa quando repetem conceitos e ideias. Assim, o espaço escolar se torna privilegiado, pois possui condições de trabalhar essas diferentes formas de se pensar o espaço em que vivemos e nos relacionamos. Isso propicia um ambiente favorável, em que possa ocorrer a sementeação de um novo pensar sobre a questão ambiental.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20.12.96), a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, portanto, muito amplo e de pouca efetividade em sua prática. O conceito de educação em questão, utilizado por muitos para balizar a prática da docência, acaba se afastando de sua essência assegurada em lei, uma vez que teoria e prática se distanciam.

Já a Lei Federal 9.795/99 (BRASIL, 2007), em seu Capítulo I, diz:

Art. 1^o Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2^o A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Muitos docentes, por sofrerem inúmeras influências, de cunho político, econômico e de classes sociais, acabam trilhando velhos paradigmas em que, como apontado por Martinho e Talamoni (2007), a concepção de meio ambiente continua sendo encarada apenas como sinônimo de natureza. Assim, a educação acaba perdendo a sua verdadeira função, ou seja, a transformação social do sujeito, condição vital para o exercício da cidadania. Só assim conseguiremos criar um modelo societário no qual o respeito mútuo venha a se materializar numa prática comum e cotidiana.

O exercício da educação ambiental, o qual envolve inúmeros elementos de ordem física, política, econômica e social, acaba por imputar a necessidade de uma relação engajada com o envolvimento e o conhecimento dessas questões no seu dia a dia, exatamente para se romper com paradigmas que dificultam o entendimento entre o real e a aparência. Isso se torna fundamental para que os agentes envolvidos na relação ensino-aprendizagem deixem de ser meros espectadores e se transformem em agentes transformadores na busca do bem-estar coletivo. A busca do diálogo, de discussões, do entendimento, da participação e de possíveis soluções para os problemas ambientais, que são coletivos e crescem a cada dia em todas as comunidades, principalmente pela falta de conhecimento, tornam-se questões fundamentais para a prática de uma verdadeira educação ambiental.

Marx (2004) *apud* Loureiro (2009) afirma que o ser humano deve ser reinserido no ambiente a ponto de se sentir humanamente natural ou naturalmente humano. Isso se torna fundamental para que ele passe a olhar para a natureza como uma extensão natural do seu corpo e de sua própria existência. Entendemos

que tudo relacionado às necessidades primárias de sobrevivência passa pelo acesso aos bens naturais e a sua apropriação resulta do desenvolvimento histórico-social dos sujeitos. Dessa forma, desenvolver e estimular uma educação ambiental participativa, dialógica, coletiva, crítica, criativa e transformadora torna-se um caminho estimulante e promissor para que as sociedades percebam que a educação ambiental é uma prerrogativa contributiva fundamental à sobrevivência da humanidade. No entanto, para tal, algumas amarras têm de serem desfeitas e, nesse caso, a educação poderá ser utilizada como elemento norteador.

A educação ambiental possui um caráter integrador, podendo ser trabalhada por diversas disciplinas, já que na realidade abrange um campo muito maior (RAMOS et al. 2009). Assim sendo, acaba por desempenhar um papel ímpar junto ao processo ensino-aprendizagem, podendo levar o aluno a não só refletir sobre o seu papel dentro de sua sociedade como buscar, em comunhão com seus pares, soluções que contribuam para que as gerações futuras se sintam estimuladas em deixar um planeta melhor para os seus descendentes. Assim, na busca de um bem-estar coletivo, perceber a sua força nesse processo seria condição ímpar para a interpretação e a transformação dos paradigmas existentes em relação ao binômio homem-natureza. Como apontado por Layrargues (2011), o “eu não vou degradar o ambiente” deve ser convertido em “nós não vamos deixar que degradem o meio ambiente”.

O sistema econômico atual estimula o ato desenfreado de consumir além das necessidades básicas, o que, em tese, contribui para que o ser humano alcance diferenciação e destaque nesse modelo societário, já que o “consumo, logo existo” parece ser sempre a ordem do dia. Isso acaba por reforçar velhos modelos, contribuindo para que algumas pessoas não percebam a sua importância no processo de mudanças e de busca por soluções junto à crise ambiental vigente. Isso ocorre, em grande parte, pelo fato de acreditarem que consumindo já estariam fazendo a sua parte nesse contexto, estimulando, assim, a ciranda econômica e o poder do Estado, legitimando-o como o único responsável a apresentar soluções para a problemática ambiental. No entanto, já se percebem mudanças nessa realidade, pois, como observado por Guimarães (2011, p. 22):

A partir da argumentação de que a atual crise ambiental é consequência

da crise do modelo de sociedade moderna e de seus paradigmas, associada ao reconhecimento que temos hoje na sociedade sobre a gravidade dos problemas ambientais, poderíamos projetar que há um anseio social por transformações da realidade socioambiental. Talvez ainda seja uma afirmativa forte para a sociedade em geral, mas no meio educacional já me parece que esse cenário começa a despontar – o anseio por mudanças nessa realidade em crise.

Em termos genéricos e conceituais, a educação é essencialmente política, pois político é o espaço de atuação humana em que nos formamos e moldamos as características objetivas que nos cercam (DEMO, 1988). Nesse sentido, o processo educativo traz consigo a necessidade da discussão, da participação, da crítica e do engajamento criativo daqueles envolvidos no processo ensino-aprendizagem. A questão ambiental, ao longo dos tempos, acabou ficando sob a *tutela administrativa* dos poderes oficiais constituídos e/ou de grandes corporações transnacionais, afastando, assim, esse tema dos debates que envolvessem a participação das mais variadas instâncias sociais, especialmente o dito cidadão comum, aquele que normalmente mais sofre com as agressões acometidas ao meio ambiente, uma vez que normalmente não dispõem de instrumentos que lhes permitam minimizar essa realidade.

A linha pedagógica entendida como crítica, envolvida com o exercício da cidadania, procura somar forças para que o cidadão se perceba efetivamente tanto como integrante societário como agente responsável por um bem-estar coletivo. Assim sendo, a educação ambiental, por reunir uma polivalência de temas condizentes à formação histórico-social dos sujeitos, quando trabalhada coerentemente e voltada à realidade dos elementos envolvidos, contribui efetivamente para o exercício da cidadania. Como apontado por Jacobi (2003), a cidadania tem a ver com a identidade e o pertencimento a uma coletividade. Isso acaba por criar um comprometimento em prol do próximo e a busca por um modelo societário em que o altruísmo se torne a base de um convívio que objetive um novo pensar ambiental, o qual se materialize a nível local e ganhe forças para se propagar no âmbito planetário. Jacobi *ibidem*, p. 198, afirma que:

A educação ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens.

Nesse sentido, a pedagogia crítica, origem da educação ambiental crítica, tem

como fundamento a crítica do modelo de sociedade dominante e da educação como reprodutora das relações sociais injustas e desiguais (SAVIANI, 1997). Assim sendo, acreditamos que trilhar caminhos que venham somar forças no intuito de se materializar um novo pensar ambiental, desarticulando essa reprodução, torna-se condição ímpar para uma verdadeira transformação ambiental, a qual tanto se almeja.

Mediante o exposto, penso que a educação deva exercer um papel que transcenda a mera formalidade de repassar conhecimentos àqueles que estejam compondo uma relação de ensino-aprendizagem, ou seja, a educação tem de estimular um processo que culmine com a participação e a transformação do sujeito, especialmente num cidadão consciente, crítico e ávido por uma necessidade constante de dialogar e aprimorar o seu pensar em prol do coletivo, pois a felicidade só é verdadeiramente plena quando compartilhada. Como dito por Loureiro & Layrargues (2013), a mudança social deve funcionar como um novo paradigma para a educação ambiental, a qual deve assumir a articulação com o compromisso social. Assim, enquanto a questão ambiental figurar como algo meramente filosófico, *descrição paisagística* e desarticulada do contexto social, sem uma materialidade prática que resulte efetivamente no bem-estar de todos e não mais sendo um artifício utilizado por uma minoria que detém o poder em causa própria, o planeta continuará correndo sérios riscos.

A necessidade de mudanças é urgente, pois do contrário continuaremos a reproduzir uma relação nefasta com a natureza e o que é pior: estaremos negando para a maioria de nossos descendentes uma série de acessos e direitos básicos à sobrevivência. Nessa vertente de entendimento, tendo a pedagogia crítica como pressuposto fundamental para o rompimento com velhos paradigmas ambientais, vislumbramos a sua correlação com a macrotendência ambiental crítica. Isso ocorre em função de considerarmos essa articulação como sendo a mais viável para o equacionamento envolvendo a relação ser humano e meio ambiente e sua resultante, a sustentabilidade ambiental. Essa tendência, também denominada de contra hegemônica, identifica-se claramente como pertencente a um viés político-pedagógico alinhado com a Educação Ambiental Popular e Emancipatória. Como nos aponta Layrargues (2012, p. 404):

Construída em oposição às vertentes conservadoras no início dos anos 1990, é resultado da insatisfação com o predomínio de práticas educativas sempre pautadas por intencionalidades pedagógicas reducionistas, que investiam apenas em crianças nas escolas, em ações individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado, de forma a-histórica, apolítica, conteudística, instrumental e normativa. Se nutre do pensamento Freireano, Educação Popular, Teoria Crítica, Marxismo e Ecologia Política.

Por entender que a macrotendência crítica busca nas relações sociais as verdadeiras causas que orientam o ser humano a se apropriar dos recursos naturais existentes, e que tais relações geralmente refletem os interesses de uma minoria, nada mais sensato do que resgatar e inserir o contingente societário que há muito se encontra à margem de tais interesses. Para Lima (1997), os analistas da problemática ambiental têm reconhecido que pobreza e ecologia são realidades interdependentes, as quais precisam ser compreendidas e abordadas de forma integrada. Partindo do pressuposto de que a sociedade só existe a partir *do e para* o coletivo, dinamizada por discussões, contrariedades de pensamentos, consentimentos e participações ativas, torna-se imprescindível a prática crítica sobre todas as ações que digam respeito ao bem-estar social dos elementos envolvidos. Nesse particular, destacamos Sauv  (2005, p. 30), a qual afirma que:

Esta corrente insiste, essencialmente, na análise das dinâmicas sociais que se encontram na base das realidades e problemáticas ambientais: análises de inten es, de posi es, de argumentos, de valores explícitos e implícitos, de decisões e de a es dos diferentes protagonistas de uma situação. (...) Esta postura crítica, com um componente necessariamente político, aponta para a transformação de realidades.

Dessa forma, acreditamos ser a macrotendência crítica a corrente de pensamento mais adequada para se entender a relação entre o homem e a natureza. Tal linha de entendimento determina como a apropriação dos recursos naturais ocorre, sendo essa realidade fruto de relações que transcendem meras a es instintivas, mas sim pensadas, premeditadas e obedecem aos anseios da própria formação histórica dos sujeitos.

2.2.1 Educação e Política

Falar em qualidade de vida, meio ambiente, sustentabilidade ambiental etc., necessariamente   falar em pessoas, pois são essas as grandes protagonistas do contexto concernente ao meio ambiente e tudo que nele se encontra. Portanto, tudo isso está ligado a a es políticas e a escola tem de assumir a sua identidade

política, exatamente para não incorrer na falácia de ser uma mera reprodutora de um sistema programado para satisfazer os anseios de uma minoria em detrimento da maioria. Segundo Freire (1993, p. 8):

Sem a luta política, que é a luta pelo poder, essas condições necessárias não se criam. E sem as condições necessárias à liberdade, sem a qual o ser humano se imobiliza, é privilégio da minoria dominante quando deve ser apanágio seu.

Expoente dentro de uma visão crítica, participativa, criativa e transformadora, destacamos mais uma vez a figura de Paulo Freire, educador que teve importância destacada nos principais movimentos pedagógicos do país, seja apoiando ou criticando, porém sempre se posicionando ao lado dos mais desfavorecidos, através de uma relação político-pedagógica plural, participativa, crítica, criativa e inclusiva. Segundo o educador supracitado, o processo educativo dialógico que problematiza as relações sociais de exploração e dominação contribui para conscientização e garante as condições objetivas de transformação social (FREIRE, 1980). Essa realidade traz para o processo ensino-aprendizagem grande oportunidade de se estabelecer um canal de diálogo fundamental para a discussão ambiental, pois esse aluno, ao seu jeito, possui conhecimento e deseja o seu compartilhamento, desde que haja respeito e habilidade profissional do educador nesse processo. Mais uma vez nos alerta Freire (1996, p. 26):

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiências feitos” com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola.

Junto à EJA, modalidade de ensino que envolve alunos com faixas etárias avançadas e que há muito ficaram afastados dos bancos escolares, retomamos os ensinamentos do grande educador Paulo Freire, o qual entende que “não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã” (FREIRE, 1992). Assim, percebemos a importância de uma pedagogia que prime por uma educação como prática da liberdade, uma vez que a condição básica para o ser humano adquirir a sua cidadania plena é possuir a sua liberdade. Devemos entender aqui a liberdade como condição básica para que o cidadão possua acesso a bens e serviços que venham lhe proporcionar

conhecimentos, os quais contribuem para a sua manutenção socioeconômica. Desta forma, percebemos mais uma vez a importância da educação a partir de uma pedagogia comprometida, dialógica, crítica, criativa e transformadora do sujeito. Mais uma vez nos alerta Freire (2006, p. 17):

A compreensão desta pedagogia em sua dimensão prática, política ou social, requer, portanto, clareza quanto a este aspecto fundamental: a ideia da liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens por libertar-se.

Ao conquistar a sua liberdade plena, o cidadão passa a ampliar um conjunto de oportunidades, as quais lhe possibilitam uma compreensão melhor do espaço que o cerca e das relações existentes nele. Isso contribui para que ele passe de um mero coadjuvante para se transformar em protagonista de sua própria história. A problemática ambiental que afeta toda a humanidade deve ser analisada de forma conjunta por essa mesma humanidade, pois não é justo que uma minoria decida pela maioria. Em sua interpretação sobre a crise ecológica e a crise do paradigma civilizacional a qual o nosso planeta vem passando, Boff (2004, p. 23), nos alerta:

Hoje a Terra se encontra em fase avançada de exaustão e o trabalho e a criatividade, por causa da revolução tecnológica, da informatização e da robotização, são dispensados e os trabalhadores excluídos até do exército de reserva do trabalho explorado. Ambos, terra e trabalhador, estão feridos e sangram perigosamente.

A percepção de que possíveis soluções para a questão ambiental envolvem muito mais o coletivo do que individual e que isso demanda debates, opiniões, críticas e avaliações constantes do modelo societário em que vivemos, pressupomos ressaltar a importância da política nesse processo. Segundo Loureiro & Layrargues (2013), sua prática, de forma democrática, resulta da forma como a sociedade se articula e exercita a cidadania. Portanto, mais uma vez se destaca o papel da educação, a qual possui destacada influência no contexto organizacional e de transformação do ser humano. A busca de uma sociedade mais justa passa, necessariamente, pelo exercício consciente dos direitos e deveres de cada um, fato que, na maioria das vezes, implica respeitar as diferenças e as necessidades do próximo, como condição ímpar para o bem do coletivo.

Para uma compreensão mais próxima daquilo que se almeja como sustentabilidade ambiental, enquanto ideia que prega uma vida social digna no

presente sem comprometer a vida futura, surge como contribuição um novo pensar sobre o contexto ecológico, a chamada ecologia política. Esse pensamento, resultante da problematização política, apresenta um novo viés de discussão e interpretação da realidade ambiental em que vivemos, o qual acaba por somar forças na busca da chamada mobilidade social. Sobre essa questão, Loureiro (2012, p. 14), diz:

A ecologia política se refere, nada mais nada menos, do que ao estudo e o reconhecimento de que agentes sociais com diferentes e desiguais níveis de poder e interesses diversos demandam, na produção de suas existências, recursos naturais em um determinado contexto ecológico, disputando-os e compartilhando-os com outros agentes. E é esse movimento dinâmico, contraditório e conflituoso, que uma organização social se estrutura e é estruturante das práticas cotidianas e é ou pode ser superada.

A partir desse raciocínio, devemos entender que o nosso planeta, junto com todos os seres que o habitam, forma a grande teia da vida planetária e o ser humano, por sua condição de raciocinar e se programar de forma intencional sobre tudo que faz, tem a responsabilidade de rearticular-se em relação à forma como se apropria dos seus recursos naturais, pois deles todos dependem a sua sobrevivência. A educação ambiental, mais uma vez, desponta como um caminho coerente para se mudar velhos paradigmas e os bancos escolares se tornam locais propícios para sua materialização. Assim, modificar a forma de pensar e de agir do ser humano tornou-se condição de destaque para tudo que envolve meio ambiente (LOUREIRO & LAYRARGUES, 2013).

Educação e política fazem parte de um todo, estando intimamente vinculadas entre si. Portanto, cabe ao educador assumir uma postura política diante de seus propósitos, pois se educar é contribuir com o preparo do indivíduo para vida societária, também é verdade que a política é fruto das discussões, envolvendo críticas e opiniões diversas, as quais culminem em ações que satisfaçam o bem-estar da maioria. Dessa forma, ressaltando a visão de Paulo Freire nesse tocante, Néspoli (2013, p. 38) ressalta que:

A relação entre educação e política constitui a essência das ideias de Paulo Freire, por isso ele sempre negou ter criado um método, sua pedagogia era inseparável de seu conteúdo político, ou seja, a educação como um projeto de emancipação humana. Neste sentido, a concepção de educação formulada por Paulo Freire implica não só a formação do sujeito histórico –

sua função conscientizadora – mas pressupõe também o fortalecimento das organizações populares – sua função organizadora.

A educação, portanto, transcende a formação do ser humano. Ela acaba por fortalecer os laços sociais e a busca por um ambiente social mais organizado, onde o convívio seja pautado por uma sociedade mais justa e solidária. Isso acaba por contribuir na formação ética dos sujeitos e, por extensão, na geração de uma responsabilidade para com um mundo melhor para seus descendentes. Dessa forma, mais uma vez destacamos a importância do legado de Paulo Freire, especialmente no que diz respeito às suas ideias e ações comprometidas com uma política inclusiva dos mais pobres. Assim, falar em sustentabilidade ambiental é necessariamente contextualizar diálogo, comprometimento, solidariedade, trabalho e respeito mútuo, componentes que contribuem para ações educativas que seguem um comprometimento político coerente.

Portanto, a educação enquanto ciência capaz de contribuir na formação de cidadãos críticos só é possível com uma sociedade democrática e comprometida com o coletivo. Do contrário, continuará sendo um instrumento de poder que estará legitimando velhos paradigmas ambientais. Como apontado por Benevides (1996), o principal paradoxo da democracia tende a persistir: ela não existe sem uma educação apropriada do povo para fazê-la funcionar, ou seja, sem a formação de cidadãos democráticos. Assim, a transformação do sujeito, através de uma educação crítica e comprometida com o contexto socioambiental, torna-se condição primeira para um pensar ecológico capaz de beneficiar a todos.

2.2.2 Desenvolvimento sustentável

Em um planeta onde a maioria dos seres humanos busca o seu bem-estar social através da aquisição de bens materiais, percebemos um descompasso entre essa realidade e a disponibilidade dos recursos naturais existentes. O século XX assistiu a um crescimento notável na relação produção/consumo, estimulado por uma ânsia desenfreada de acumulação financeira, especialmente por parte das grandes corporações. Isso começou a romper o equilíbrio natural existente, pois a necessidade biológica do ser humano para sua manutenção de vida foi modificada para atender à sobrevivência e à ganância dos interesses do capital. Assim sendo,

em função do rompimento desse equilíbrio, surgiu o conceito e o debate em torno da expressão sustentabilidade ambiental. Segundo Nascimento (2012, p. 51):

Noção de sustentabilidade tem duas origens. A primeira, na biologia, por meio da ecologia. Refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, desflorestamento, fogo etc.) ou naturais (terremoto, tsunami, fogo etc.). A segunda, na economia, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo, sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar. Ergue-se, assim, a noção de sustentabilidade sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção.

Como apontado por Cise (2008), a ecologia é uma ciência da natureza e seu objeto é o estudo das relações entre os seres vivos e o meio onde vivem. Segundo esse autor, essa ciência procura contribuir para que o ser humano, de forma racional e equilibrada, aproprie-se dos recursos naturais não apenas para suas necessidades imediatas, mas também para as gerações futuras, em um processo em que a Terra tenha uma maior capacidade de se recompor mediante tal apropriação. Para tanto, utiliza-se de discussões que envolvam questões científicas, as quais venham sustentar seus argumentos, tais como: poluição, aquecimento global, transgênicos, dentre outros. Conforme apontado por Cise (2008), num outro polo de entendimento sobre as questões ambientais surge o chamado *ecologismo*.

Essa linha de entendimento diverge da ecologia enquanto ciência, ficando esta sobre a tutela das instituições oficiais, geridas pelo Estado e/ou pelo grande capital. A intenção é se utilizar do *filão ambiental* premeditando continuar reproduzindo os seus lucros, privatizando os dividendos e repartindo os prejuízos, especialmente com os mais desprovidos. Esses, além de comporem a maioria do contingente planetário possuem também uma reduzida ou, em alguns casos, nenhuma forma de organização, o que favorece seguirem velhos paradigmas e conceitos arbitrários extremamente excludentes e concentradores de riquezas. Como alardeado por Sachs; Lopes; Dowbor (2010, p. 135):

Os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda. Como ordem de grandeza, os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6%. Em 1960, a renda apropriada pelos 20% mais ricos era 70 vezes o equivalente dos 20% mais pobres, em 1989 era 140 vezes. A concentração de renda é absolutamente escandalosa e nos obriga a ver de frente tanto o problema ético, da injustiça e dos dramas de bilhões de pessoas, como o problema econômico, pois estamos excluindo bilhões de pessoas que poderiam estar não só vivendo melhor, como

contribuindo de forma mais ampla com sua capacidade produtiva. Não haverá tranquilidade no planeta enquanto a economia for organizada em função de um terço da população mundial.

Em 1972 ocorreu a primeira Conferência Mundial Sobre Meio Ambiente das Nações Unidas, na Suécia. Essa conferência ocorreu pela necessidade de se reavaliar a crescente relação entre crescimento demográfico, econômico e a demanda por recursos naturais a nível global, especialmente junto aos países mais pobres, que por somarem a grande fatia populacional do planeta, passariam a interferir no padrão de consumo das nações mais ricas. A década de 1980 assistiu a algumas retrações em diversas economias do planeta e, em 19 de outubro de 1987, quando as bolsas de valores asiáticas abriram de forma desastrosa, isso se espalhou pelo mundo, gerando grandes perdas econômicas.

A partir de então, segundo a revista eletrônica Infomoney (2009), o grande destaque ficou para a variação do índice acionário norte-americano Dow Jones, que despencou 22,6% naquele dia. Soma-se a isso o fato de que mais tarde a década de 1990 assinalaria a materialização da globalização econômica, respaldada pela difusão de um neoliberalismo ferrenho e o desmantelamento do estado em diversas nações, especialmente nos países mais pobres. Nesse contexto, o grande capital enxergou na questão ambiental, leia-se recursos naturais e sua acessibilidade, uma forma de manter o seu afã de lucro em momentos de crise, no entanto, para tal, teria de articular todo um conjunto ideológico que lhe abrisse caminho nesse sentido.

Ainda, em 1987, foi publicado o chamado Relatório Brundtland, fruto da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU (Organização das Nações Unidas) e presidida pela norueguesa Gro Harlem Brundtland. Esse relatório seria reconhecido como o fundador do conceito de *desenvolvimento sustentável*, criado e estimulado pelas nações mais ricas e desenvolvidas, as quais passariam a difundir a ideia que tal desenvolvimento seria possível não só com a ajuda de todos, mas estendido a todos, desde que a natureza fosse respeitada. Isso é muito interessante, especialmente quando sabemos que o capitalismo é um sistema com distinção clara de classes sociais, em que uma minoria se sobressai perante a maioria.

O Relatório Brundtland define o desenvolvimento sustentável como sendo o

caminho para se buscar a conciliação entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico. Sabemos que a intenção soa como sendo boa, no entanto, com um modelo produtivo no qual a produção e o consumo ocorrem de forma crescente, preocupado basicamente em alimentar um mercado cada vez mais ávido por lucros, isso nos parece difícil, para não dizer impossível. Esse relatório fala em justiça social e valores éticos, no entanto, pouco ou nada se refere ao combate das causas estruturais que inibiriam efetivamente tais ações, estando essas atreladas à questão política, já que envolvem diretamente a dimensão de poder dos agentes envolvidos. Nascimento (2012) nos diz que não há como mudar os padrões de produção e consumo alheios às estruturas e decisões políticas. Segundo Lenzi (2006) *apud* Nascimento (2012, p. 54):

Sua definição tornou-se clássica e objeto de um grande debate mundial: “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades”.

Sobre essa realidade, percebemos que com o padrão de consumo criado e estimulado pelo sistema vigente, a Terra sucumbiria frente à ganância e irracionalidade dessa proposta. Importante lembrar que nada garante, nos moldes éticos da maioria populacional, que as gerações futuras teriam garantidos recursos naturais para suas necessidades. Portanto, a questão envolve não apenas a vertente econômica, mas também a social e a política, permeadas por mudanças comportamentais dos sujeitos. Segundo Nascimento (2012), a força e a fraqueza dessa definição encontram-se justamente nessa fórmula vaga, pois se deixam em aberto quais seriam as necessidades humana atuais, e mais ainda as das gerações futuras.

Para tanto, a criação de uma nova ética deve ser gestada para que contribua com o surgimento de um modelo societário capaz de lutar por um mundo diferente, gerando, assim, mudanças necessárias à reversão da realidade ambiental que se descortina às próximas gerações. Sustentabilidade ambiental, portanto, relaciona-se com consumo responsável, equidade socioeconômica, respeito, combate ao desperdício, cidadania e participação política.

Para as nações mais pobres, muitas das quais concentram boa parte dos recursos naturais preservados do planeta, não restou praticamente alternativa a não

ser a de permitirem a exploração desses recursos, geralmente feitos pelas grandes transnacionais ligadas as atividades de mineração e agropecuária. Göran (2001) nos diz que tais permissões normalmente se originam de pressões políticas e econômicas comandadas por gigantescas corporações financeiras ou instituições como são os casos do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento). O mesmo autor afirma que tais instituições são comandadas pelo G-7 e, portanto, ligadas à ONU. Segundo Leal (2009), esta última instituição foi criada após a Segunda Guerra Mundial e possui, como um de seus principais objetivos, promover a qualidade de vida em todo o planeta.

Há muito o ser humano se depara com uma apropriação dos bens naturais do planeta em escala exponencial, pois a essência da economia de mercado é pautada no consumo e estímulo para isso não falta. Como apontado por Kellner (2004), a mídia, a serviço de corporações cada vez mais ávidas por lucros, cria mecanismos cada vez mais sofisticados para que o povo se veja como integrante de sua comunidade a partir de sua capacidade de consumir. Essa realidade ganhou maior projeção a partir da retomada do crescimento econômico global, nos anos 1950; no entanto, como já mencionado, nas décadas de 1980 e 1990 esse crescimento começou a gerar inúmeros problemas, ao ponto de o capitalismo ser obrigado a se reinventar para continuar sua escalada de acumulação de riquezas.

Essa proposta de bem-estar socioeconômico, criada e difundida por um sistema imediatista e que vislumbra a acumulação financeira a todo custo, está gerando um desequilíbrio na ordem natural do nosso planeta, onde o próprio ser humano passa a desconhecer e respeitar o seu semelhante. Isso se agrava na medida em que a obsolescência planejada de bens industrializados é uma das estratégias centrais do processo de produção e consumo (PACKARD, 1965, *apud* LOUREIRO, 2009). Isso significa dizer que, no sistema capitalista, a ordem é a indução do consumo a todo custo. Dessa forma, toda manufatura deve ser substituída muitas vezes, mesmo que ainda não tenha se esgotado o seu prazo de validade. Tal realidade vem contribuindo para o esgotamento de muitos recursos da Terra, paralelo ao fato de que, em função dessa irracionalidade, muitos problemas básicos à humanidade ainda não tenham sido solucionados. Nessa linha de

entendimento, Boff (2004, p. 23) nos alerta:

O sonho de crescimento ilimitado produziu o subdesenvolvimento de dois terços da humanidade, a volúpia de utilização optimal dos recursos da Terra levou à exaustão dos sistemas vitais e à desintegração do equilíbrio ambiental.

Ainda que a intenção seja continuar promovendo o desenvolvimento das nações, especialmente das ditas ricas e desenvolvidas, sabe-se que o padrão produtivo e de consumo dessas nações não poderia ser copiado por todos os países, sob a pena de se exaurirem rapidamente as reservas naturais ainda existentes. Nesse sentido, tanto a viabilidade econômica quanto a ecológica tem de ser levada em conta, especialmente num mundo onde há muito desperdício, partilha desigual de bens e recursos e falta de comprometimento com as gerações futuras.

Uma verdadeira sustentabilidade ambiental deve, então, passar por uma transformação comportamental do ser humano, a qual seja construída a partir de uma reestruturação do modelo econômico dominante. O desenvolvimento sustentável, preconizado e difundido com o aval capitalista, portanto, tem de ser revisto em seus conceitos e práticas. Segundo Morin (2000) *apud* Nascimento (2012), o desenvolvimento sustentável nada mais faz do que temperar o desenvolvimento por meio da consideração ecológica, mas sem questionar seus fundamentos. Devemos, ainda, considerar que o sistema vigente não se preocupa efetivamente com a manutenção socioambiental da maioria, o que acaba não legitimando suas propostas. Nesse contexto, segundo Loureiro et al.(2009, p. 86) conclui que:

Portanto, é um estilo de vida oligárquico (restrito a poucos) decorrente de uma sociedade estruturada com pouca ou nenhuma perspectiva de sustentabilidade, se pensada como um processo com múltiplas dimensões interdependentes, tanto no plano do meio social quanto do físico-natural.

Sabemos que desenvolver um trabalho que envolva o espaço global, com resultados imediatos é utopia, no entanto, pensar o local e desenvolver práticas nesse espaço pode se transformar numa boa opção. Isso contribuirá para um novo pensar sobre a relação homem-natureza, desde que haja respeito às particularidades de cada comunidade, além de promover um fazer consciente e transformador, comprometido com o coletivo. Sociedades que possuem verdadeiras ações voltadas para as questões ambientais, normalmente possuem na educação a

sua grande aliada nesse processo, pois todo verdadeiro processo educacional traz em sua própria essência o respeito às diferenças e a busca por soluções de forma conjunta. Segundo Scheeffter (2005) *apud* Couto & Silva (2014, p. 44):

Procurar soluções para a crise ambiental sem se ater às raízes dessa desordem acaba sendo um discurso vazio ao desconsiderar a complexidade das relações entre homens/sociedade/natureza. Este é o discurso típico do senso comum e de grande literatura que privilegia o crescimento econômico, ao acreditar que decorrente dele irão naturalmente se ter outras benesses (...)

O caminho em direção do bem societário está vinculado a discussões entre seus pares e a busca por transformações que culminem com o equilíbrio socioambiental. Por sua vez, a contextualização dessa transformação tem na ética o seu grande pilar, pois a vida coletiva exige dos sujeitos o respeito, a compreensão, o diálogo e à busca pelo altruísmo como condição ímpar para uma verdadeira sustentabilidade, seja ela qual for. O saber ambiental nasce de uma nova ética e de uma nova epistemologia, na qual se fundem conhecimentos, projetam-se valores e se internalizam saberes (LEFF, 2010). Portanto, a construção de uma nova ética se torna fundamental para um novo pensar ambiental. Sobre isso, Noal (2008, p. 49) nos diz:

O que é viver eticamente? É um princípio fundamental de igualdade de consideração a membros da mesma espécie e de outras espécies, considerando ainda preocupações sincrônicas e diacrônicas. A ética do ser humano é maior do que todas as formas de ética – ética profissional, ética familiar etc. – pois ela sobrepõe e engloba as outras e significa respeito pelo outro, cooperação e solidariedade.

Para Mayer (1998), o entendimento da problemática envolvendo meio ambiente e qualidade de vida passa pelo processo educativo, pois a falta de conhecimentos emperra a busca por possíveis soluções. Assim, quando se analisa esse viés de entendimento com mercado produtivo, em que se presencia consumo desenfreado e forte degradação ambiental, percebe-se que a apropriação dos recursos naturais se relaciona com a formação dos sujeitos e essa com a educação, ambas entrelaçadas com a ética. Portanto, uma prática educacional que venha vislumbrar caminhos alternativos, com a intencionalidade da transformação do ser humano, estimulando-o a uma mudança comportamental, no sentido de se buscar o bem-estar coletivo, deve anteceder qualquer proposta de sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, o caminho pensado por Karl Marx passa a ser encarado como

uma alternativa junto a essa realidade, pois se o materialismo histórico-dialético entende o ser humano como produto de sua formação histórica, buscar uma compreensão do seu papel enquanto cidadão e protagonista do meio que o cerca é fundamental. Isso possibilitaria a sua instrumentalização para a apropriação dos recursos naturais de forma mais racional através do seu trabalho, respeitando a necessidade de sobrevivência das futuras gerações e do funcionamento dos diversos ecossistemas e rompendo, assim, com velhos paradigmas imediatistas e utópicos.

A chamada sustentabilidade ambiental, portanto, é algo que suscita muita discussão, pois a sua compreensão deve ser analisada de forma contextualizada e não apenas a partir de um viés econômico e estanque, como muitos procuram sustentar para a sua prática. Nesse sentido, nos diz Loureiro (2012, p. 56):

No âmbito do debate sobre sustentabilidade, necessidades são vistas tanto no sentido material quanto simbólico – portanto, econômico e cultural. Assim, fazem parte destas: subsistência (garantindo a existência biológica); proteção; afeto; criação; produção; reprodução biológica, participação na vida social, identidade e liberdade. Portanto, sustentável não é o processo que apenas se preocupa com uma das duas dimensões, mas que precisa contemplar ambas, o que é um enorme desafio diante de uma sociedade que prima pelos interesses econômicos acima dos demais.

Verificamos que o conceito de desenvolvimento sustentável é bastante complexo e desafiador, especialmente pelo fato de envolver os mais variados elementos pertinentes ao bem-estar da sociedade e, ao mesmo tempo, interferir nos interesses de diversas classes sociais. No entanto, uma coisa é certa: sem sensibilizar e transformar o ser humano, isso estará fadado ao insucesso. O homem tem que se sentir novamente integrante desse grande organismo chamado Terra e perceber que o seu papel é fundamental para que o equilíbrio de todos os ecossistemas ocorra.

Fato que merece destaque dentro desse raciocínio é a preocupação que as gerações atuais devem ter para com seus descendentes, pois como dito por Maturana (2008), uma criança que cresce no respeito por si mesma, pode aprender qualquer coisa e adquirir qualquer habilidade, se o desejar. Portanto, a verdadeira sustentabilidade está diretamente relacionada ao respeito pelo próximo, por uma melhor distribuição dos recursos naturais, pelo combate ao desperdício e pela busca

por uma sociedade mais solidária. Só assim proporcionaremos a formação de sujeitos com a capacidade de enxergar a sua felicidade plena como produto do equilíbrio do nosso planeta. Como apontado por Jacobi (2003, p. 195):

A ideia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos.

Oportunizar ao ser humano condições que o transformem em agente social comprometido com a sua comunidade é fator imprescindível em sua relação societária. A busca por uma convivência harmoniosa entre seus pares está diretamente relacionada ao sentimento de pertencimento ao seu grupo, e a educação possui papel destacado como interlocutora nesse processo.

2.3 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

No Brasil, país historicamente marcado por fortes desigualdades sociais, já ocorreram várias iniciativas pedagógicas oficiais no sentido de reintegrar as camadas sociais mais humildes ao convívio pleno da sociedade. Destacamos aqui alguns dos mais importantes, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o Ensino Supletivo e o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos de São Paulo (MOVA-SP).

Em 1930, com o surgimento do Estado Novo, o papel do Estado no Brasil é reformulado e as pressões populares por uma educação pública e de qualidade cresceram. Com a Constituição de 1934, o Estado assumiu a responsabilidade constitucional de prover condições básicas para todos aqueles que tivessem a intenção de estudar, notadamente para os que buscassem a sua alfabetização. O pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945) marcou o início da materialização de um binômio importante para o Brasil: a industrialização-urbanização. Além disso, vale frisar que em novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a qual passou a denunciar ao mundo as mazelas sociais encontradas em diversos países atrasados, as quais inibiam o seu desenvolvimento, destacando o papel que a educação deveria desempenhar nesse processo, especialmente a

educação de adultos. Nesse contexto, Haddad & Di Pierro (2000), informam-nos que foi somente ao final da década de 1940 que a educação de adultos veio a se firmar como um problema de política nacional.

Em 1947 surgiu o Serviço de Educação de Adultos (SEA). Esta instituição, uma ramificação destacada do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde, cuja finalidade era nortear e coordenar os trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para adultos e analfabetos, durou somente até os anos finais da década de 1950. Segundo Freire (2009), em sintonia com o desenvolvimento industrial nacional e com a crescente população urbana houve a necessidade de uma mão de obra mais qualificada, o que destoava do contingente de adultos analfabetos no país. Assim, até o golpe militar de 1964, verificaram-se no país vários esforços, tanto de algumas organizações da sociedade civil quanto de alguns governos municipais, estaduais e federal, exatamente no intuito de diminuir os elevados índices de analfabetismo junto aos jovens e, principalmente, aos adultos.

A realidade quantitativa envolvendo os adultos analfabetos no país, ainda que tenha ocorrido uma redução sensível nesse sentido, continuava alarmante. Como observado por Haddad & Di Pierro (2000), em 1920 o percentual da população analfabeta, acima de cinco anos, era de 72%, já em 1960 caiu para 46,7%. Isso não só comprometia a qualidade competitiva do Brasil enquanto exportador de manufaturas, como dificultava a formação cidadã de muitos brasileiros, especialmente pelo fato de que a prática pedagógica que atendia a essa camada social era inadequada frente a sua realidade de vida. Até o final dos anos 1950, como apontado por Paiva (1973) apud Haddad & Di Pierro (2000), o adulto não-escolarizado era percebido como um ser imaturo e ignorante, que deveria ser atualizado com os mesmos conteúdos formais da escola primária.

À medida que o Brasil crescia economicamente e a população passava a ter acesso a bens e serviços, a comunicação entre os diversos segmentos da sociedade ia se estreitando e, conseqüentemente, a mentalidade de um país desenvolvido não combinava com analfabetismo e grandes desigualdades sociais. Isso fez se multiplicar no país várias campanhas e programas que buscassem erradicar ou minimizar ao máximo o vergonhoso quadro de analfabetismo, o que

desagradou parte da elite nacional, uma vez que um povo alfabetizado, conhecedor de seus direitos e organizado, poderia colocar em risco suas manutenções de poder, tanto político quanto econômico.

O governo de Juscelino Kubitschek (JK), entre 1956 e 1961, promoveu uma forte abertura econômica no Brasil, promovendo um rápido crescimento industrial calcado no lema de “fazer o país crescer cinquenta anos em cinco” (MOREIRA, 1998). No entanto, o custo desse crescimento foi o desvio gradativo de investimentos das áreas sociais, em especial na educação, para os setores ditos produtivos. O controle da economia nacional, gradativamente, foi passando para o capital transnacional, o qual, na tentativa de resguardar seus interesses, tratou de colocar em prática várias ações de cunho neoliberal. Assim, verificaram-se no país cortes de empregos, desmantelamentos de sindicatos, exigências de qualificações profissionais etc. Isso, mais uma vez, colocaria os mais pobres e analfabetos numa situação difícil. Segundo Haddad & Di Pierro (2000), é dentro dessa perspectiva que devemos considerar os vários acontecimentos, campanhas e programas no campo da educação de adultos, no período que vai de 1959 até 1964.

Logo após o governo de JK, ocorreu o governo de Jânio Quadros (1961) e, após o seu curto governo, fruto de uma súbita renúncia, assumiu o seu vice (João Goulart – 1961-1964), em meio a fortes conturbações políticas, sociais e econômicas que o país e o mundo vivenciavam em função da chamada Guerra Fria. Em março de 1964, após um golpe militar, o governo de João Goulart foi destituído e o Marechal Castello Branco assumiu o poder. Durante todo o período em que os governos militares ficaram no poder (1964-1985), os movimentos e os programas educacionais de cunho populares, vislumbrando a promoção dos mais necessitados, foram encarados como subversivos e inadequados à nova ordem vigente; portanto, devendo ser erradicados. No entanto, como a política desenvolvimentista dos governos em questão não era compatível com o enorme número de adultos analfabetos no país, algum programa de alfabetização deveria ser criado.

Paulo Freire, educador brasileiro de grande destaque na década de 1960, sempre foi inconformado com a realidade socioeconômica paradoxal que o Brasil vivenciava nos anos 1950 e começo de 1960. O populismo e o nacional-desenvolvimentismo acabaram por estimular algo paradoxal: um surto

industrial acompanhado do crescimento do analfabetismo. Essa realidade fez esse educador se manifestar criticamente em relação ao contexto político, econômico e educacional daquela época (GADOTTI & GUTIÉRREZ, 2005).

Sempre preocupado com as classes sociais menos favorecidas e abandonadas pelos programas oficiais de governo, Paulo Freire propôs uma nova prática pedagógica em que os analfabetos e excluídos tivessem a oportunidade de serem alfabetizados a partir de uma realidade que fizesse sentido para eles. Para esse educador, somente efetivamente alfabetizado é que o ser humano se torna livre para buscar o seu bem-estar e, em comunhão com seus pares, lutar por um mundo mais justo e melhor para todos. Portanto, a partir desse contexto, podemos claramente inserir aí a questão ambiental, uma vez que a verdadeira sustentabilidade ambiental passa pela comunhão dos povos, de sua organização e de seus compromentimentos. No entanto, tudo isso só frutifica quando é regado com uma educação crítica e racionalmente comprometida com todos.

A sua metodologia de trabalho ganhou simpatia e projeção mundial (Haddad & Di Pierro, 2000). No entanto, por desagradar as elites conservadoras em nosso país, associado ao golpe de 1964, suas ideias e práticas foram proibidas, uma vez que foram consideradas subversivas pelos militares.

Em 1967, através da Lei 5.379, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e, em 1971, com a implantação do Ensino Supletivo, quando da promulgação da Lei Federal 5.692, a qual reformulou as diretrizes de ensino de primeiro e segundo graus, os militares colocaram em prática novos modelos educacionais pautados em interesses de uma minoria, nacional e estrangeira. As políticas pedagógicas nacionais seguiram, durante todo o governo militar, um caminho diferente daquele trilhado a partir dos anos 1930, período em que ocorreu um ambiente favorável ao resgate da população mais humilde via propostas educacionais comunitárias, através de atividades participativas, críticas, e criativas. Segundo Scortegagna & Oliveira (2006), com a ditadura militar, em 1964, os movimentos de conscientização popular são desativados e seus líderes punidos por serem considerados subversivos.

Após dois anos de sua criação, o MOBRAL começa a se afastar da sua

proposta inicial, de cunho mais pedagógico. Os governos militares se apropriaram dessa entidade como instrumento de manipulação política e ideológica, especialmente junto aos municípios mais afastados dos grandes centros, uma vez que a presença do Estado neles se dava quase que exclusivamente pela escola e pelos repasses de verbas que ela recebia do governo federal. Como apontado por Paiva (1982) apud Haddad & Di Pierro (2000, p. 114):

[...] buscava-se ampliar junto às camadas populares as bases sociais de legitimidade do regime, no momento em que esta se estreitava junto às classes médias em face ao AI-5, não devendo ser descartada a hipótese de que tal movimento tenha sido pensado também como instrumento de obtenção de informações sobre o que se passava nos municípios do interior do país e na periferia das cidades e de controle sobre a população. Ou seja, como instrumento de segurança interna.

Segundo Néspoli (2013), inicialmente o MOBRAL teve como presidente o economista Mário Henrique Simonsen. Em sua gestão, o ministro da Educação era o então coronel Jarbas Passarinho e, em 1974, o engenheiro Arlindo Lopes Correia assumiu o posto de presidente dessa instituição. Percebe-se que uma área tão singular quanto a educação estava sob o comando de pessoas que não eram as mais indicadas. Normalmente, ficava sob a estrutura de poder de técnicos, comandados por militares, que por sua vez seguiam as normas estipuladas pelas elites políticas e econômicas internas e externas. Vale lembrar que vários professores do MOBRAL não possuíam uma formação profissional adequada, muitos dos quais eram intitulados “representantes” das comunidades. Eram indivíduos indicados pelo sistema e meros repassadores de valores e ideias do regime vigente.

Como os professores do MOBRAL eram pouco ou nada comprometidos com uma verdadeira política de mudança junto às desigualdades socioeconômicas que imperavam no país, essa iniciativa oficial do governo foi caindo em descrédito, além de criar um ambiente favorável a inúmeras críticas, que por força da época ficavam, na maioria das vezes, em estado latente. Esse movimento de alfabetização foi posto em prática de forma autoritária e sem a participação de profissionais adequados. Nesse sentido, destacamos a observação feita por Haddad & Di Pierro (2000, p. 116):

Estávamos em 1970, auge do controle autoritário pelo Estado. O MOBRAL chegava com a promessa de acabar em dez anos com o analfabetismo,

classificado como “vergonha nacional” nas palavras do presidente militar Médici. Chegou imposto, sem a participação dos educadores e de grande parte da sociedade. As argumentações de caráter pedagógico não se faziam necessárias. Havia dinheiro, controle dos meios de comunicação, silêncio nas oposições, intensa campanha de mídia. Foi o período de intenso crescimento do MOBRAL.

Como nos informa Scortegagna & Oliveira (2006), outro fator que merece ser destacado no fracasso do MOBRAL foi a qualidade do material utilizado pelos alunos. O governo entregou o planejamento e a produção dos recursos didáticos a empresas privadas, as quais produziam um material que deveria ser utilizado em âmbito nacional. No entanto, esse produto não levava em consideração as particularidades dos perfis linguísticos, ambientais e socioculturais das diversas regiões brasileiras.

Na tentativa de levar adiante a materialização da sua política educacional no país, o governo federal, em 1972, dentro da LDB 5.692/71, criou um Parecer do Conselho Federal de Educação n. 699, em seu capítulo IV, regulamentando o chamado Ensino Supletivo. Se até antes desse parecer ser criado, os governos militares centralizaram as ações político-pedagógicas na esfera federal, a qual ditava as diretrizes a serem seguidas em todas as unidades da federação, a partir do novo parecer ocorreram certas flexibilidades. O que seria uma tentativa de democratização do processo acabou gerando ainda mais problemas, uma vez que os estados, ao receberem autonomia para adequarem o Ensino Supletivo às suas realidades regionais, acabaram gerando fortes disparidades educacionais entre si. Como apontado por Scortegagna & Oliveira (2006), a Lei nº 5692/71 conferiu autonomia e flexibilidade aos Conselhos Estaduais, o que acabou gerando muitas diferenças nas modalidades inseridas nos estados brasileiros.

O Ensino Supletivo tinha como objetivos básicos repor a escolarização regular, atualizar conhecimentos e, especialmente, formar mão de obra para um país que presenciava um sensível crescimento econômico se contrapondo a uma degradação social, em que a formação do educando, enquanto elemento societário, era algo secundário. Segundo Haddad & Di Pierro (2000), a especificidade dessa modalidade de ensino esbarrou mais uma vez na formação profissional dos docentes envolvidos. Muitos profissionais do Ensino Regular foram utilizados para ministrarem aulas no Supletivo. O autor supracitado ainda nos diz que o governo

federal almejava pôr em prática uma escolarização neutra, na qual todos deveriam ter oportunidades iguais e aproveitá-las mediante as ofertas oferecidas pelo Estado a partir de seus esforços, cuja meta se centrava na sua alocação junto ao mercado de trabalho. No caso brasileiro, no qual as injustiças socioeconômicas eram enormes, essa estratégia mais uma vez mostrou-se inviável (FROELICH, 2007).

A economia brasileira presenciou um crescimento surpreendente entre 1968 e 1973, período que ficaria conhecido como “milagre econômico ou brasileiro”. No entanto, em 1973 e, posteriormente, em 1979, ocorreram dois aumentos súbitos no preço do barril de petróleo que pegaram o Brasil de surpresa e geraram graves crises econômicas, inclusive se estendendo aos anos 1980. Isso se deu pelo fato de o país ter adotado uma política de crescimento econômico calcada no petróleo como matriz energética, pois o seu preço vinha se mantendo estável há décadas no mercado internacional e dependíamos de importações crescentes desse combustível. A recessão e as imposições neoliberais impetradas pelo mercado fizeram os governos da época praticamente abandonar as áreas sociais em socorro ao mercado econômico, especialmente para se resguardar os interesses do grande capital nacional e, fundamentalmente, do transnacional.

A educação de adultos foi sendo renegada gradativamente, pois, além do desgaste dos governos militares, nos campos político, econômico e social, havia também, já no início dos anos 1980, uma crescente pressão internacional pelo fim de governos ditatoriais, o que se somaria à ascendente mobilização nacional por eleições livres e democráticas. Os governos militares temiam os movimentos de cultura popular ensaiados no período pré-1964, pois acreditavam que esses poderiam desestabilizar o regime imposto e acreditaram que o MOBRAL e o Ensino Supletivo seriam formas de mediação entre seus governos e os setores populares. Para os críticos dessas modalidades de ensino, elas eram encaradas como fazendo parte de uma educação domesticadora e, como dito por Haddad & Di Pierro (2000), a educação de adultos passou a compor o mito da sociedade democrática brasileira em um regime de exceção.

Já a partir de 1985, com o fim dos governos militares, o MOBRAL foi substituído pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar) e, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual ficaria

conhecida como “Constituição Cidadã”, ressurgiu no país a esperança da redemocratização na área educacional. Em seu artigo 208, ela afirma que o cidadão, independente de sua idade, possui direito universal ao ensino fundamental público e gratuito. Assim sendo, aqueles que sempre acreditaram nos movimentos de cultura popular e de um modelo de educação verdadeiramente democrático, participativo, crítico, criativo e transformador, entenderam que esse seria o momento de se tentar resgatar algumas iniciativas que foram reprimidas durante o regime militar. No entanto, em 1990, a Fundação Educar foi extinta, criando-se um vácuo na Educação de Jovens e Adultos, o que acabou contribuindo para um velho problema para essa modalidade de ensino: a continuidade de um processo educativo coerente, democrático e respaldado politicamente, o qual manteria o aluno estimulado a continuar avançando em seus estudos.

Ainda no ano de 1990, ocorreram dois fatos importantes. Esse ano foi declarado pela ONU como o Ano Internacional da Alfabetização e, na Tailândia, organizada por essa mesma organização, via UNESCO, ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Vale salientar que o presente ano também assinalou a materialização da chamada globalização econômica, em que o desmantelamento de mercados e todo um pacote neoliberal passariam a ser difundidos no planeta, causando sérios impactos socioeconômicos sobre diversas nações, especialmente junto as mais pobres.

Assim sendo, prover condições satisfatórias nas áreas sociais, com destaque à educação, seria algo imprescindível para se minorar tais impactos. No entanto, se percebe mais uma vez que tais condições surgiram sem que as especificidades socioeconômicas das diversas nações envolvidas fossem levadas em conta, sendo medidas impostas *de cima para baixo*. Como observado por Frigotto & Ciavatta (2003, p. 97-98):

Do ponto de vista da educação, ocorre uma disputa entre o ajuste dos sistemas educacionais às demandas da nova ordem do capital e as demandas por uma efetiva democratização do acesso ao conhecimento em todos os seus níveis. Os anos de 1990 registram a presença dos organismos internacionais que entram em cena em termos organizacionais e pedagógicos, marcados por grandes eventos, acessórias técnicas e farta produção documental.

O primeiro desses eventos é a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos” realizada em Jomtien, de 5 a 9 de março de 1990, que inaugurou um grande projeto de educação em nível mundial, para a década que se

iniciava, financiada pelas agências UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial. A Conferência de Jomtien apresentou uma “visão para o decênio de 1990” e tinha como principal eixo a ideia da “satisfação das necessidades básicas de aprendizagem [...]”.

Percebemos que a educação foi sendo submetida à exigência de classes, fruto de uma política sem a participação popular e atendimentos aos seus interesses. A ideia seria basicamente formar indivíduos para um mercado de trabalho que, gradativamente, foi necessitando de pessoas que soubessem ler e escrever. A verdadeira inserção das camadas populares no cenário societário acabou ficando relegada a segundo plano. Assim, criou-se um hiato socioambiental em nossa sociedade, ou seja, a formação crítica do sujeito sobre sua relação societária com o trabalho e o meio ambiente acabou por ceder espaço à alienação.

Com a nova LDB, aprovada pelo Congresso Nacional, em 1996, pouca coisa mudou perante às expectativas daqueles que almejavam um maior compromisso do governo federal frente à modalidade de ensino supletivo para jovens e adultos. A grande novidade na seção da Lei dedicada à modalidade em questão foi a diminuição das idades mínimas para que os candidatos prestassem exames seletivos para a suplência: 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. Um fato curioso que a nova LDB gerou, é observado por Haddad & Di Pierro (2000, p. 122):

A verdadeira ruptura introduzida pela nova LDB com relação à legislação anterior reside na abolição da distinção entre os subsistemas de ensino regular e supletivo, integrando organicamente a educação de jovens e adultos ao ensino básico comum. A flexibilidade de organização do ensino e a possibilidade de aceleração dos estudos deixaram de ser atributos exclusivos da educação de jovens e adultos e foram estendidas ao ensino básico em seu conjunto.

A legislação da EJA tem como referências a Constituição Federal de 1988, a qual assegura aos jovens e adultos o Direito Público Subjetivo ao Ensino Fundamental Público e Gratuito e a LDB 9394/96. Essa Lei dedica dois artigos (art. 37 e art. 38), no Capítulo da Educação Básica, Seção V, para reafirmar a obrigatoriedade e a gratuidade da oferta da educação para todos que não tiveram acesso na idade própria. Segundo Brasil (1996) *apud* Machado (2009, p. 20):

A concepção de EJA como modalidade da educação básica, que se evidencia nos art. 37 e 38 da Lei nº 9.394/96, é um ponto chave na chamada reconfiguração do campo. Todavia, o art. 4º já faz várias

referências, em seus incisos, sobre o dever do Estado na garantia do direito de jovens e adultos à educação:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

[...]

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. [...].

Na teoria, desde a segunda metade dos anos 1980 e, com maior veemência, a partir dos anos 1990, aos olhos de um leigo, daria a impressão de que as leis destinadas ao ensino de jovens e adultos no Brasil por si só já garantiriam os seus propósitos. No entanto, como observado por Rummert & Ventura (2007, p. 31):

A Constituição Brasileira de 1988 reconheceu o direito de todos à educação, ao afirmar o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, independente da idade. Entretanto, nos anos de 1990, a LDB 9.394/96, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e a reforma da Educação Profissional, por meio do Decreto 2.208/97, redefiniram os rumos da política educacional, o que significou expressivo retrocesso no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Acentuou-se, então, o lugar secundário ocupado pela EJA no conjunto das políticas educacionais.

Na prática, o governo acabou priorizando a redução das idades mínimas para o acesso aos exames supletivos em detrimento da formação do aluno. Mais uma vez se percebe que a intenção maior não reside na qualidade da formação do aluno, respeitando sua temporalidade, especificidades socioeconômicas e culturais, visto que o ensino de jovens e adultos é singular e, efetivamente, assim deve ser tratado. O governo federal, na verdade, busca transferir a responsabilidade da alfabetização e a formação dessa modalidade de ensino para outras esferas de poder, especialmente para os municípios, muitos dos quais não possuem efetivas condições para tal. Nesse sentido, nos alerta Rummert & Ventura (2007, p. 32):

A redução das idades mínimas para a realização de exames supletivos, de 18 para 15 anos no Ensino Fundamental e de 21 para 18 anos no Ensino Médio, constituiu uma mudança significativa que corroborou a

desqualificação dessa modalidade de ensino e da própria escola, uma vez que se privilegiou a idade mínima para a certificação em detrimento dos processos pedagógicos sistemáticos. [...]

Também as novas regras de financiamento concorreram para secundarizar a EJA ao desestimular a criação ou mesmo a ampliação de turmas na educação de jovens e adultos nos Estados e Municípios. O FUNDEF, também datado de 1996, não incluiu os alunos que cursavam o Ensino Fundamental no então denominado ensino supletivo no cômputo de matrículas para o repasse dos recursos desse fundo. Tal restrição acarretou, em significativo número de municípios brasileiros, a redução da oferta de vagas no supletivo, substituído pelo regular noturno, cujas matrículas eram contabilizadas nos cálculos do FUNDEF, sem que ocorresse nenhuma adaptação de caráter pedagógico com vistas a atender as especificidades dos jovens e adultos.

Vários educadores e estudiosos comprometidos com a modalidade de jovens e adultos sempre se preocuparam com a inserção efetiva desses alunos no contexto societário. Esses discentes vêm participando cada vez menos junto às discussões concernentes ao modelo societário no qual vivem, pois à medida que se afastam dos bancos escolares, tendem a ser menos perceptíveis às mudanças que ocorrem no espaço ao seu redor. Dessa forma, reduzem suas capacidades de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Partindo do princípio que a cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais, ao cumprirmos nossas obrigações, permitiremos que o outro exerça seus direitos e, certamente, estaremos mitigando uma grande dívida para com esse grupo social.

Os ideais de Paulo Freire, sempre calcados num comprometimento político, social, econômico e por extensão ambiental, especialmente para com as classes sociais marginalizadas, encontram ecos que verberam ao longo dos tempos. Em suas sábias ações, sempre destacou que a vida societária tem de ser boa para todos, pois, do contrário, transforma-se em isolamento. Assim, esse educador acabou contribuindo sensivelmente para que o contexto ambiental fosse analisado e compreendido através de outras ações. Através de uma educação crítica, transformadora, participativa, criativa e emancipadora, acabou por semear ideias que resgatam um novo relacionamento entre o homem e a natureza. Portanto, encontramos aqui a articulação que permeia esse trabalho, servindo de aglutinadora entre as ideias daqueles que anseiam pela transformação do ser humano, através de uma educação libertadora, como condição ímpar para o surgimento de um novo paradigma socioeconômico e ambiental.

2.4 Cooperativas de Trabalho

A educação popular, base da militância político-pedagógica defendida por diversos educadores que seguem a pedagogia crítica, sempre percebeu no trabalho uma base importante para a sua materialização. Se o sujeito necessita do trabalho para o seu sustento e de sua família, é verdade, também, que esse precisa da educação para se aperfeiçoar e compreender o contexto político, social e econômico que resulta em seu papel e sua inserção no mundo do trabalho, o qual é o mundo das relações sociais. Dessa forma, fica fácil associar as ideias de Paulo Freire com educação, trabalho, cidadania, transformação, emancipação e libertação. Maciel (2011, p. 336) nos diz que:

A educação popular comprometida com a classe trabalhadora é, portanto, uma educação ético-política e intelectual dessa classe, acontecendo em todos os espaços educativos, direcionada ao entendimento das necessidades e dos reais interesses das camadas populares.

Seguindo o princípio de que o coletivo deve preceder o individual e a participação democrática e solidária do ser humano em qualquer tipo de organização social é condição imprescindível para o exercício da cidadania, entendemos que essa realidade acaba por exercer amplos reflexos sobre o binômio educação-trabalho. Por sua vez, se essa realidade determina a forma como o ser humano se apropria da natureza, percebemos um alinhamento entre a pedagogia crítica e o materialismo histórico-marxista.

Uma das formas de organização trabalhista, nos moldes da coletividade, com uma apropriação mais racional dos bens naturais, seria a cooperativa de trabalho. Segundo Jacob (2004, p. 46):

Estas são apoiadas por sindicatos, ONGs e instituições da sociedade civil e enquadram-se na proposta de “economia solidária”, na qual os valores da autogestão dos trabalhadores, o combate ao desemprego e o desenvolvimento sustentável são norteadores.

Percebemos que muitos cidadãos, em sua evolução histórica por uma ocupação remunerada, encontram-se precariamente incluídos no contexto societário, sobrevivendo, na prática, quase que em condições de caridade, tanto por ações paliativas das esferas públicas quanto de entidades privadas. Assim sendo, implementar práticas que se solidarizem com esses cidadãos, compartilhando

esforços e mostrando que existem formas alternativas para que o indivíduo conquiste sua promoção socioeconômica, seria um caminho compatível com a busca da transformação e da verdadeira inclusão dos sujeitos em questão. Nesse contexto, Cury (2008, p. 215) afirma que:

A face manifesta dessa inclusão excludente é a privação de determinados direitos e bens sociais para ser, ao mesmo tempo, precariamente incluído em outras dimensões da produção da existência social.

A educação comunitária preocupa-se com a camada social que se encontra em situação socioeconômica mais debilitada, especialmente nos países subdesenvolvidos. Essa vertente pedagógica se solidariza com os alunos que possuam dificuldades de assimilações cognitivas e que, por vários motivos, sentem-se desmotivados para frequentarem ou retomarem os bancos escolares. Nesse sentido, buscar algum atrativo que venha estimular o aluno a estudar e enxergar nessa ação algo que contribua na criação de uma modalidade alternativa de trabalho, certamente estará somando esforços para a promoção da cidadania. Segundo Gadotti (2005, p. 11):

A educação comunitária, como uma expressão da educação popular, preocupa-se específica, mas não exclusivamente, com os setores excluídos da sociedade – principalmente excluídos do sistema econômico – não produtores e não consumidores – na busca de melhor qualidade de vida.

Os campos de ação da educação comunitária podem ser tanto a escola formal quanto não formal, as organizações econômicas populares, a educação municipal, as escolas produtivas, bem como as microempresas, as cooperativas, os movimentos populares e sociais etc.

Gadotti (2005) ainda afirma que, numa perspectiva progressista, a educação comunitária é aquela que associa o produtivo, o organizativo e o educativo. Portanto, quando se contextualiza educação crítica e participativa, trabalho comunitário-solidário e meio ambiente, fica mais fácil se falar em desenvolvimento econômico e sustentabilidade com menores impactos ambientais. Nesse patamar societário, em que prevalece a irracionalidade na relação produção-consumo, a razão e a consciência coletiva devem nortear os agentes envolvidos. A busca por um convívio mais harmonioso entre todos passa por uma mudança de comportamento e essa transformação só ocorrerá efetivamente com a intermediação da educação. Nesse contexto, tanto a formação do sujeito quanto a sua organização enquanto trabalhador ganharia novas dimensões.

2.4.1 As dificuldades para a manutenção do emprego formal

Desde a criação da chamada Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), através do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, unificando toda legislação trabalhista existente no Brasil, o trabalhador vem travando um verdadeiro combate junto ao crescente poder do patrão e do capital. Na equação envolvendo patrão e empregado, de um lado temos o patrão tentando aumentar seus ganhos e, do outro, o trabalhador se organizando para manter uma luta constante pela manutenção do seu emprego e um salário melhor.

Até 1966, todo empregado que cumprisse 10 anos de trabalho em uma empresa tornava-se estável, podendo ser demitido somente por justa causa ou em troca do pagamento de uma indenização, o que acabava representando um valor muito elevado, para o qual os empregadores não se preparavam. Na prática, muitos trabalhadores eram demitidos pouco antes de completarem o decênio ou simplesmente não eram pagos, sendo obrigados a reclamarem seus direitos na Justiça.

A indenização era apontada como um encargo que onerava as empresas e não favorecia os empregados. A saída encontrada foi a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado pela Lei nº. 5.107, de 1966, e que, segundo Brasil (2008), seria um fundo que os empregadores mantinham durante o contrato e pelo qual os empregados poderiam optar. A partir de 1988, com a extinção da estabilidade no emprego para empregados de empresas privadas, todos os trabalhadores contratados são obrigatoriamente filiados ao FGTS, dinheiro captado pela Caixa Econômica Federal (CEF) e utilizado pelo governo, entre outras coisas, na construção de imóveis populares ou não.

Dessa forma, as instituições empregadoras passaram a ter o direito de admitir e demitir o trabalhador conforme seus interesses, especialmente em um mercado em que a oferta de empregos é menor que a procura. Nesse sentido, não fica muito difícil perceber que o trabalhador acabou ficando à mercê das imposições do patrão, especialmente a partir dos anos 1990, quando a fase neoliberal do capitalismo passou a pressionar os governos a desregulamentarem suas políticas trabalhistas e

flexibilizarem seus investimentos, justamente para multiplicarem seus lucros. Esse contingente de trabalhadores, ao serem manobrados conforme os interesses daqueles que controlam o sistema produtivo, tornaram-se cada vez mais alienados do contexto socioeconômico e ambiental. Como observado por Harvey (2011, p. 55):

A acumulação perpétua a uma taxa composta depende da disponibilidade permanente de reservas suficientes de acesso à força de trabalho. O que Marx chama de “exército industrial de reserva” é, portanto, uma condição necessária para a produção e a expansão do capital. Esse exército deve ser acessível, socializado e disciplinado, além de ter as qualidades necessárias (isto é, ser flexível, dócil, manipulável e qualificado quando preciso). Se essas condições não forem satisfeitas, então o capital enfrenta um sério obstáculo à acumulação contínua.

Nessa relação, merece destaque o fato de que, com a tão comentada globalização econômica, a partir dos anos 1990, momento em que vários países passaram a ter maior liberdade de comercializar entre si, dinamizou-se, assim, uma relação de trocas comerciais sem precedentes entre essas nações. Ao mesmo tempo em que o acesso a bens e serviços passou a ocorrer para os habitantes, disponibilizados pelas importações, isso também acabou afetando muitos postos de trabalho, uma vez que os produtos importados acabaram levando à falência várias empresas ou reduzindo suas ações dentro do país. Na tentativa de se adequar a essa realidade, muitas empresas passaram a demitir, terceirizar parte de seus serviços ou simplesmente procurar outro país que lhe ofereça maiores vantagens.

A partir daí, percebemos que o trabalhador passou a vivenciar um ambiente muito delicado para a manutenção de seu emprego, especialmente o dito formal, ou seja, aquele com carteira assinada e com vínculo empregatício direto com uma fonte pagadora reconhecida por lei. A exigência de uma qualificação constante por parte do trabalhador, através de cursos de atualizações, como condição de ajuda na manutenção do seu emprego, por si só já seria um fator limitante para grande parte dos trabalhadores brasileiros - haja vista a conjugação de fatores como baixa escolarização, disponibilidade de tempo e capital para tal -, uma vez que muitos cursos dessa natureza não são gratuitos. Nesse ambiente de transformações crescentes, os sujeitos menos preparados e desassistidos pelos poderes legalmente constituídos necessitam de uma alternativa de trabalho coerente ao mercado vigente.

2.4.2 O conceito de cooperativa de trabalho

Segundo Morato & Costa (2001) *apud* Matos (2008), a cooperativa é uma das formas avançadas de organização da sociedade civil, pois proporciona o desenvolvimento socioeconômico aos seus integrantes e à comunidade e resgata a cidadania por meio da participação, do exercício da democracia, da liberdade e autonomia. Percebemos que os autores falam em cidadania, conceito fundamental para uma verdadeira participação societária. Na realidade, o ser humano não precisa que sintam piedade em relação às suas dificuldades socioeconômicas, mas sim, que surjam oportunidades para que encontre caminhos que o estimulem a conquistar a sua superação. Para tanto, o trabalho exerce papel ímpar nessa dinâmica para o ser humano. Como apontado por Marx (1985) *apud* Pires (1997, p. 89):

Isso quer dizer que, se o caráter de uma espécie define-se pelo tipo de atividade que ela exerce para produzir ou reproduzir a vida, esta atividade vital, essencial nos homens, é o trabalho – a atividade pela qual ele garante sua sobrevivência e por meio da qual a humanidade conseguiu produzir e reproduzir a vida humana.

Reforçando o entendimento sobre as cooperativas de trabalho, Mauad (1999, p. 14) afirma que:

As cooperativas de trabalho são empresas formadas por uma associação de usuários, que se reúnem em igualdade de direitos, com o objetivo de desenvolver uma atividade econômica ou prestar serviços comuns, eliminando os intermediários, sendo o seu funcionamento regulado pela Lei 5.764/71. Em seu Art. 4º, a lei em questão define que as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados. O cooperativismo auxilia as pessoas a suprir suas necessidades e superar dificuldades. A ajuda mútua é uma filosofia de vida mais digna e respeitada.

De acordo com Crúzio (2000), cooperativas de trabalho, também conhecidas como sociedades cooperativas, comumente são as organizações formadas por pessoas físicas, trabalhadores autônomos ou eventuais, de uma ou mais classes de profissão. Suas organizações buscam o exercício profissional em comum, com a finalidade de melhorar a condição econômica e as condições gerais de trabalho dos seus associados, em regime de autogestão democrática e de livre adesão. Além disso, dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, propõem-se a contratar e a executar obras, tarefas, trabalhos ou serviços públicos ou particulares,

coletivamente, por todos ou por grupo de alguns.

Vale ressaltar que existem diferenças entre cooperativas de trabalho e cooperativas de mão-de-obra. Martins (2003) diz que nas cooperativas de trabalho há a prestação de serviços pelos associados da cooperativa, que são autônomos. Já nas cooperativas de mão de obra, há a exploração dela por terceiros. As cooperativas de trabalho podem utilizar capital, equipamentos e instalações industriais próprios, produzindo bens e serviços. São exemplos as cooperativas de médicos, dentistas, engenheiros, etc. As cooperativas de mão de obra são aquelas que operam nas instalações de outras empresas, isto é, os tomadores de serviço.

Vale destacar que existem vários tipos de sociedades cooperativistas, no entanto, nesse trabalho damos ênfase às cooperativas de trabalho, especialmente aquelas voltadas para os pequenos cooperados. Nesse caso, o modelo societário cooperativista em destaque se enquadra na vertente conhecida como economia solidária, a qual vislumbra uma assistência maior para indivíduos com baixos níveis socioeconômicos. No entanto, a lei que regulamenta as cooperativas no Brasil oportuniza possibilidades para que as diversas modalidades cooperativistas desenvolvam suas particularidades. Essa flexibilidade é importante para a sobrevivência dessas atividades produtivas, especialmente num mercado tão competitivo quanto ao atual.

Santos (2004, p. 1) nos diz que as sociedades cooperativas se destacam por:

1. Serem sociedades de pessoas, com forma própria e natureza civil. Tanto pode ser formada por pessoas físicas quanto por pessoas jurídicas;
2. Seu funcionamento ser regido pela Lei Federal nº. 5.764/71, de 16 de dezembro de 1971, a qual “define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas”;
3. Não terem a finalidade lucrativa, entretanto, têm finalidade econômica para atender aos objetivos sociais em prol dos cooperados;
4. O cooperado não ter vínculo empregatício com a cooperativa (art. 90 da Lei nº. 5.764/71 e parágrafo único do artigo 442 da CLT). “O cooperado é autônomo. Determina o inciso IV, do § 15 do art. 9º do Regulamento da Previdência Social, estabelecido pelo Decreto nº. 3.048/99, que o trabalhador associado à cooperativa que, nessa qualidade, presta serviços a terceiros é segurado contribuinte individual, o que na prática significa que é trabalhador autônomo”.

As características das cooperativas de trabalho, em que o seus integrantes são autônomos, vêm propiciando uma maior flexibilidade para a aquisição de um posto de trabalho, pois essa realidade elimina diversos encargos trabalhistas convencionais, tal como indenização por dispensa trabalhista.

2.4.3 As bases jurídicas para a criação de uma cooperativa de trabalho e seus desdobramentos

As cooperativas de trabalho, por possuírem uma série de particularidades, envolvendo desde trabalhadores mais humildes e com pouca capitalização, até grupos maiores e mais estruturados financeiramente, acabam por instituir uma base jurídica bastante consolidada, exatamente para assegurarem o máximo de garantias e transparências para aqueles que queiram usufruir de suas prerrogativas. Segundo Santos (2004, p. 1-2):

A base jurídica de sustentação das cooperativas se assenta no Código Civil Brasileiro (Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002), na Consolidação das Leis Trabalhistas (Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943) e, na Lei específica que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas (Lei nº. 5.764/71, de 16 de dezembro de 1971).

A partir da reestruturação capitalista, especialmente com a consolidação do neoliberalismo econômico, no final do século passado, o grande capital passou a colocar em prática diversos recursos, com o intuito de maximizar seus lucros paralelo à minimização de seus investimentos. Cortes de postos de trabalho, terceirizações de algumas atividades e privatizações passaram a fazer parte dessas práticas, o que acabou contribuindo para o crescimento de diversas modalidades cooperativas. Em função do crescente número de desempregados no Brasil, em boa parte reflexo dessa postura neoliberal, o governo brasileiro passou a estimular a criação de cooperativas de trabalho. Como observado por Sousa (2008, p. 54):

Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). A direção da Senaes ficou a cargo de um respeitado acadêmico brasileiro, com grande atividade, pesquisa e produção sobre o tema, o economista Paul Singer. A partir de então, a economia solidária alçou o *status* de política pública de governo.

O Governo Federal, através do MTE (2006), assim define economia solidária:

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagens, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma proposta a favor da inclusão social.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é o órgão máximo de representação das cooperativas no Brasil. Segundo essa entidade, com a declaração do ano de 2012 como sendo o Ano Internacional das Cooperativas pela Organização das Nações Unidas (ONU), não havia dúvidas de que essa data seria um marco para o movimento cooperativista. Isso proporcionou uma nova era para o cooperativismo de trabalho brasileiro, já que ao possuir bases jurídicas consolidadas legalmente e estimuladas pelo governo, essa modalidade de trabalho cresce no país como uma alternativa de sobrevivência perante o modelo neoliberal, que é seletivo e excludente. Como já observado por Lima (2004, p. 45):

As cooperativas são percebidas também como uma forma alternativa de empresa capitalista, na qual o trabalho autogestionário termina por ser funcional pela flexibilidade que possibilita no uso da força de trabalho, permitindo a redução de custos e aumentando a competitividade das empresas [...].

Ainda que existam críticas sobre as cooperativas de trabalho, já que alguns alegam ser esta modalidade de trabalho uma das consequências do próprio capitalismo em fase de adaptação e não uma oposição a ele, acreditamos não ser aqui pertinente essa discussão, uma vez que se afastaria do contexto deste trabalho. No entanto, suas raízes mais longínquas situam-se no século XIX europeu (GAIGER, 2003) e vêm se fortalecendo à medida que o capitalismo promove grandes desigualdades sociais no planeta como um todo. Assim, observamos que as cooperativas de trabalho oportunizam aos trabalhadores, nos mais variados níveis de capitalização, chances de sobreviverem num mercado extremamente competitivo, desde que se organizem e se qualifiquem, além de se manterem unidos e atualizados em suas práticas produtivas. Como apontado pela OCB/SESCOOP-RJ (2014):

O cooperativismo é um movimento de união de pessoas com objetivos econômicos, sociais e culturais comuns. Sua proposta é buscar a prosperidade conjunta, visando às necessidades do grupo, e não o lucro. Desta junção nasce uma cooperativa que se baseia na adesão democrática, participação econômica dos sócios, liberdade, educação dos sócios, intercooperação, interesse pela comunidade e que se propõem a oferecer produtos e serviços de qualidade.

A desregulamentação e a flexibilização dos mercados, com a globalização econômica, impulsionada pelos ideais neoliberais, levou muitos trabalhadores desempregados a procurarem a informalidade, pois a carga tributária em diversos países ainda é considerada elevada, sejam eles ricos ou pobres. Isso acabou inibindo a legalização de muitas atividades econômicas, além de tornar desvantajoso para o governo, que arrecada menos impostos; para o trabalhador, que perde garantias que a formalidade lhe concederia e para o próprio mercado, o qual se ressentia de uma movimentação financeira mais fluída, amparada pelas leis em vigor. Muitos empregos, já não mais atrativos para grandes empresas que preferem investir numa mão de obra mais qualificada, começam a ser *descartados* e terceirizados, oportunizando, assim, o surgimento de um novo espaço a ser ocupado. Segundo Lima (2006, p. 306):

A informalidade deixa de ser uma característica terceiro-mundista e torna-se um produto dos novos tempos flexíveis. Perde o caráter de negatividade anterior e assume a positividade, para o capital, da desregulamentação e da flexibilização.

Dessa forma, em diversos países, independente de seus níveis de desenvolvimento socioeconômico, as cooperativas de trabalho vêm se tornando uma realidade crescente. Com o intuito de reforçar os dispositivos legais que venham resguardar os interesses dos pequenos e dos grandes cooperados, em um momento no qual as modalidades cooperativistas crescem rapidamente, a OCB sancionou uma nova lei em 2012. Nessa questão, a OCB (2012, p. 12) afirma que:

A sanção da Lei nº. 12.690/2012 traz o marco regulatório que faltava ao segmento e, com ele, um salto qualitativo, a regulamentação das relações entre cooperativas de trabalho e tomadores de serviços.

É certo que, em algumas matérias, a Lei nº. 12.690/2012 estabelece novas obrigações e dispõe de maneira diferente da Lei nº. 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo). Contudo, havendo conflito entre os diplomas legais ao disciplinar um mesmo instituto, prevalece o disposto na nova legislação (Lei 12.690/2012), tal como garantido em seu art. 1.º e disciplinado no § 1º do art. 2.º da Lei de Introdução ao Código Civil.

Observamos que a sanção da Lei nº. 12.690/2012 propiciou um ambiente mais favorável, prático e desburocratizado para aqueles que possuam interesse em criar uma cooperativa de trabalho.

2.4.4 A estrutura organizacional de uma cooperativa de trabalho

Destacamos o organograma a seguir (Figura 1) que sintetiza a estrutura organizacional de uma cooperativa de trabalho, tomando como exemplo aquele fornecido pela OCB, órgão máximo de representação das cooperativas no Brasil. A intenção é mostrar o nível de organização que uma cooperativa pode exigir à medida que vai crescendo e gerando mais recursos e ofertas de trabalho.



Fonte: Sistema OCB/RO

Figura 1. Estrutura organizacional de uma cooperativa de trabalho.

À medida que uma cooperativa de trabalho vai crescendo e agregando um número crescente de trabalhadores, a sua estrutura organizacional vai exigindo novos segmentos administrativos. Segundo a Unisolbrasil (2011, p. 1):

A estrutura organizacional é o molde legal que define como se darão as relações entre os cooperadores bem como as relações institucionais da cooperativa com os diversos atores da sociedade: outras cooperativas, empresas privadas, poder público, instituições públicas etc.

No Capítulo IX da lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, Dos Órgãos Sociais, diz que as cooperativas devem ter Assembleias Gerais, distinguindo dentre estas as Ordinárias e as Extraordinárias, além do Conselho Fiscal.

A ocupação dos cargos de maiores responsabilidades dentro dessa organização ocorre através de eleições e com rotatividade, evitando, assim, que um cooperado fique vários mandatos seguidos em postos importantes da cooperativa.

Quanto às Assembleias Gerais, a lei explica, entre outros, ser este órgão supremo da sociedade cooperativa, dentro dos limites das leis e do estatuto da cooperativa, podendo deliberar sobre a cooperativa e os negócios desta. Recorda

ainda que tais deliberações vinculam a todos, em termos de responsabilidades e direitos, ainda que ausentes ou discordantes.

A Assembleia Geral é a reunião dos cooperadores para deliberarem juntos, através de procedimentos democráticos em que cada pessoa tem direito a debater, colocar propostas e a um voto, sobre quaisquer questões que os cooperadores julgarem relevantes. Como observado pela Unisolbrasil (2011, p. 2):

A lei define como Ordinárias as Assembleias Gerais que ocorrem obrigatoriamente nos primeiros três meses após o término do exercício social (em geral, devem ocorrer até 31 de março), onde o Conselho de Administração deve, entre outras coisas, relatar sobre a gestão, apresentar o balanço e o demonstrativo das sobras ou perdas apuradas, além do parecer do Conselho Fiscal. Isso garante o máximo de lisura sobre a administração de um bem que é de todos.

Como Extraordinárias a lei define àquelas Assembleias Gerais que ocorrem sempre que necessário, podendo deliberar sobre quaisquer interesses da sociedade mas que tem por exclusiva competência deliberar sobre formas no estatuto, fusão, incorporação ou desmembramento, mudança no objeto da sociedade, dissolução voluntária da sociedade e sobre a nomeação e as contas liquidante.

É a Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, que garante legalmente a democracia interna de uma cooperativa, pois os interesses coletivos devem sempre se sobrepôr aos particulares.

Quanto ao Conselho de Administração ou Diretoria, a lei determina que sejam eleitos, dentre os cooperadores, os administradores pela Assembleia Geral, com mandato nunca superior a quatro anos e com renovação obrigatória de, no mínimo, 1/3 (um terço) por eleição.

A lei não faz menção ao número de componentes no conselho nem às funções destes, porém geralmente participam três membros efetivos e um vogal. Estes membros podem ser designados como coordenador geral, administrativo e financeiro, ou conforme a necessidade de cada cooperativa.

O Conselho de Administração é responsável pela execução das atividades-meio da cooperativa, tais como as administrações financeiras e do fundo de reserva, negociação de contratos, divulgação de produtos e/ou serviços, negociações de compra: de matérias-primas, materiais de apoio etc., das

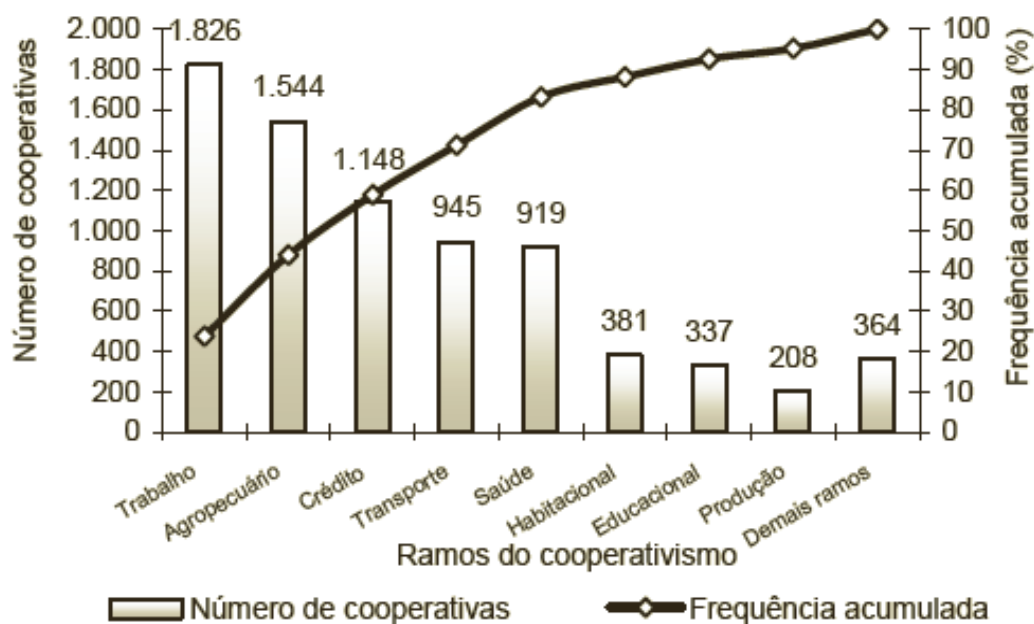
negociações de venda de produtos e/ou serviços etc. Ser responsável, entretanto, não significa que não possa requisitar outros cooperados para tais atividades, pode e deve.

Quanto ao Conselho Fiscal, é responsável por fiscalizar a administração em suas ações e contratos, a lei determina que seja composto pela eleição, dentre os cooperadores, de três membros efetivos mais três suplentes, com a possibilidade de reeleição de apenas um terço dos componentes.

2.4.5 A importância das cooperativas de trabalho enquanto atividades econômicas

Segundo a OCB, o movimento cooperativista brasileiro é diversificado, dividido em 13 ramos de atividades distintas, sendo eles: Agropecuário; Educacional; Crédito; Saúde; Infraestrutura; Habitacional; Transporte; Turismo e Lazer; Produção; Especial; Mineral; Consumo e Trabalho.

Para Matos & Ninaut (2008), o cooperativismo possui importância significativa na economia brasileira, pois é um sistema capaz de alinhar o desenvolvimento humano ao sustentável, devido aos seus princípios universais de origem e evolução. O último censo do cooperativismo, realizado em 2007, apresenta dados que comprovam a evolução dessa modalidade alternativa de trabalho no Brasil. A Figura 2 apresenta o número de cooperativas no Brasil em 2007, considerando-se os ramos do cooperativismo e suas participações no censo. Nesse mesmo ano foram observadas 7.672 cooperativas filiadas ao sistema OCB, com destaque para o ramo trabalho, agropecuário, crédito, transporte e saúde, pois juntos representam 83,19% do total de cooperativas. Os ramos trabalho e agropecuário apresentam 1.826 e 1.544 delas, respectivamente, seguidos pelo crédito, com 1.148.

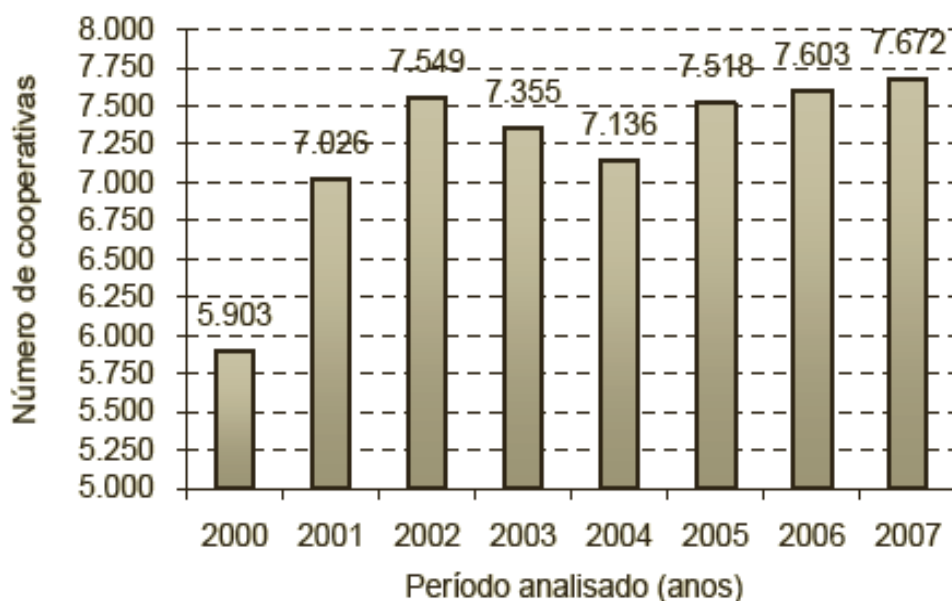


Fonte: OCB (2008)

Figura 2. Censo das cooperativas brasileiras em 2007 com a consideração dos ramos e a frequência acumulada.

Vale destacar que, por falta de conhecimento ou por desconhecimento dos caminhos legais que levam uma cooperativa a ser legalizada, o número de cooperativas registradas e computadas para fins oficiais é subestimado no país. Assim sendo, acredita-se que o quantitativo de unidades cooperativistas no Brasil seja maior, pois muitas delas exercem suas atividades à margem da legalidade e, como tal, não aparecem nas estatísticas oficiais.

Na Figura 3, é mostrada a evolução do número total de cooperativas no Brasil, no intervalo considerado entre os anos de 2000 e 2007. No período analisado, o número total de cooperativas cresceu 29,97%, passando de 5.903 para 7.672. Isso demonstra que essas modalidades de trabalho estão ganhando espaço econômico no cenário nacional.



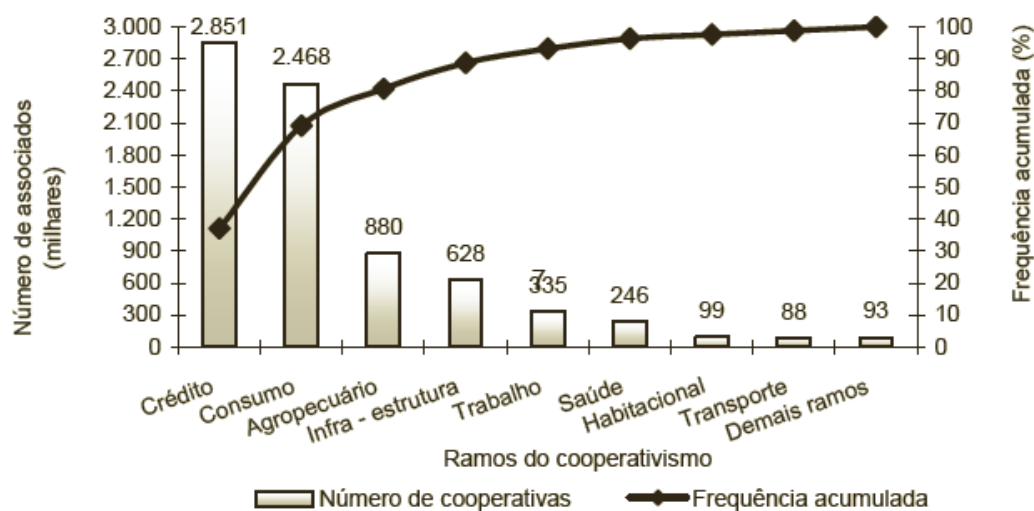
Fonte: OCB (2008)

Figura 3. Evolução do número de cooperativas no Brasil, entre os anos de 2000 e 2007.

Segundo Matos e Ninaut (2008, p. 7):

Observa-se uma redução no número de cooperativas em 2003 e 2004, fato explicado pela queda no número de cooperativas do ramo agropecuário devido à crise da agricultura brasileira ocorrida nesses anos. Tal fato está associado à redução das cotações das principais commodities agropecuárias e à elevação do endividamento rural no Brasil.

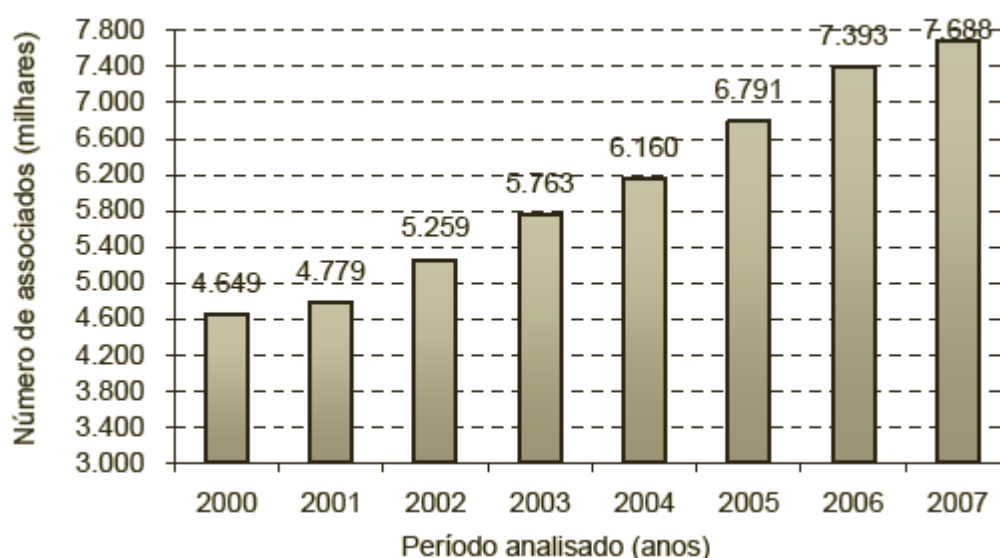
Matos e Ninaut (2008) também afirmam que, em 2007, o número de associados das cooperativas brasileiras foi de quase 8 milhões. A expectativa é que esse montante cresça gradativamente, uma vez que as informações e as assistências que os órgãos competentes vêm empreendendo, estão contribuindo de forma significativa para tal. Essa constatação pode ser feita a partir do número de associados das cooperativas brasileiras e a frequência acumulada de representação, apresentados na Figura 4.



Fonte: OCB (2008)

Figura 4. Número de associados das cooperativas brasileiras em 2007 com a consideração dos ramos e a frequência acumulada.

Com a intenção de melhor visualizar a evolução do número de associados das cooperativas brasileiras no intervalo em questão, destaca-se a Figura 5. O número de associados no Brasil mostrou um crescimento de 65,35% no período, passando de 4,65 milhões em 2000 para 7,69 milhões no ano de 2007. Observa-se que o crescimento foi contínuo no período visualizado, com uma taxa de evolução de 9,34%.



Fonte: OCB (2008)

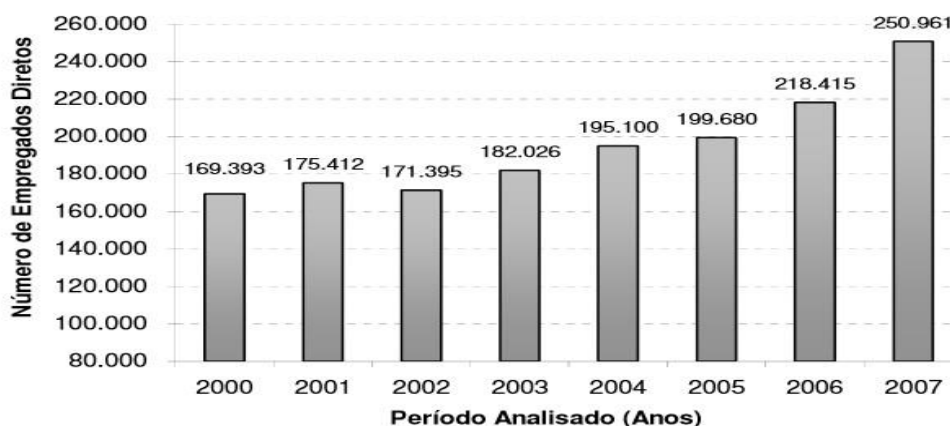
Figura 5. Evolução do número de associados das cooperativas no Brasil, entre os anos de 2000 e 2007.

As análises dos gráficos permitem concluir que as atividades cooperativistas no Brasil crescem a cada ano, principalmente à medida que informações sobre essas modalidades de trabalho se tornam mais acessíveis às comunidades interessadas. Isso é importante porque o sistema produtivo vigente, o dito formal, a cada dia elimina vários postos de trabalho, exatamente para minorar seus prejuízos e maximizar seus lucros. Sabemos também que os trabalhadores menos capitalizados figuram em menor percentual; no entanto, muito disso se deve à falta de informações. O governo federal e muitos governos estaduais possuem linhas de crédito para dar assistência a essas categorias.

Outra observação que merece destaque é o fato de que o cooperativismo contribui para a dinamização da economia, tanto do pequeno como do médio e do grande capital. Não há, portanto, incompatibilidade entre cooperativas de trabalho e o capitalismo vigente, principalmente quando é fato a questão da terceirização de certos segmentos produtivos, os quais já não são tão interessantes para o

empresariado, uma vez que, dessa forma, acabam se desfazendo de certos encargos trabalhistas. No entanto, mesmo nos segmentos mais capitalizados e que também exigem um número maior de trabalhadores, percebe-se a presença de alguns ramos de cooperativas, as quais crescem em diversos países.

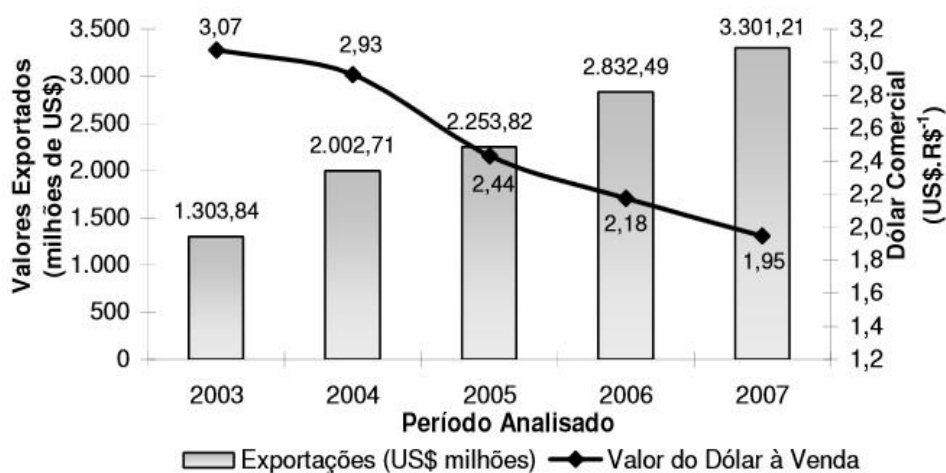
Na Figura 6, observa-se a evolução do número de empregados diretos nas cooperativas brasileiras, entre os anos de 2000 e 2007.



Fonte: OCB (2008)

Figura 6. Evolução do número de empregados diretos das cooperativas no Brasil, entre os anos de 2000 e 2007.

À medida que algumas cooperativas vão crescendo, ocorre a necessidade da busca por novos mercados, muitos dos quais, no exterior. O desempenho das cooperativas junto às exportações diretas foi avaliado considerando-se importantes fatores macroeconômicos, como observado na Figura 7. Dentre esses fatores, destacou-se a oscilação da cotação do dólar ao longo dos anos de observação, ou seja, mesmo com o dólar em queda, as cooperativas continuaram exportando mais produtos, demonstrando sua competitividade no mercado externo.



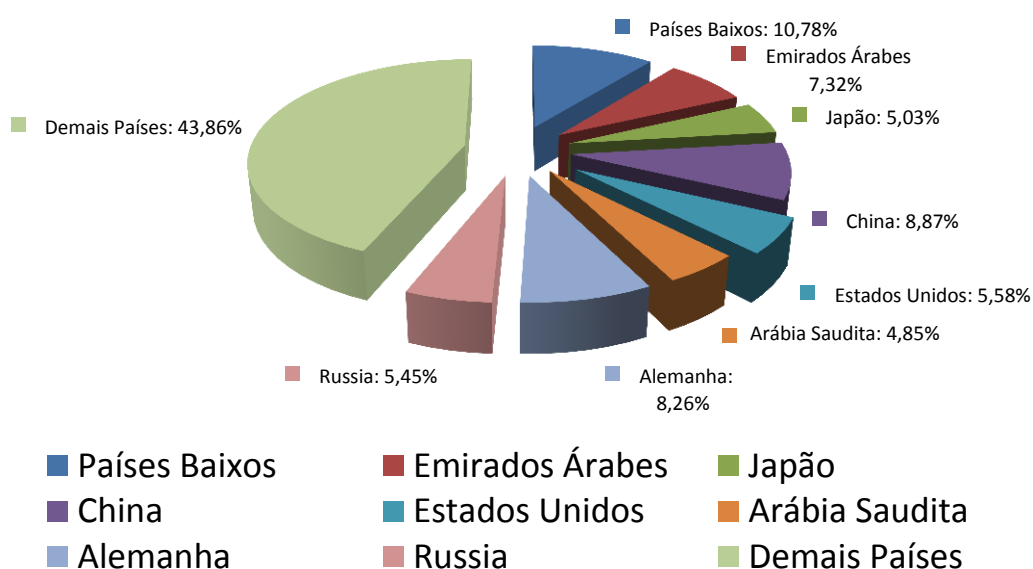
Fonte: OCB (2008)

Figura 7. Evolução das exportações diretas das cooperativas brasileiras com a consideração das cotações do dólar comercial à venda.

No contexto global, alguns países se destacam junto às exportações das cooperativas nacionais, seja pela questão cambial ou pela própria tradição comercial entre os países envolvidos. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as exportações diretas das cooperativas, no acumulado de janeiro a dezembro de 2007, somaram US\$3,30 bilhões, enquanto que, em 2006, foram US\$2,83 bilhões. A variação entre os anos de 2006 e 2007 demonstra um crescimento de 16,50% no total exportado. A Figura 8 ilustra essa realidade.



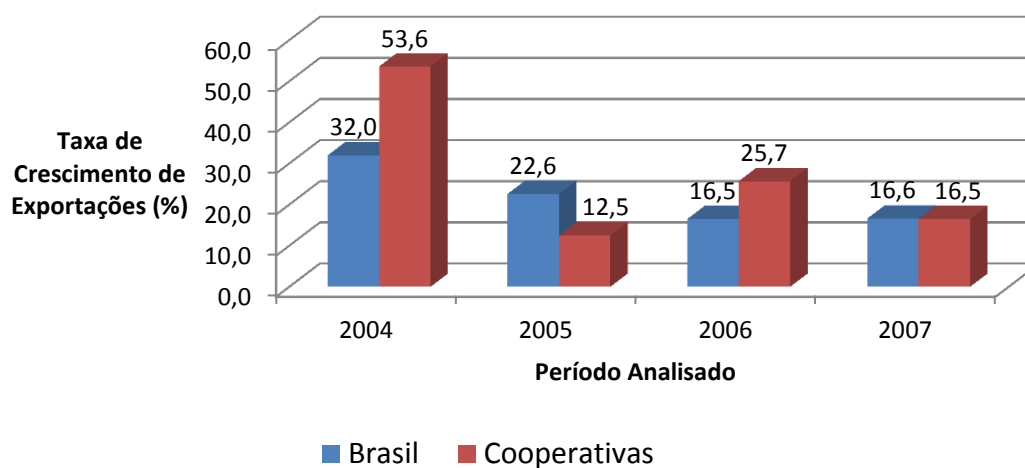
Participação de Países nas Vendas das Cooperativas(%) 2007



Fonte: OCB (2008)

Figura 8. Direcionamento das exportações das cooperativas brasileiras em 2007.

As exportações brasileiras, em 2007, somaram US\$160,65 bilhões representando um aumento de 16,6% em relação ao acumulado de janeiro a dezembro de 2006, contra 16,5% das cooperativas (Figura 9).



Fonte: OCB (2008)

Figura 9. Evolução das taxas de crescimento das exportações das cooperativas e da média geral brasileira.

Assim, verifica-se que as cooperativas, em seus mais variados ramos, são uma realidade na atualidade. Quando organizada, com apoio e determinação de seus membros, apoiada numa mentalidade coletiva e em prol do bem-estar de todos, essa modalidade de trabalho pode se transformar numa alternativa para a promoção socioeconômica e ambiental de uma comunidade. Além de gerar rendas, os cooperados percebem que uma maior interação com o meio que o cerca, seja no contexto social, econômico, político e físico, é importante para a imagem da cooperativa e do seu desenvolvimento como um todo.

É em meio a essa realidade que muitos trabalhadores desempregados ou sem perspectivas de se enquadrarem nos moldes exigidos por um mercado de trabalho, cada vez mais seletivo, estão resgatando uma modalidade de trabalho que, segundo alguns historiadores, existe há mais de três séculos no Brasil, mas que poucas vezes teve projeção e espaço, principalmente pela expansão das empresas nacionais e transnacionais em nosso território, aliado à desinformação. Assim sendo, a modalidade conhecida como economia solidária, na qual as cooperativas de trabalho se destacam, vem ganhando projeção no mundo inteiro, especialmente

junto aos países mais pobres, onde as relações de trabalho são mais delicadas e os trabalhadores sentem a necessidade de comungarem forças para sobreviverem.

Mediante o exposto e somando-se o fato de que a sociedade atual se pauta num consumo desenfreado, em que a quantidade de produtos descartados cresce exponencialmente, aumentando a quantidade de lixo em nossas cidades ou ainda, numa sociedade na qual o tempo parece ter se encurtado, várias possibilidades de trabalho alternativo podem surgir. A criação de artesanatos, por exemplo, a partir de materiais recicláveis e reaproveitados, poderia se enquadrar nesse contexto, complementando a renda familiar ou, até mesmo, tornando-se a principal fonte de renda da família. Outro exemplo poderia ser a criação de uma cooperativa de serviços, a qual prestaria serviços às empresas que já não estariam mais dispostas a contratarem funcionários para executarem certas tarefas. Para tanto, existem órgãos legalizados, os quais oferecem todo um conjunto de informações no sentido de como se criar uma cooperativa, bem como a sua manutenção.

2.4.6 Órgãos competentes para a criação e legalização de uma cooperativa de trabalho

A OCB, que é o órgão máximo de representação das cooperativas no país, foi criada em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Essa entidade veio substituir a Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional de Cooperativas (UNASCO). A unificação foi uma decisão das próprias cooperativas.

Entre suas atribuições, a OCB é responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais. É de sua responsabilidade também a preservação e o aprimoramento desse sistema, o incentivo e a orientação das sociedades cooperativas. A sua missão é representar o sistema cooperativista nacional, respeitando a sua diversidade e promovendo a eficiência e a eficácia econômica e social das cooperativas. Já a sua visão é ser reconhecida como entidade de excelência, promotora da sustentabilidade do cooperativismo nacional e da promoção socioeconômica das pessoas que o integram.

A OCB possui representações legais em todas as unidades federativas no

Brasil e, no caso do Estado do Rio de Janeiro, seu representante é a OCB/RJ. Este órgão representativo da OCB no referido estado possui Escritórios Regionais do Cooperativismo localizados nas regiões Serrana, Lagos, Norte/Noroeste e Centro-Sul Fluminense. Essas instituições primam pela formação de seus cooperados, oferecendo cursos de atualização profissional, pautados numa estratégia de ensino em que todos participam. A troca de experiências mútuas e o respeito ao cooperado contribuem para essas atividades.

Assim, percebemos que uma cooperativa de trabalho pode somar forças na formação socioeconômica e ambiental dos sujeitos. Se é verdade que o ser humano se realiza socialmente através de seu trabalho, percebemos que esse se materializa em função da sua formação social, a qual, por sua vez, quando pautada no respeito e solidariedade, cria um sentimento de responsabilidade mútua em que a conservação ambiental passa a ser vista como condição necessária de sobrevivência para todos.

3. CAMINHO METODOLÓGICO

3.1 Participantes da pesquisa

A intenção de desenvolver uma estratégia de ensino com temas interdisciplinares e investigar a importância da criação de uma cooperativa de trabalho como instrumento de promoção socioeconômica e ambiental de uma comunidade escolar conduziu-nos a uma pesquisa qualitativa.

Os sujeitos desta pesquisa foram 70 alunos matriculados na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), em quatro turmas da segunda fase (correspondendo ao ensino fundamental, do 6º ao 9º anos), todos maiores de dezoito anos. O local da investigação foi a Escola Municipal Coronel João Pedro de Almeida, localizada no Bairro Camorim Grande, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro.

Os discentes envolvidos nessa pesquisa são oriundos de uma classe social pouco abastada, a qual, por sua origem socioeconômica, possui pouca oportunidade para adquirir um emprego, especialmente no mercado convencional, o dito trabalho formal. O bairro do Camorim Grande, origem da maioria desses alunos, assim como os bairros vizinhos, possui grande carência de empregos, além de raras oportunidades em cursos que possam contribuir na formação e qualificação de um trabalhador. Essas localidades funcionam praticamente como “bairros dormitórios”, pois grande parte dos responsáveis por essas famílias são trabalhadores do Estaleiro Brasfels S.A., localizado no bairro vizinho de Jacuecanga e moradores dessa localidade.

Em função das encomendas que o referido estaleiro recebe e de sua dependência na geração de empregos diretos e indiretos, a oferta de emprego sofre grande sazonalidade, o que acaba gerando grande instabilidade socioeconômica para esses moradores. Vale ressaltar que os melhores empregos dessa empresa são ocupados por indivíduos provenientes das classes sociais mais abastadas do Município de Angra dos Reis ou, especialmente, dos grandes centros urbanos do país. Portanto, boa parte dos moradores dos bairros envolvidos, com destaque ao Camorim Grande, por apresentar um quantitativo populacional bastante expressivo,

acaba ficando sem muitas oportunidades de emprego.

Por fazer parte de um bairro, inserido em um município que possui significativa importância no cenário turístico do país, e com um cais que vem se transformando, gradativamente, num dos maiores pontos de embarque e desembarque de turistas para visitação de suas ilhas, acreditamos que várias oportunidades de emprego possam surgir mediante organiza o, determina o e as devidas orienta es. Nesse sentido, oportunizar a esses alunos momentos de forma o   primordial, pois, apesar de j  se encontrarem em idade propícia para trabalharem, a maioria encontra inúmeras dificuldades para tal. Isso contribuiria não só para o desenvolvimento econômico local e do próprio município, mas também para a promo o socioambiental desses agentes. Com esse pensar, buscamos junto aos envolvidos nessa pesquisa informa es que nos subsidiassem no sentido de mitigar essa problemática.

3.2 Procedimentos e instrumentos da pesquisa

Visando compreender o significado que os acontecimentos e intera es têm para os indivíduos em situa es particulares, utiliza-se a pesquisa qualitativa (SILVA, GOBBI e SIMÃO; 2005). Lüdke e André (1986) reforçam que a abordagem qualitativa oferece condi es para compreender, decodificar, explicar e enfatizar a multiplicidade do campo educativo e dos saberes por meio do contato direto com a situa o investigada. Ainda, como dito por Brandão (1999), trata-se de um tipo de pesquisa por meio do qual se busca a plena participa o da comunidade na análise de sua própria realidade, com o objetivo de promover a participa o social para o benefício coletivo.

A presente pesquisa se embasou em várias bibliografias, como a SciELO e o google acad mico, disponíveis nas bases de dados nacionais, sob a forma de artigos acad micos ou livros, cujos autores se alinham ou não   temática em destaque, exatamente para dar maior legitimidade científica   pesquisa proposta. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave para a busca das referidas bibliografias: Educa o ambiental crítica, EJA e cooperativa de trabalho.

Além da pesquisa bibliográfica, realizou-se uma pesquisa de campo

empregando-se questionários como instrumento de coleta de dados, os quais, segundo Lakatos (2005), são constituídos por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do aplicador. As perguntas constantes nos questionários foram elaboradas de forma muito simples, exatamente para respeitar a formação acadêmica dos agentes envolvidos e extrair deles o máximo de fidelidade.

Foram aplicados três questionários, em duas etapas distintas, com o mesmo grupo de alunos. O objetivo foi levantar dados interpretativos acerca da percepção desses alunos em relação a modalidades de trabalhos alternativos e sua correlação com o meio ambiente. Esses dados foram analisados e transformados em descrições, pois não se vislumbra nesse trabalho a análise de dados estatísticos. Nesse particular, Moreira (2003, p. 24) afirma que:

O pesquisador qualitativo também transforma dados e eventualmente faz uso de sumários, classificações e tabelas, mas a estatística que usa é predominantemente descritiva. Ele não está preocupado em fazer inferências estatísticas, seu enfoque é descritivo e interpretativo ao invés de explanatório ou preditivo. Interpretação de dados é o aspecto crucial do domínio metodológico da pesquisa qualitativa. Interpretação do ponto de vista de significados. Significados do pesquisador e significados dos sujeitos.

Na primeira etapa da pesquisa ocorreu a aplicação de um questionário, o qual passará a ser chamado, doravante, de 1º questionário. Posteriormente a esse momento, numa segunda etapa, foram aplicados mais dois questionários, doravante denominados, respectivamente, 2º e 3º questionários. Vale ressaltar que, entre a aplicação do 2º e do 3º questionários foi ministrada uma palestra sobre a criação de uma cooperativa de trabalho aos alunos. Nessa palestra foi utilizado um manual criado pelo autor do presente trabalho, o qual foi apresentado aos alunos e, posteriormente, avaliada a sua aceitação por eles.

3.3 Primeira etapa da pesquisa (1º questionário)

A primeira etapa da pesquisa ocorreu com a aplicação do 1º questionário. O tempo destinado à sua aplicação foi de quinze minutos e ele contém 12 perguntas fechadas e uma aberta (Apêndice A), cujo objetivo foi levantar dados preliminares sobre os possíveis conhecimentos dos alunos em relação às cooperativas de trabalho e sua correlação com o meio ambiente e qualidade de vida. Nesse caso, os

sujeitos da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos e aprovado sob o nº. CAAE: 31273014.3.0000.5237 (Anexo 1), de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

3.4 Segunda etapa da pesquisa (2º e 3º questionários)

A segunda etapa da pesquisa ocorreu em um momento posterior e em duas fases, com a aplicação do 2º e 3º questionários, intermediadas por uma palestra, totalizando duas horas em cada uma das quatro turmas pesquisadas, durante uma semana de aula. Nessa etapa, o 2º questionário (Apêndice C), composto por quatro questões fechadas e o 3º questionário (Apêndice D), composto por cinco questões fechadas e duas abertas, foram devidamente respondidos após os alunos assinarem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice E). Os alunos tiveram quinze minutos para responderem a cada questionário e o projeto dessa etapa da pesquisa foi devidamente submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, sendo aprovado sob o nº. CAAE: 36527514.6.0000.5237 (Anexo 2), de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

O objetivo do 2º questionário foi levantar dados sobre o conhecimento dos alunos em relação ao que seja necessário à criação de uma cooperativa de trabalho, antes que eles tivessem acesso a informações sobre essa realidade. Além disso, buscou-se também perceber o interesse deles em conhecerem, caso tivessem oportunidade, um manual que reunisse informações capazes de orientá-los no sentido de criarem uma cooperativa de trabalho. Já o 3º questionário teve como objetivo avaliar a aceitação do manual pelos alunos. As perguntas foram feitas de forma muito simples, inclusive oportunizando aos alunos a fazerem sugestões sobre o referido manual, caso achassem que ele não estivesse a contento.

A palestra, que teve uma duração de setenta minutos, seguiu um roteiro (Apêndice F) e foi iniciada com uma apresentação do manual, mostrando a sua simplicidade e objetividade, fatores que contribuem para uma melhor compreensão do seu conteúdo. Logo em seguida, foram abordadas as principais vantagens que uma cooperativa de trabalho pode oferecer aos seus interessados. Posteriormente

foram discutidos os nove passos que compõem o caminho para se criar uma cooperativa de trabalho. Após essa abordagem, foram proferidas algumas palavras de incentivo aos alunos, exatamente para estimulá-los e fortalecer a ideia da criação de uma cooperativa de trabalho, contribuindo para isso as duas figuras motivacionais constantes no próprio manual. Nesse momento foram também mostrados aos alunos os endereços úteis das instituições que prestam serviços aos interessados em construir uma cooperativa de trabalho.

Os recursos utilizados na palestra foram o próprio manual, com uma cópia disponibilizada a cada aluno, a fim de que pudesse acompanhar melhor as explicações, e os debates subsequentes. Merece destaque a participação dos alunos.

3.5 Elaboração do produto

A princípio, ficou a dúvida sobre que tipo de instrumento seria mais interessante ser utilizado como produto dessa pesquisa. Depois de se pensar em várias alternativas, percebemos que o mais viável, em termos de acesso financeiro e instrucional, especialmente para os alunos envolvidos nesse trabalho, seria um material com baixo custo e com uma linguagem simples, prática e objetiva. A confecção do referido manual ocorreu com financiamento próprio e para tal foram utilizados os serviços de um profissional da área gráfica.

A elaboração do produto, intitulado *Cooperativas de Trabalho: Nove passos que poderão mudar a sua vida*, foi feita durante o Curso de Mestrado Profissional em Ciências da Saúde e Meio Ambiente do UNIFOA-Volta Redonda. A ideia para a confecção desse produto surgiu a partir da necessidade de se estimular os alunos da modalidade EJA, da Escola Municipal Coronel João Pedro de Almeida, a perceberem a importância da organização coletiva em busca de uma ocupação de trabalho alternativo, a qual não só contribua para promover uma transformação econômica em suas vidas, mas também uma nova relação socioambiental.

Essa realidade se pauta no fato de que o tripé, constituído pela Educação Ambiental Crítica, Trabalho Cooperativo e Sustentabilidade é entendido por nós como um promissor caminho na tentativa de se equacionar vários problemas que

acometem o nosso modelo societário: respeito e conservação do meio ambiente, promoção econômica e socioambiental.

Desta forma, através de um instrumento com linguagem simplificada e objetiva, propomos um caminho alternativo em que os sujeitos envolvidos nessa pesquisa pudessem adquirir não só conhecimentos, mas se sentissem estimulados para criarem uma cooperativa de trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi aplicada a setenta alunos de uma escola municipal de Angra dos Reis, RJ, cuja modalidade é a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Todos os alunos são maiores de idade e frequentam a segunda fase dessa modalidade de ensino (6º ao 9º ano). Essa pesquisa se desenvolveu em duas etapas distintas, envolvendo a aplicação de três questionários. O 1º questionário foi aplicado na primeira etapa e, na segunda etapa, ocorreram as aplicações do 2º e do 3º questionários. No entanto, entre a aplicação do 2º e 3º questionários houve uma palestra para os alunos.

4.1 Primeira etapa da pesquisa

Segundo Parasuraman (1992) *apud* Chagas (2000), o questionário é muito importante na pesquisa científica, especialmente nas ciências sociais. Nesse sentido, analisamos os resultados do questionário aplicado a 70 alunos da Escola Municipal Coronel João Pedro de Almeida (Apêndice A), no bairro Camorim Grande, Angra dos Reis, RJ.

A primeira etapa da pesquisa envolveu o 1º questionário, contendo doze perguntas fechadas e uma aberta. A finalidade foi levantar dados, junto aos sujeitos da pesquisa, acerca de suas percepções sobre modalidades alternativas de trabalho e suas correlações com fontes de renda.

A pergunta um, relativa ao sexo dos alunos, possibilitou perceber que nesse grupo a parte feminina é bastante expressiva, compondo 30 alunos desse efetivo. Quando relacionamos a pergunta de número dois, referente às idades, com a de número treze, sobre o interesse em trabalhar numa cooperativa de trabalho, verificamos que 26 mulheres demonstraram interesse e, no grupo masculino, esse total foi de 35 alunos. Observamos que a maioria dos alunos se mostraram interessados nessa modalidade de trabalho, se houver oportunidades no mercado que lhe permitam realizar algum tipo de atividade dessa natureza.

Fato importante observado é que a escolaridade exerce forte influência nos sujeitos em suas buscas por alternativas melhores de trabalho, uma vez que se sentem mais seguros para encararem um mercado de trabalho cada vez mais

exigente. Segundo Soares; Carvalho; Kipnis (2003, p. 10):

O nível de escolaridade exerce uma influência diferente sobre a probabilidade de mulheres e homens estarem ocupados, embora ambos estejam sujeitos às pressões do mercado de trabalho e sua relação com o nível de escolaridade.

Assim sendo, quanto maior a escolaridade, maior o interesse por atividades de trabalho que requeiram maiores complexidades dos indivíduos. Essa complexidade passa não só pela questão da formação profissional, mas também por sua compreensão de mundo em toda a sua contextualização: econômica, social, política, ambiental etc. Portanto, investimento em educação é oportunizar a compreensão do mundo.

A maioria dos alunos, conforme verificado na pergunta três, conhece ou já ouviu falar em artesanato. No entanto, a maioria nunca produziu algum tipo de produto que se enquadre nessa modalidade de produção, verificada na pergunta quatro. Porém, a maior parte desses alunos possui algum parente ou conhecido que possui habilidades para trabalhar com artesanatos, constatado na pergunta cinco.

Analisando essas questões, percebemos que o artesanato não seria uma atividade tão distante de suas vivências, uma vez que a sua prática já é comum na localidade, ainda que a maioria ocorra de forma desorganizada. Vale frisar que essa atividade é mais fácil de ser implementada quando comparada a outras modalidades cooperativistas.

A região possui abundância de matérias-primas, as quais são descartadas naturalmente, como fibras, madeiras, conchas etc. Além disso, há uma gama de produtos, como plásticos, papelão, metais etc., os quais se originam de descarte dos próprios residentes ou dos turistas. Nesse contexto, percebemos que essas atividades poderiam contribuir como ótima alternativa de sustento econômico e minimizadora junto à agressão ambiental, uma vez que a maioria demonstrou interesse nesse sentido.

Quando perguntados se acreditavam que o artesanato pudesse ser utilizado como forma de sustento ou como complemento de suas rendas, na pergunta seis, a maioria dos alunos foram categóricos em dizer sim. Isso possibilitou a percepção que, mesmo sendo uma atividade alternativa e pouco praticada junto à comunidade

em questão, há a confiança de que ela possa ser importante para sua manutenção socioeconômica. No entanto, mais uma vez reforçamos a importância que a segurança da união, da formação acadêmica e profissional exercem junto aos alunos. Essas condições são fundamentais para o êxito das atividades artesanais ou de qualquer outro ramo cooperativista. Segundo Keller (2011, p. 36):

A economia do artesanato tem passado por diversas mudanças. A produção artesanal se volta cada vez mais para mercados novos e distantes e algumas políticas de fomento enfatizam o caráter de negócio da atividade e a importância de profissionalizar o artesão para transformá-lo em um pequeno empresário.

Percebemos que o artesanato é uma atividade de trabalho bastante flexível, pois pode complementar a renda de um trabalhador ou se transformar em sua atividade principal. À medida que o trabalhador e seus pares vão se familiarizando com suas práticas, além da aquisição de informações que contribuam para suas promoções socioeconômicas, o que é complementar pode se transformar em principal fonte de renda.

A pergunta sete faz uma associação entre as modalidades de trabalho artesanais e possíveis benefícios que essas poderiam trazer ao meio ambiente. As respostas foram quase integralmente positivas. Esse fato se torna ainda mais interessante quando contextualizamos essa realidade com a pergunta de número oito, a qual indaga sobre a escola poder ajudá-los a melhorar de vida, verificando-se resultados muito parecidos. Segundo Marx (2000) *apud* Pereira (2008), o trabalho alienado afeta a constituição do sujeito separando-o da natureza e de si mesmo. Portanto, numa modalidade de trabalho que prima pela união e a solidariedade em prol do coletivo, torna-se fundamental à formação consciente dos sujeitos e a escola desempenha papel imprescindível nesse contexto.

Foi observado que na concepção dos alunos, melhorar de vida não implica apenas o acúmulo de capitais, no caso o dito padrão de vida. Essa realidade seria fruto, também, da qualidade de vida, que estaria ligada ao convívio harmonioso com o meio ambiente. A escola contribui decisivamente para esse entendimento e para sua promoção socioambiental. Segundo Jacobi (2003, p. 200):

À medida que se observa cada vez mais dificuldade de manter-se a qualidade de vida nas cidades e regiões, é preciso fortalecer a importância de garantir padrões ambientais adequados e estimular uma crescente consciência ambiental, centrada no exercício da cidadania e na formulação de valores éticos e morais, individuais e coletivos, numa perspectiva orientada para o desenvolvimento sustentável.

Segundo Paulo Freire (1992), a função da escola deve transcender a mera aquisição de informações e possibilitar a instrumentalização desse aluno, para que ele entenda e transforme o mundo. Nesse processo de transformação, o discente, que também é cidadão, passa a perceber que as suas condições básicas de sobrevivência estão diretamente relacionadas ao respeito sobre o meio natural que o cerca.

Em relação à pergunta nove, sobre os alunos acreditarem que a união e a organização entre os trabalhadores podem melhorar suas rendas, verificou-se grande otimismo nessa parceria por todos. Os alunos acreditam que, unidos e organizados, podem colocar em prática uma modalidade alternativa de trabalho, a qual possa lhes conferir melhores condições de renda e de convívio social. Como apontado por Tiriba (2008), os projetos de formação de trabalhadores caminham de mãos dadas com um determinado projeto societário. Para tanto, o planejamento é fundamental e, juntos, isso se torna mais viável, pois todos acreditam.

As perguntas de número dez, se os alunos já ouviram falar em cooperativas de trabalho, e onze, sobre a serventia de uma cooperativa de trabalho, serviram para enfatizar algo interessante: a maioria dos entrevistados já ouviu falar em cooperativas de trabalho, porém a maior parte não conhece as suas utilidades. Em relação à pergunta número doze, se os alunos teriam interesse em conhecer como funciona uma cooperativa de trabalho e como ela poderia ajudar na renda de um trabalhador, um número maior dos entrevistados demonstrou interesse.

É importante destacar que existem vários ramos cooperativistas, os quais podem contemplar os mais variados grupos sociais. No entanto, por falta de conhecimento sobre eles, uma vez que poucas publicações se dedicam a essa questão, muitos acabam vendo essa modalidade de trabalho como algo muito distante. Apesar de uma cooperativa envolver complexidades múltiplas, a partir do momento em que há esclarecimentos sobre sua realidade e devidas orientações

para a sua criação, percebe-se um grande interesse por ela. Sapovicis & Souza (2004) nos dizem que, apesar de sua complexidade, a cooperativa contempla as mais diversas práticas e convive com situações econômicas e sociais também diferenciadas.

Assim, analisando as respostas concernentes ao questionário aplicado aos alunos, percebemos que houve elevado índice de credibilidade em relação à criação de uma modalidade alternativa de trabalho, a qual possa contribuir na promoção econômica e socioambiental dos envolvidos. Essa credibilidade cresceu proporcionalmente à aquisição de conhecimentos sobre as cooperativas de trabalho, discutidas no cotidiano escolar.

Os alunos reconhecem que a união e a organização são elementos fundamentais para a melhoria da renda de um trabalhador e, por consequência, da sua sobrevivência. Martins (2003) diz que o homem, por natureza, é um ser gregário, que vive numa comunidade. As pessoas acabam estabelecendo um sistema de cooperação entre elas para determinado fim. Nesse particular, almejamos uma melhora econômica e socioambiental para a comunidade envolvida.

Fato importante observado é que, além de enxergarem a escola como importante instrumento na busca por melhores condições de vida, as mulheres apresentaram-se também um pouco mais otimistas que os homens na criação de uma cooperativa de trabalho. Isso, provavelmente, ocorre pelo fato de elas precisarem ajudar seus companheiros no orçamento familiar ou na busca por sua independência financeira, além da própria flexibilidade nos horários de trabalho que as cooperativas proporcionam.

Portanto, num momento em que as relações de trabalho se tornam cada vez mais excludentes, especialmente para aqueles cidadãos que possuem pouca ou nenhuma capacitação profissional, as atividades cooperativistas são alternativas viáveis. Furquim (2001) ressalta que as cooperativas estão presentes na maioria dos países do mundo, incentivando suas economias e atenuando o desemprego.

Dessa forma, acreditamos que unidos, estimulados e orientados, os seres humanos aumentam sensivelmente suas capacidades de sobrevivência e bem-estar

socioeconômico, que por sua vez geram reflexos positivos junto ao contexto socioambiental. A escola, mais uma vez, exerce papel ímpar nesse processo, pois além de contribuir para o conhecimento, acaba também promovendo um ambiente fértil para novas ideias e o resgate da sociabilidade. Como dito por Boff (2004), conhecer não é apenas uma forma de dominar a realidade. Conhecer é entrar em comunhão com as coisas.

4.2 Segunda etapa da pesquisa

A segunda etapa da pesquisa foi constituída pela aplicação de dois questionários, ou seja, o 2º questionário, com quatro questões fechadas e o 3º questionário, com cinco questões fechadas e duas abertas, intermediadas por uma palestra.

4.2.1 Segundo questionário

Na pergunta de número um, do 2º questionário, relativa aos alunos acreditarem ser a criação de uma cooperativa de trabalho algo muito difícil, verificou-se que a maioria dos alunos respondeu positivamente. A aparente complexidade que envolve a criação de algo desse porte realmente gera muitas dúvidas, especialmente quando isso demanda muita pesquisa por informações. Assim sendo, um dos objetivos desse produto é exatamente flexibilizar e agilizar essa compreensão, especialmente para um público-alvo que necessita de informações mais simples e objetivas, as quais lhes possibilitem resolver esses desafios.

O ser humano, quando carente de informações, normalmente acaba ficando limitado em sua capacidade de conhecimento e transformação daquilo que o cerca. Nesse contexto, é importante possibilitar aos interessados, especialmente aos mais humildes, oportunidades de discussões que os levem à compreensão daquilo que possa contribuir com seu bem-estar socioeconômico. Freire (2006) nos diz que o homem é sacrificado em sua capacidade criadora quando não possui o direito de discutir. A partir dessa realidade, o que muitas vezes parece ser difícil, na verdade é produto da falta de discussão.

A pergunta de número dois questionou os alunos se eles possuem ideia do que seja necessário para a criação de uma cooperativa de trabalho. Todos responderam negativamente. Essa pergunta deixou claro o desconhecimento a respeito dessa questão. A pergunta de número um e a pergunta dois, quando analisadas conjuntamente, demonstram que o desconhecido normalmente exerce receio junto ao ser humano. Segundo Moscovici (1967), o desconhecido sempre assusta.

É importante salientar que o ser humano, quando unido em seu grupo social, torna-se forte. Para tanto, é importante que todos possuam um objetivo comum e um senso de otimismo e de solidariedade mútua. Como apontado por Souza & Santos (2009), o que distingue um grupo de outro não seria sua essência, mas sua finalidade. Como destacado por Paulo Freire (2006, p. 51):

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade.

A pergunta de número três faz referência ao fato de o aluno conhecer algum manual ou material capaz de orientar, de forma facilitada, a criação de uma cooperativa de trabalho. Mais uma vez houve unanimidade em se responder negativamente. Isso nos revela que os alunos possuem um desconhecimento sobre a realidade que envolve a existência e a criação de uma cooperativa de trabalho. Pereira (2003) nos diz que o universo envolvendo cooperativas de trabalho não é algo muito fácil de compreender, mas quando devidamente orientados, os interessados logram êxito.

A pergunta número quatro é alusiva ao fato de, na iminência de o aluno ter a oportunidade de conhecer um manual que contenha informações práticas sobre a criação de uma cooperativa de trabalho, isso lhe interessar. Aqui percebemos um interesse quase unânime, pois quase a totalidade dos alunos respondeu que sim. Dessa forma, verificamos que há o interesse, sendo esse o primeiro passo para se trilhar o caminho do êxito. Conjugando a pergunta dois com a pergunta quatro, fica evidente mais uma vez que o desconhecido assusta e, muitas vezes, acaba gerando o desinteresse.

Segundo o Portal do Cooperativismo Popular (2014), o interesse é um elemento primordial para aqueles que se propõem a criar uma cooperativa de trabalho. Assim sendo, destacamos esse interesse como o primeiro grande passo para se objetivar a criação de uma atividade coletiva. A mesma fonte nos diz que para constituir uma cooperativa de trabalho é fundamental que todos aqueles que desejam integrar esta sociedade tenham os mesmos objetivos e o espírito da solidariedade.

Vale ressaltar que à medida que os alunos iam entregando os resultados do 2º questionário, era feita uma rápida análise deles, o que me subsidiou na hora de proferir a palestra, direcionando as informações para os pontos mais necessários. Isso mais tarde me mostraria que foi uma estratégia de grande importância, pois possibilitou transformar a apresentação em algo bastante atrativo.

Enquanto a palestra ocorria, procurei, sempre que possível, buscar a interação com os alunos, exatamente para tornar o ambiente mais solidário. Esse momento também foi utilizado para reforçar a importância do conhecimento, da troca de informações, do comprometimento e da confiança coletiva, elementos fundamentais para a criação de uma modalidade alternativa de trabalho voltada para a comunidade.

A partir da análise dos dados coletados na pergunta de número dois, do 2º questionário, procurei ser bastante minucioso e detalhado nas explicações. Isso, exatamente para que os alunos não vissem que tudo aquilo necessário à criação de uma cooperativa de trabalho como algo tão complicado e longe de suas compreensões. Antes do início da palestra, foi entregue um exemplar do manual para cada aluno, de modo a facilitar cada passo da explicação. No transcorrer da palestra, sempre que oportuno, eu perguntava se algum aluno seria voluntário para ler um dos trechos do manual.

A princípio quase ninguém se habilitou, porém, a partir do momento que um ou outro tomou a iniciativa para tal, vários alunos se interessaram. Com isso, percebi que a participação dos alunos contribuiu bastante para que compreendessem a

proposta do manual. A maioria deles pediu para levar o manual para suas casas e mostrarem aos seus parentes e amigos, o que me deixou muito feliz.

Os alunos disseram que nunca haviam tido contato com um manual dessa natureza e a maioria afirmou não ter conhecimento sobre a existência de um instrumento com essa finalidade. Isso fez aumentar a atenção no momento de trabalhar com esse produto. Procuramos fazer uma análise, conjuntamente com os alunos, sobre a capa do manual e eles foram provocados a interpretá-la. Essa estratégia foi muito boa, pois aguçou o interesse pelo conteúdo do material e gerou um grande interesse sobre a criação de uma cooperativa de trabalho pelos discentes.

4.2.2 Terceiro questionário

Com o 3º questionário, aplicado logo após a palestra, objetivou-se avaliar a aceitação do manual enquanto instrumento auxiliador para aqueles que possuam o interesse em criar uma cooperativa de trabalho. Fato interessante observado após a palestra é que a maioria dos alunos se encontrava mais descontraída e querendo se aprofundar nos conhecimentos contidos no manual. Adiante, seguem as análises do 3º questionário.

A pergunta de número um, alusiva ao fato de os alunos terem gostado do conteúdo do manual, revelou que a maioria disse sim. Isso é fundamental, pois como dito por Freire (1996), constatando nos tornamos capazes de intervir na realidade. Nesse sentido, pela forma como os alunos demonstraram afinidades com o conteúdo do manual, acreditamos em sua eficácia, especialmente quando confrontamos os resultados do 2º e 3º questionários. Antes da palestra e do contato com o manual, a maioria dos alunos acreditavam ser a criação de uma cooperativa de trabalho algo muito difícil, além de não possuírem nenhuma ideia do que seria necessário para sua criação.

Sobre a pergunta de número dois, referente ao que os discentes acharam das instruções contidas no manual, cinquenta alunos afirmaram que elas são de entendimento fácil. Já quatorze alunos responderam que o entendimento foi regular

e apenas seis responderam que acharam o entendimento difícil. Analisando essa questão, percebemos que o entendimento foi satisfatório para a maior parte dos alunos. Isso demonstra que a maioria entendeu as instruções, fato imprescindível para se desenvolver um conhecimento que os guie em direção a caminhos os quais contribuam para avanços socioeconômicos de cunho coletivo.

Pires (1997) diz que o conhecimento, como instrumento particular do processo educacional, pode ser trabalhado de forma a contribuir para o processo de humanização. Tal processo deve ser entendido como sendo capaz de auxiliar o ser humano em sua prática coletiva de vida, pautada no respeito mútuo e na solidariedade. Dessa forma, para um grupo que objetive a criação de uma cooperativa de trabalho, tais preceitos se tornam fundamentais.

A pergunta de número três, relativa ao fato de os alunos acreditarem ter ficado mais fácil entender como criar uma cooperativa de trabalho após as instruções contidas no manual, a maioria dos alunos disse que sim e uma minoria disse que não. A pergunta de número dois e a pergunta de número três, quando conjugadas, tornam-se interessantes, pois atestam que as instruções contidas no manual contribuíram, significativamente, para o entendimento acerca de como se criar uma cooperativa de trabalho.

A clareza com que as informações devem ser apresentadas àqueles que intencionamos ensinar algo deve sempre nortear nossas ações, pois disso depende a relação entre ensino e aprendizagem e a transformação dos sujeitos. Aguiar & Reis (2014) nos dizem que a difusão da informação clara apresenta-se como um elemento fundamental para a transformação social, constituindo-se como base para a mudança de valores e comportamentos individuais e coletivos. Nesse caso, acreditamos que tais informações são fortes aliadas para estimular a criação de uma modalidade de trabalho alternativo.

A pergunta de número quatro refere-se ao fato de os alunos acreditarem ou não ser o referido manual um contribuinte para que uma pessoa interessada tenha condições de criar uma cooperativa de trabalho. Essa questão teve um resultado próximo da pergunta de número um. Isso atesta que o gosto pelo conteúdo do

manual é coerente com o fato de a maioria acreditar ser esse instrumento capaz de contribuir para que uma pessoa interessada possa criar uma cooperativa de trabalho. Vale reforçar algo que já fora citado anteriormente: a maioria dos alunos pediu para levar um exemplar do manual para si, o que, provavelmente, será mostrado aos seus amigos e parentes.

Nesse caso, é importante salientar a questão da relação entre ensino e aprendizagem, pois se o educador conseguir dialogar com o educando, “falando a sua língua”, os resultados dessa relação tendem a ser muito profícuos. Isso é fundamental para aqueles que esperam provocar mudanças nas vidas dos educandos. Peralta & Ruiz (2010) afirmam que ensino e aprendizagem constituem um binômio da relação que se dá entre o desenho das condições de aprendizagem e as mudanças que se operam nesse processo.

A pergunta de número cinco é referente ao fato de o aluno acreditar ou não que faltou alguma informação no manual. Quase a totalidade dos participantes respondeu que não. Isso é muito importante, uma vez que essa pergunta se alinha com a de número três, ou seja, que as instruções contidas no manual facilitam a criação de uma cooperativa. Assim, constatamos que as informações estão alinhadas com o nosso propósito, que é oferecer um instrumento que tenha aceitação junto a grupo de pessoas interessadas em criar uma cooperativa de trabalho.

A pergunta de número cinco ainda traz um campo para os alunos responderem subjetivamente, se a marcação for afirmativa, sendo que apenas um total de três alunos respondeu que sim. Fato curioso é que esses alunos não quiseram informar suas argumentações, uma vez que preferiram “deixar em branco” as linhas destinadas para tal. Nesse tocante, como dito por Fontanella, Campos & Turato (2006, p. 6):

O silêncio do entrevistado não significa necessariamente uma conclusão de seu raciocínio, certa inibição ou desinteresse, mas pode ter diversos significados psicológicos a serem interpretados, tal como por exemplo, a procura da melhor forma de elaborar mentalmente o que está sentindo ou imaginando.

Vale ressaltar que tal fato ocorreu exatamente em uma das turmas em que a palestra foi ministrada nos dois últimos tempos de aula, quando os alunos manifestaram pressa para irem embora, pois dependem de ônibus para tal. No entanto, os resultados foram extremamente satisfatórios. A maioria dos alunos acredita que o manual contém as informações necessárias para aqueles que objetivam a criação de uma cooperativa de trabalho.

A pergunta de número seis é aberta e ofereceu ao aluno a oportunidade de fazer sugestões para a melhoria do referido manual, caso julguem necessário. Nessa questão ocorreu uma unanimidade, ou seja, ninguém quis responder nada. Conjugando as perguntas de números três e cinco, talvez possamos entender melhor essa realidade. Respectivamente, a quase totalidade dos alunos acredita que as informações contidas no manual são capazes de gerar condições para uma pessoa criar uma cooperativa de trabalho e que não faltou informação alguma nele.

Assim sendo, como a maioria dos alunos gostou do manual em seu conjunto e, somando isso à dificuldade que esses discentes possuem em expressar seus sentimentos de forma escrita, acreditamos que, ainda que essa pergunta seja relevante, ela não contribui efetivamente para invalidar o sucesso desse produto. Após o término de todas as etapas, em cada sala de aula, foi feito um agradecimento sobre a participação de todos e os alunos retribuíram com uma salva de palmas.

4.3 Apresentação do produto

O produto é um manual intitulado Cooperativas de Trabalho: Nove passos que poderão mudar a sua vida. Esse título surgiu em função de termos reunido em nove etapas o processo necessário para a criação de uma modalidade alternativa de trabalho. O referido manual foi confeccionado com um *layout* simples, cujo principal objetivo é proporcionar aos interessados um caminho mais fácil e seguro para iniciarem a criação de uma cooperativa de trabalho. A simplicidade da diagramação desse produto se deve, principalmente, ao seu público-alvo, ou seja, pessoas com um grau de escolaridade abaixo da média nacional, que necessitam de informações mais simples e objetivas possíveis.

O manual possui 16 páginas e uma capa provocativa, no sentido de chamar a atenção dos interessados em iniciarem um caminho que os conduzam à criação de uma cooperativa de trabalho. Nessa capa, destacada na Figura 10, visualiza-se um personagem almejando subir nove degraus que o conduzirão a uma cooperativa de trabalho, ainda que ele possua muitas dúvidas de como seguir seu caminho. A ideia é exatamente essa, ou seja, mostrar aos interessados cada passo dessa caminhada, sempre os orientando sobre os órgãos competentes, responsáveis por cada etapa. O formato das páginas apresenta as seguintes dimensões: 14 cm de largura e 20 cm de altura.



Figura 10: Capa do manual.

O seu sumário, constante na página 04 e destacado na Figura 11, possui um conteúdo simples, exatamente para que o leitor localize rapidamente os passos contidos no manual. À medida que os interessados vão progredindo em seus passos, procurou-se criar algumas mensagens de incentivo, as quais têm o objetivo

de estimular os pretendentes para eles mesmos não desistam. A intenção é evitar o que é comum no início dessa jornada: o desânimo. Dessa forma, acreditamos que qualquer grupo de pessoas, com um mínimo de interesse em criar uma modalidade alternativa de trabalho, poderá fazê-lo, especialmente se tiver acesso aos caminhos que possam abreviar essa jornada.

SUMÁRIO	
APRESENTAÇÃO	2
Vantagens de uma cooperativa	4
OS PASSOS PARA QUEM DESEJA CRIAR UMA COOPERATIVA	5
1º Passo (A quem recorrer e quem são os principais órgãos representativos do cooperativismo brasileiro)	5
2º Passo (Passos Preliminares)	6
3º Passo (Ato do processo de constituição)	7
4º Passo (Registro na Junta Comercial do seu Estado)	8
5º Passo (Inscrição no CNPJ/MF)	9
6º Passo (Vistoria do Serviço do Corpo de Bombeiros - Departamento de Vistoria)	10
7º Passo (Inscrição na Prefeitura Municipal - Secretaria Municipal de Fazenda do Município em que se irá estabelecer a Cooperativa)	10
8º Passo (Inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado-Departamento de Cadastro do Estado em que irá se criar a Cooperativa)	11
9º Passo (Registro no Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado do Rio de Janeiro - OCB/RJ)	11
ILUSTRAÇÃO MOTIVACIONAL	13
ILUSTRAÇÃO MOTIVACIONAL	14
ENDEREÇOS ÚTEIS	15

--03--

Figura 11: Sumário do manual.

4.4 Avaliação do produto

Mediante as análises do 2º e 3º questionários, constatamos que o referido manual foi bem aceito pelos alunos, os quais o avaliaram como um importante

instrumento para aqueles que queiram criar uma cooperativa de trabalho. A maioria dos discentes demonstrou grande orgulho em participar desse projeto, o qual lhes apontou um caminho alternativo na tentativa de buscar sua promoção econômica e socioambiental.

4.5 Possibilidades de aplicação do produto

Esse produto teve ótima aceitação junto a um grupo de setenta alunos da modalidade EJA, estudantes da Escola Municipal Coronel João Pedro de Almeida, localizada no Município de Angra dos Reis, RJ. Assim sendo, para a maioria desses alunos, que se encontra em idade compatível para exercer uma atividade remunerada, configurou-se como um importante instrumento auxiliador para a geração de uma modalidade de emprego alternativo.

De forma geral, uma vez que o cidadão aumenta o seu nível de formação acadêmica, naturalmente acaba procurando outros tipos de trabalho, especialmente aqueles que lhe deem maior rentabilidade e/ou estabilidade. Vale ressaltar que, ainda que surjam algumas atividades empregatícias, muitas são do tipo temporário ou com baixas remunerações, fatores que acabam desestimulando o trabalhador a encarar essas oportunidades de trabalho como empregos em potencial. Como observado por Barros; Camargo; Mendonça (1997, p. 4):

O problema de geração de empregos no Brasil parece estar menos relacionado com a quantidade de postos de trabalho gerados e mais com a qualidade desses. É possível que, apesar de sua baixa prevalência, o desemprego no Brasil seja importante determinante da pobreza.

Dessa forma, acreditamos que oportunizar a criação de uma atividade de trabalho que possa contemplar os anseios socioeconômicos do cidadão seria muito positivo para mitigar seus problemas socioeconômicos. Portanto, o manual em questão poderá ser utilizado por diversos segmentos sociais, uma vez que a mobilidade populacional no país está crescendo e a busca por alternativas de emprego acompanha essa tendência.

O chamado mercado de trabalho formal, em que a remuneração do trabalhador muitas vezes fica aquém do dito informal, acaba levando muita gente a buscar a informalidade. Soma-se a isso o fato de que muitos segmentos produtivos,

tentando se adequar ao neoliberalismo econômico, estão eliminando postos de trabalho. Assim, as cooperativas podem contribuir para minimizar essa realidade, pois uma vez constituídas legalmente, os seus membros passariam a usufruir das prerrogativas trabalhistas legais e aumentariam seus lucros mediante suas capacidades de organização, gerenciamento e produção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apurados e de sua análise, os resultados desse estudo demonstram que os alunos possuem grande interesse em conhecer e participar de uma cooperativa de trabalho. Isso é importante para uma região como a de Angra dos Reis – RJ, uma vez que o desemprego é uma realidade e a oferta de postos de trabalho, muitos das quais temporários, é inferior à procura. Isso se torna preocupante pela pouca oferta de capacitação profissional e de infraestrutura, as quais não conseguem acompanhar o crescimento populacional do município.

Os estudos e os resultados revelaram que a maioria dos alunos desconhece os incentivos oficiais para que as comunidades se organizem coletivamente e montem uma cooperativa de trabalho. No entanto, a partir de orientações e discussões sobre o tema, houve grande expectativa sobre essa possibilidade. Isso é muito significativo, pois o município oferece muitas oportunidades, seja por sua beleza natural ou pelo conjunto de matérias-primas existentes e/ou descartadas cotidianamente pelos turistas e moradores.

A partir do momento em que foi oportunizado aos alunos, que em sua maioria já fazem parte da chamada população economicamente ativa, caminhos alternativos para que eles possam melhorar suas condições socioeconômicas e ambientais, o interesse aumentou significativamente pela educação escolar. Mostrar aos alunos que educação, trabalho e meio ambiente são elementos importantes para um bom convívio social foi extremamente gratificante.

A maioria dos alunos sempre teve a ideia de que montar uma cooperativa de trabalho seria algo totalmente distante de sua realidade, sendo essa uma atividade econômica voltada para as classes mais abastadas. A partir do momento que isso foi sendo desmistificado, e reforçou-se a ideia de que um grupo é forte quando está unido e possui orientação para almejar algo, a autoestima de todos fortaleceu o coletivo.

Acreditamos que as cooperativas de trabalho, por possuírem uma flexibilidade em seus horários de atividades e garantirem ao cooperado produzir e ganhar por essa produção, acabam se transformando num importante mecanismo de

complementação da renda do trabalhador ou como fonte principal para eles. Inclusive, verificamos que há muita vontade, por parte dos alunos, em trilharem novos rumos, precisando apenas de incentivos e orientações planejadas.

Destacamos que foi observada, junto à maioria dos participantes desta pesquisa, uma transformação quanto às suas percepções em relação ao contexto envolvendo meio ambiente, educação e trabalho. Esse grupo de alunos se interessou mais por essa realidade a partir do momento em que percebeu na educação e na questão ambiental um caminho que lhes possibilitará alcançar uma fonte de renda alternativa.

Quatro moradores do Bairro Camorim Grande, sendo um deles pai de um dos participantes desta pesquisa, interessaram-se em criar uma cooperativa de trabalho envolvendo proprietários de pequenas embarcações, com a finalidade de transportar turistas para as ilhas da região. Eles pensam em nomear o serviço de “taxi boat”. No entanto, estão na pendência de agregar mais três integrantes para a sua criação, uma vez que a Cooperativa de Trabalho somente poderá ser constituída com um número mínimo de 7 (sete) sócios.

Por fim, esse estudo teve a intenção de mostrar que a humanidade, em sua busca desenfreada por aquisições de bens materiais, como forma de bem-estar socioeconômico, passa a não se enxergar mais como integrante da grande teia da vida. Não se percebe mais como integrante natural dessa realidade. O trabalho cooperativo contribui para resgatar essa questão, pois o coletivo sempre prevalece sobre o individual.

O trabalho exerce papel impar na vida do ser humano, não só porque é através dele que o homem se sustenta e a sua família, mas também pelo fato de que é através dele que as relações socioambientais se consolidam, mantendo uma sociedade dinâmica e em busca de um mundo melhor para essa e para as futuras gerações. No entanto, frisamos que o trabalho é reflexo da formação desse ser humano e, portanto, interferir nela é fundamental para a transformação do homem e do seu convívio societário. Nesse particular, a educação exerce função norteadora.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, A. G. M.; REIS, I, C. Informar para educar: o papel das bibliotecas públicas no processo de democratização do acesso à informação ambiental. XVII Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação – EREBD – **Abordagens Contemporâneas na Sociedade da Informação: tecnologia, Sociedade e Cultura** – UFC, p. 1-11, 2014.

ALMEIDA, J. Desenvolvimento ecologicamente auto-sustentável: conceitos, princípios e implicações. In: DALLAZEN, C. L.; SANTOS, J. C. Meio ambiente: O planeta pede socorro. **Em Revista**, v. 7, n. 13, p. 107-125, 2007.

BARROS, R. P; CAMARGO, J. M; MENDONÇA, R. A estrutura do desemprego no Brasil. Texto para discussão. **IPEA**, n. 478, p. 01-31, 1997.

BENEVIDES, M. V. M. Educação para a democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 38, p. 1- 8, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. In: MACHADO, M. M.; A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. **Em aberto**, Brasília, n. 82, p. 17-39, 2009.

_____. Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias/Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, v. 2, 2007.

_____. Presidência da República, Ministério do Trabalho e Emprego, 2008. O que é o FGTS? Lei nº. 5.107, de 1966. Disponível em: www.mte.gov.br/fgts/oquee.asp. Acesso em: 15 jul. 2014.

BRASILCOOPERATIVO. Sistema OCB/Sescoop-RJ. Disponível em: <www.brasilcooperativo.coop.br> Acesso em 18 jul. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, LDA, 1977, 229 p.

BOFF, L. **Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, 319 p.

BRANDÃO, C.R. **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CISE, P. O marxismo e o “desenvolvimento sustentável”. In: LAMBERT, P. O ecologismo contra a ecologia. São Paulo: A Verdade, **Revista teórica da quarta internacional**, 2008. P. 23-45.

COSTA, D. V.; TEODÓSIO, A. S.S.; Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: Um estudo sobre a (des) articulação da comunicação de organizações da

sociedade civil, do estado e das empresas. **RAM, VER. ADM. MACKENZIE**, v. 12, n. 3, p. 114-145, 2011.

CUNHA, Conceição Maria da. Introdução – discutindo conceitos básicos. In: **SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos**. Brasília, 1999.

CURY, C. R. J. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. **Educação em Revista**, n. 48, p. 205-222, 2008.

CRÚZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma Cooperativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, 156 p.

DALLAZEN, C. L.; SANTOS, J. C. Meio ambiente: O planeta pede socorro. **Em revista**, v. 17, n. 13, p. 107-125, 2007.

DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988, 176 p.

FONTANELLA, B. J. B.; CAMPOS, C. J. G.; TURATO, E. R. Coleta de dados na pesquisa clínico-qualitativa: uso de entrevistas não-dirigidas de questões abertas por profissionais de saúde. **Rev Latino-am Enfermagem**, n. 14, p. 01-10, 2006.

FOSTER, J. B. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. In: LOUREIRO, C. F. B. **Materialismo histórico-dialético e a pesquisa em educação ambiental. Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 9, n. 1, p. 53-68, 2014.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992, 336 p.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, 52 p.

_____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1993, 53 p.

_____. **Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, 224 p.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 29ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 158.

FREITAS, K. B. **Estabelecendo relações entre conteúdos disciplinares por meio da elaboração de mapas conceituais explorando o tema “Química do amor”**. São Paulo: USP, 2009. 98 p. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação Interunidades da Universidade de São Paulo em Ensino de Ciências, 2009. FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, vol. 24, n. 82, 2003, p. 93-130.

FROELICH, G. M. As matrizes ideológicas do II PND (1975-1979). **PESQUISA & DEBATE**, v. 18, p. 1-26, 2007.

FURQUIM, M. C. A. **A cooperativa como alternativa de trabalho**. São Paulo: LTr Editora, 2001, 157 p.

GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.) **Educação comunitária e economia popular**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005, 120 p.

_____. Pedagogia da Terra e Cultura de Sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**, v. 6, p. 15-29, 2005.

_____. **MOVA, por um Brasil Alfabetizado**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008, 120 p.

GAYGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, v. 9, p. 181-211, 2003.

GÖRAN, T. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias**, ano 3, nº 6, p. 122-169, 2001.

GRAMSCI, A. Concepção dialética da História. In: LOUREIRO, C. F. B. **Educação e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária**. São Paulo: Cortez, 2011. P. 73-103.

GUIMARÃES, M. Armadilha paradigmática na educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B. et al. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2011. P. 15-29.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108-194, 2000.

HARTMANN, A. M.; ZIMMERMANN, E.; O trabalho interdisciplinar no Ensino Médio: A reaproximação das “Duas Culturas”. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, vo. 7, p. 01-16, 2007.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**; tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011, 233 p.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 46. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

INFOMONEY, E. A história da Black Monday, o maior tombo da história das bolsas. Disponível em: www.infomoney.com.br/mercados/noticia Acesso em 31 jan. 2014.

JACOB, C.,L. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **RBCS**, n. 56, p.45-62, 2004.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p.189-205, 2003.

_____. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, v. 31, p. 233-250, 2005.

KELLER, P. F. Trabalho artesanal e cooperado: realidades, mudanças e desafios. **Sociedade e Cultura**, v. 14, p. 29-40, 2011.

KELLNER, D. A cultura da mídia e o TRIUNFO DO ESPETÁCULO. **LÍBERO**, vol. 6, n. 11, p. 4-15, 2004.

KONDER, L. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

KOPNIN, P.V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAYRARGUES, P.P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, C.F.B. et al. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2011. P. 72-103.

_____. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, p.398-421, 2012.

LEAL, C. E. A era das organizações sustentáveis. **Revista Eletrônica Novo Enfoque**, p. 1-12, 2009.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LENZI, C. L. Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade. In: NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 76, p. 51-64, 2012.

LEROY, J.P; PACHECO, T. Dilemas de uma educação em tempo de crise. In: LOUREIRO, C.F.B. et al. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2011. P. 30-71.

LIMA, G. F. C.; Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, v. 35, n. 1, p. 145-163, 2009.

_____. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. "**Política & Trabalho**", n. 13, p. 201-222, PPGS/UFPB, 1997.

LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **RBCS**, vol. 19, n. 56, p. 45-62, 2004.

LOUREIRO, C. F. B.; Complexidade e dialética: Contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educ. Soc.**, n. 94, p. 131-152, 2006.

_____. Educação Ambiental Crítica: contribuições e desafios. **MEC/MMA. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**, p. 01-24, 2007.

_____. Materialismo histórico-dialético e a pesquisa em educação ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 9, p. 53-68, 2014.

_____; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trab. Educ. Saúde**, v. 11, p.53-71, 2013.

_____; VIÉGAS, A. Diálogos entre a tradição dialética marxiana e a complexidade em Morin: contribuições para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; VIÉGAS, A. Algumas considerações sobre as influências do marxismo na teoria da complexidade de Edgar Morin: aportes para a pesquisa em educação ambiental. **Ambiente & Educação**, v. 17, n. 2, p.13-24, 2012.

_____ Sustentabilidade e Educação, um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012, 128 p.

_____. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 7, n. 14, p. 398-421, 2012.

_____; TREIN, E.; TOZONI-REIS, M. F. C.; NOVICKI, V. Contribuições da Teoria Marxista a Educação Ambiental Crítica. **Cad. Cades**, Campinas, vol. 29, p. 81-97, 2009.

_____ Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. **Educação Ambiental, repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 73-103.

_____; VIÉGAS, A.; Algumas Considerações Sobre as Influências do Marxismo na Teoria da Complexidade de Edgar Morin: Aporte para a Pesquisa em Educação Ambiental. **Ambiente & Educação**, v. 17, n. 02, p.13-24, 2012.

_____, et al. **Repensar a Educação Ambiental – um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009, 206 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo, EPU. 99, 1986.

MACIEL, K. F. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, v. 2, p. 326-344, 2011.

MAYER, M. Educación Ambiental: de la acción a la investigación. **Enseñanza de las Ciencias**, v. 16, n. 2, jun. 1998.

MARTINHO, L. R.; TALAMONI, J. Representações sobre meio ambiente de alunos da quarta série do Ensino Fundamental. **Ciência & educação**, v. 13. N. 1, p. 1-13, 2007.

MARTINS, S, P. **Cooperativas de Trabalho**. São Paulo: Editora Atlas, 2003, 146 p.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. Manuscritos econômicos – filosóficos. In: PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Botucatu: Interface**, 1997. P. 83-94.

_____. El capital. Tomo III. FOLADORI, G. In: Marxismo e meio ambiente. **Revista de Ciências Humanas**, n. 25, p. 82-92, 1999.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. In: LOUREIRO, C. F. B. et al. Contribuição da teoria marxista para a educação ambiental crítica. **Cad. Cedes**, vol. 29, p. 81-97, 2009.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. In: TREIN, E. S.; A educação ambiental crítica: Crítica de que? **Revista Contemporânea de Educação**, 2012, nº 14, p. 304-318.

_____; ENGELS. A ideologia alemã. In: LOUREIRO, C. F. B. et al. Contribuição da teoria marxista para a educação ambiental crítica. **Cad. Cedes**, vol. 29, p. 81-97, 2009.

_____. O capital: crítica da economia política. In: SILVA, M. O macaco e o trabalho. **Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar**, n. 14, p. 1-8, 2009.

_____. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: PEREIRA, M. O. R. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM PESCADORES ARTESANAIS: um convite à participação. **Práxis Educativa**, v. 3, n. 1, p. 73-80, 2008.

MATURANA, H.; VERDEN-ZÖLLER, G. **Amar é brincar – fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

MATOS, M. A.; NINAUT, E. S. Panorama do cooperativismo no Brasil: Censo, exportações e faturamento – **Infotec**, nº. 13, p.1-24, 2008.

MAUAD, M. J. L. **Cooperativas de Trabalho: sua relação com o Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1999, 140p.

MÉSZÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no Século XXI. In: TREIN, E. S. A educação ambiental crítica: crítica de que? **Revista Contemporânea de Educação**, n. 14, p. 304-318, 2012.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORATO, A. F; COSTA, A. Avaliação e Estratégia na Formação Educacional Cooperativista. In: MATOS, M. A. Informativo Técnico – **INFOTEC Nº 13**. Brasília, 2008, p. 1-29.

MOREIRA, M, A. Pesquisa em ensino: aspectos metodológicos. Texto de apoio 19. UFRS, p. 01-38, 2003.

MOREIRA, V, M, L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Rev. Brás. Hist.**, vol. 18, n. 35, p. 01-15, 1998.

MOREIRA, A. F; FERREIRA, L. A. G. Abordagem Temática e Contextos de Vida em uma Prática Educativa em Ciências e Biologia na EJA. **Ciências & Educação**, v. 17, p. 603-624, 2011.

MORIN, E. Versl'abîme? In: NASCIMENTO, E, P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

MOSCOVICI, S. La psychanalyse: son image et son public. In: SOBRINHO, M, D. Universidade Tecnológica ou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia? Brasília – portal.mec.gov.br, 2007. p. 01-09.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, DF, 2006. Disponível em: www.portal.mte.gov.br. Acesso em: 24 de jul. 2014

NASCIMENTO, E, P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NÉSPOLI, J. H. S. Paulo Freire e Educação Popular no Brasil contemporâneo: Programa MOVA-SP (1989-1992). **Rev. Ed. Popular**, v. 12, n. 1, p.31-40, 2013.

NOAL, F. O. Complexidade e responsabilidade – Ciência, ética, ecologia e futuro na perspectiva de Hans Jonas. In: BAGGIO, A.; BARCELOS, V. Educação ambiental e complexidade – entre pensamentos e ações. Santa Cruz do Sul, RS: **EDUNISC**, 2008, p. 44-71.

NOVELLI, P.G.A., PIRES, M.F.C. **A dialética na sala de aula**. Botucatu: UNESP: UNESP, 1996.

OCB. O que muda com a Lei nº. 12.690/2012. Brasília, DF, 2012. 26 p. Disponível em: www.brasilcooperativo.coop.br. Acesso em: 02 de jun. 2014.

_____/SESCOOP-RJ. O que o Sistema OCB/Sescoop-RJ pode fazer por você. Disponível em: www.sescooprj.coop.br. Acesso em: 23 jul. 2014.

OHLWEILER, O.A. **Materialismo histórico e crise contemporânea**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PACKARD, V. Estratégia do desperdício. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, S. R. **Repensar a Educação Ambiental - um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 33-79.

PAIVA, V. P. Educação popular e educação de adultos. In: HADDAD, S. & DI PIERRO. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108-194, 2000.

_____, (1982). MOBREAL: um desacerto autoritário I, II e III. In: HADDAD, S. & DI PIERRO. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108-194, 2000.

_____(Org.) Perspectivas e dilemas da educação popular. In: MACIEL, K. F. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, v. 2, n. 2, p. 326-344, 2011.

PARASURAMAN, A. Marketing research. In: CHAGAS, A. T. R. O questionário na pesquisa científica. Disponível em: www.ucbweb2.castelobranco.br. Acesso em 08 ago. 2014

PERALTA, J. E.; RUIZ, J. R. Educação popular ambiental. Para uma pedagogia da apropriação do ambiente. In: LEFF, E. et al. **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 241-281.

PEREIRA, M. I. Cooperativas de Trabalho – O impacto no setor de serviços. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003, 78 p.

PIRES, M. F. C. **O materialismo histórico-dialético e a educação**. Texto apresentado na mesa-redonda Paradigmas de Interpretação da Realidade e Projetos Pedagógicos, organizada pelas disciplinas de Pedagogia Médica e Didática Especial dos Cursos de Pós-graduação da Faculdade de Medicina da UNESP, p. 83-94, 1997.

PONTUAL, P. C. Contribuições de Paulo Freire e da educação popular à construção do sistema educacional brasileiro. **Revista e-curriculum**, v. 7, n. 3, p. 1-11, 2011.

PORTAL DO COOPERATIVISMO POPULAR. **Como formar uma cooperativa popular**. Disponível em: www.cooperativismo_popular.ufrj.br/como_forma.php> Acesso em 25 nov. 2014.

RAMOS, E. S. et al. **Análise da Prática em Educação Ambiental de Professores de Química**. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, PR, 2009, 165 p.

RESOURCES, W. A report by the World Resources Institute and the International Institute for Environment and Development , 1986, p. 47 e 142. Disponível em: www.wri.org/publication/world-resources-1986. Acesso em 20 fev. 2014.

RUMMERT, M., S.; VENTURA, J. P. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re) construção da subalternidade – considerações

sobre os Programas Brasil- Alfabetização e Fazendo Escola. **Educar**, n. 29, p. 29-45, 2007.

SÁ, A. K. G.; PEREIRA, C. A.; MOURA, R. C. G. Relação Entre a Teoria e a Prática da Educação Ambiental na EJA do SESC – Petrolina/PE. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, n.1, p. 69-80, 2012.

SACHS, I.; LOPES, C.; DOWBOR, L. Crises e oportunidades em tempos de mudança. **Economia Global e Gestão**. 2010, vol.15, n.1, pp. 133-154.

SAPOVICIS, R. T.; SOUZA, M. T. S. Gestão social e democrática em cooperativas de trabalho: um estudo de caso na Cooperdata Processamento de Dados. **Cadernos de Pós-Graduação**. v. 3, p. 13-32, 2004.

SCHEEFFER, F. Desenvolvimento sustentável e modernidade. In: COUTO, E, P.; SILVA, F. O. Desenvolvimento “(in) sustentável”. **Enciclopédia Biosfera**, v. 10, n. 18, p. 41-54, 2014.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. Repensar a Educação Ambiental - um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009. p. 33-79.

SANTOS, N. L. Cooperativa de Trabalho. Estudos da Possibilidade de Construção dos seus Serviços por OSCIP. Salvador, BA, 2004. 07 p. Disponível em www.nildoestadolive.blogspot.com.br. Acesso em: 02 de junho de 2014.

_____, A. Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 71-83, 2008.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M; CARVALHO, I. C. M; **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. P.17-44.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 35. ed. Campinas: Autores associados, 1997.

_____. **A pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005 .

SILVA, J. L.; BONAMINO, A. M. C; RIBEIRO, V. M. Escolas Eficazes na Educação de Jovens e Adultos: Estudo de Casos na Rede Municipal do Rio de Janeiro. **Educação em Revista**, n. 02, p. 367-392, 2012.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações rurais e agroindustriais**. Porto Alegre: v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, R. C.S, Educação de jovens e adultos no Brasil: uma análise histórico-crítica. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, v.5, p.1-15, 2006.

SOARES, S.; CARVALHO, L.; KIPNIS, B. Os jovens adultos de 18 a 25 anos: retrato de uma dívida da política educacional. **Texto Para Discussão**, nº 954, p. 01-31, 2003.

SORRENTINO, M.; MENDONÇA, R. T. P.; JUNIOR, L. A. F. Educação ambiental como Política Pública. **Educação e Pesquisa**, n. 2, p. 285-299, 2005.

SOUSA, D. N.; Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Rev. Katál**, v. 11, p. 53-60, 2008.

_____, J. F. V. Cidadania, meio ambiente e ética: a construção de um novo paradigma para a relação homem-natureza. In: SCHIMANSKI; BRONOSKY. **Meio ambiente, crise e cidadania – tensões e articulações no debate ecológico**. Paraná: Toda palavra, 2011. p.13-72.

SOUZA, L. V.; SANTOS, M. A. Grupo Terapêutico Para Jovens Com Fobia Social. **Rev. Bras. Crescimento Desenvolvimento Hum**, v. 19, p. 269-280, 2009.

TARDIF, M; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **PERSPECTIVA**, v. 26, n. 1, p. 69-94, 2008.

TOZONI-REIS, M. F. C. Temas ambientais como “temas geradores”: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Educar**, Curitiba, n. 27, p. 96-110, 2006.

TREIN, E. S. A educação ambiental crítica: Crítica de que? **Revista Contemporânea de Educação**, n. 14, p. 304-318, 2012.

UNISOLBRASIL. Qual é a estrutura organizacional de uma Cooperativa? Disponível em:<www.unisolbrasil.org.br> Acesso em: 30 mai. 2014.

VARGAS, P. G; GOMES, M. F. C. Aprendizagem e desenvolvimento de jovens e adultos: novas práticas sociais, novos sentidos. **Educ. Pesqui.**,n. 2, p. 449-463, 2013.

APÊNDICE A: 1º questionário

1. Qual o seu sexo?

() Masculino () Feminino

2. Qual a sua idade?

3. O (A) senhor (a) conhece ou já ouviu falar sobre artesanato?

() Sim () Não

4. O (A) senhor (a) já produziu algum tipo de artesanato?

() Sim () Não

5. O (A) senhor (a) possui parente (s) ou conhecido (s) que tenha (m) alguma habilidade para trabalhar (em) em artesanato?

() Sim () Não

6. O (A) senhor (a) acredita que o artesanato possa ser utilizado como forma de sustento para o trabalhador ou como complemento de sua renda?

() Sim () Não

7. Para o (a) senhor (a), o meio ambiente poderia ser beneficiado de alguma forma com o desenvolvimento de atividades artesanais?

() Sim () Não

8. O (A) senhor (a) acredita que a escola possa ajudá-lo a melhorar de vida?

() Sim () Não

9. O (A) senhor (a) acredita que caso os trabalhadores venham a se unir e a se organizar, a sua renda possa melhorar?

() Sim () Não

10. O (A) senhor (a) já ouviu falar em cooperativa de trabalho?

() Sim () Não

11. O (A) senhor (a) sabe a serventia de uma cooperativa de trabalho?

() Sim () Não

12. O (A) senhor (a) teria interesse em conhecer como funciona uma cooperativa de trabalho e como ela poderia contribuir para a melhoria da renda de um trabalhador?

() Sim () Não

13. A Prefeitura Municipal de Angra dos Reis incentiva as comunidades a desenvolverem atividades de trabalho de forma organizada e coletiva. Caso haja oportunidade, o (a) senhor (a) se interessaria em trabalhar numa cooperativa de trabalho?

() Sim () Não

APÊNDICE B: Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – CoEPS/UniFOA

1- Identificação do responsável pela execução da pesquisa:

Título do Projeto: Educação Ambiental Crítica: Ensino Por Meio de Cooperativas
Coordenador do Projeto: Ivan Ronaldo de Almeida Pessanha
Telefones de contato do Coordenador do Projeto: (24) 99815-7524
Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa: Avenida Paulo Erlei A. Abrantes, 1325 – CEP 27240-560 – Volta Redonda – RJ.

2- Informações ao participante ou responsável:

(a) Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que tem como objetivo desenvolver estratégias na área de educação envolvendo atividades integradas sobre meio ambiente, com ênfase na modalidade EJA, as quais possibilitem a geração de um manual, o qual venha orientar sobre a importância da criação de uma cooperativa de trabalho.

(b) Antes de aceitar participar da pesquisa, leia atentamente as explicações abaixo, que informam sobre os procedimentos:

- Você está sendo convidado (a) a responder um questionário, cujo objetivo é colher informações básicas a respeito de seus conhecimentos sobre atividades de trabalho em cooperativas e questões ambientais. Este questionário é composto por uma pergunta aberta e doze perguntas fechadas.

(c) Você poderá se recusar a participar da pesquisa e poderá abandonar o procedimento a qualquer momento, sem nenhuma penalização ou prejuízo. Durante o procedimento (questionário), você poderá se recusar a responder a qualquer pergunta que porventura lhe causar algum constrangimento.

(d) A sua participação como voluntário não auferirá nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza, podendo se retirar do projeto em qualquer momento sem prejuízo a V.Sa.

(e) A sua participação não envolverá nenhum tipo de risco.

(f) Serão garantidos o sigilo e privacidade, sendo reservado ao participante o direito de omissão de sua identificação ou de dados que possam comprometer-lo.

(g) Na apresentação dos resultados não serão citados os nomes dos participantes.

(h) Confirmando ter conhecimento do conteúdo deste termo. A minha assinatura abaixo indica que concordo em participar desta pesquisa e por isso dou meu consentimento.

Angra dos Reis, _____ de _____ de 20____.

Participante: _____

APÊNDICE C: 2º questionário

1. O (A) senhor (a) acredita que a criação de uma cooperativa de trabalho seja algo difícil?

() Sim () Não

2. O (A) senhor (a) tem ideia do que seja necessário para a criação de uma cooperativa de trabalho?

() Sim () Não

3. O (A) senhor (a) conhece algum manual ou material semelhante capaz de orientar a criação de uma cooperativa de trabalho, de forma facilitada?

() Sim () Não

4. Caso o (a) senhor (a) tenha a oportunidade de conhecer um manual que contenha informações práticas sobre a criação de uma cooperativa de trabalho, isso lhe interessaria?

() Sim () Não

APÊNDICE D: 3º questionário

1. O (A) senhor (a) gostou do conteúdo do manual?

() Sim () Não

2. O que o senhor (a) achou das instruções contidas no manual?

() entendimento fácil () entendimento regular () entendimento difícil

3. O (A) senhor (a) acredita que após conhecer as instruções contidas no manual ficou mais fácil entender como criar uma cooperativa de trabalho?

() Sim () Não

4. O (A) senhor (a) acredita que esse manual possa contribuir para que uma pessoa interessada tenha condições de criar uma cooperativa de trabalho?

() Sim () Não

5. O (A) senhor (a) acha que faltou alguma informação no manual?

() Sim () Não

Se sim, qual informação?

6. No espaço abaixo, o (a) senhor (a) pode fazer a sua sugestão de melhoria desse manual.

APENDICE E: Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – CoEPS/UniFOA

1- Identificação do responsável pela execução da pesquisa:

Título do Projeto: A importância de um manual como instrumento facilitador para a criação de uma cooperativa de trabalho
Coordenador do Projeto: Ivan Ronaldo de Almeida Pessanha
Telefones de contato do Coordenador do Projeto: (24) 99815-7524
Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa: Avenida Paulo Erlei A. Abrantes, 1325 – CEP 27240-560 – Volta Redonda-RJ.

2- Informações ao participante ou responsável:

(a) Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que tem com o objetivo desenvolver estratégias na área de educação envolvendo atividades integradas sobre meio ambiente, com ênfase na modalidade EJA e trabalho, as quais possibilitem verificar a aplicabilidade de um manual, o qual venha orientar e facilitar a criação de uma cooperativa de trabalho.

(b) Antes de aceitar participar da pesquisa, leia atentamente as explicações abaixo, que informam sobre os procedimentos:

- Você está sendo convidado (a) a responder dois questionários, cujo objetivo é colher informações a respeito de um manual como instrumento de auxílio na criação de uma cooperativa de trabalho. O primeiro questionário é composto por quatro questões fechadas;
- Após responder o primeiro questionário ocorrerá uma palestra, onde serão mostrados os passos mais importantes para se criar uma cooperativa de trabalho;
- Posteriormente a palestra ocorrerá a aplicação de um segundo questionário, contendo quatro questões fechadas e duas abertas, com a intenção de se averiguar a validação prática do referido manual.

(c) Você poderá se recusar a participar da pesquisa e poderá abandonar o procedimento a qualquer momento, sem nenhuma penalização ou prejuízo. Durante o procedimento (questionário), você poderá se recusar a responder a qualquer pergunta que por ventura lhe causar algum constrangimento.

(d) A sua participação como voluntário não auferirá nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza, podendo se retirar do projeto em qualquer momento sem prejuízo a V.Sa.

(e) A sua participação não envolverá nenhum tipo de risco.

(f) Serão garantidos o sigilo e privacidade, sendo reservado ao participante o direito de

omissão de sua identificação ou de dados que possam comprometê-lo.

(g) Na apresentação dos resultados não serão citados os nomes dos participantes.

(h) Confirmando ter conhecimento do conteúdo deste termo. A minha assinatura abaixo indica que concordo em participar desta pesquisa e por isso dou meu consentimento.

Angra dos Reis, _____ de _____ de 20____.

Participante: _____

APÊNDICE F: Roteiro da Palestra

1º momento - Apresentação do manual aos alunos: 5 minutos;

2º momento - Vantagens de uma cooperativa: 5 minutos;

**3º momento - Os passos para quem deseja criar uma cooperativa:
70 minutos;**

4º momento - Incentivo motivacional para os alunos: 5 minutos;

**5º momento - Informações de endereços úteis aos interessados em
criarem uma cooperativa.**

ANEXO 1: Aprovação do Comitê de Ética (Primeira Etapa)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação Ambiental Crítica: Ensino Por Meio de Cooperativas

Pesquisador: Ivan Ronaldo de Almeida Pessanha

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 31273014.3.0000.5237

Instituição Proponente: FUNDACAO OSWALDO ARANHA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 674.320

Data da Relatoria: 03/06/2014

Apresentação do Projeto:

Segundo o autor, o projeto propõe o desenvolvimento de estratégias conjuntas entre professores, fomentando assim a conservação ambiental junto aos alunos, o que somará esforços para a promoção socioambiental dos envolvidos. Assim, desenvolver-se-á um manual que poderá contribuir para a criação de uma cooperativa de trabalho. Com o objetivo de investigar a concepção dos alunos sobre educação ambiental e subsequente elaboração do referido manual, a presente investigação será do tipo qualitativa. A pesquisa envolverá cem alunos, onde serão analisados alguns conhecimentos dos mesmos sobre questões relacionadas ao meio ambiente e as cooperativas de trabalho. Como o município de Angra dos Reis apresenta uma sazonalidade de oferta de empregos, dependendo muito do verão para sua dinâmica econômica, espera-se como resultado desse estudo a criação de uma modalidade alternativa de trabalho em relação às formas trabalhistas (sic) convencionais.

Objetivo da Pesquisa:

Segundo o autor, o objetivo de se entrar com este projeto no comitê de ética é o levantamento prévio do conhecimento dos alunos da EJA acerca das temáticas envolvendo meio ambiente e cooperativa. O Objetivo Secundário é, a partir dos dados coletados, confeccionar um manual sobre a importância de se organizar uma cooperativa de trabalho, que

Endereço: Avenida Paulo Erlei Alves Abrantes, nº 1325
Bairro: Prédio 01 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** coeps@foa.org.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
VOLTA REDONDA -
UNIFOA/FUNDAÇÃO



Continuação do Parecer: 674.315

será o produto de uma dissertação de mestrado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo o autor, "o projeto não envolve riscos físicos, uma vez que os dados serão coletados com uso de questionário."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não foram identificadas restrições de cunho ético para o desenvolvimento da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram procedidas as devidas alterações, apontadas em parecer anterior.

Recomendações:

Uma vez que foram efetuadas as devidas alterações, recomendo a aprovação do projeto, já que o mesmo não apresenta implicações éticas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Situação do Parecer:

Aprovado


Necessita Avaliação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Sem outras considerações.

VOLTA REDONDA, 04 de Junho de 2014


Assinado por:
Vitor Barletta Machado
(Coordenador)

Endereço: Avenida Paulo Erlei Alves Abrantes, nº 1325

Bairro: Prédio 01 - Bairro Três Poços CEP: 27.240-560

UF: RJ Município: VOLTA REDONDA

Telefone: (24)3340-8400

Fax: (24)3340-8404

E-mail: coeps@foa.org.br

ANEXO 2: Aprovação do Comitê de Ética (Segunda Etapa)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A importância de um manual como instrumento facilitador para a criação de uma cooperativa de trabalho

Pesquisador: Ivan Ronaldo de Almeida Pessanha

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 36527514.6.0000.5237

Instituição Proponente: FUNDACAO OSWALDO ARANHA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 826.822

Data da Relatoria: 07/10/2014

Apresentação do Projeto:

O presente trabalho procura focar a importância da criação de uma cooperativa de trabalho para um grupo de alunos pertencentes a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Objetivo da Pesquisa:

Pretende-se aplicar dois questionários simples e objetivos em uma escola pública de Angra dos Reis. O primeiro questionário será aplicado antes de uma palestra sobre o que é, a sua importância e quais os principais passos para se criar uma cooperativa de trabalho. O segundo questionário será aplicado após a palestra, que utilizará um manual sobre essa temática como material didático. A coleta de dados visa auxiliar na melhoria e finalização do manual, cuja função é orientar os alunos sobre a importância de uma cooperativa de trabalho e os principais passos para a sua criação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O benefício está relacionado à capacitação dos envolvidos e no fomento a mecanismos de geração de renda. Os riscos são desprezíveis.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está relacionada ao Mestrado em Educação e, portanto, fundamental ao desenvolvimento do processo que conduz à dissertação para obtenção da titulação do

Endereço: Avenida Paulo Erlei Alves Abrantes, nº 1325
Bairro: Prédio 01 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** coeps@foa.org.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
VOLTA REDONDA -
UNIFOA/FUNDAÇÃO



Continuação do Parecer: 826.621

pesquisador.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Atendido.

Recomendações:

Nada a recomendar além da aprovação, sem restrições.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem restrições.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VOLTA REDONDA, 09 de Outubro de 2014

Assinado por:
Vitor Barletta Machado
(Coordenador)

Endereço: Avenida Paulo Erlei Alves Abrantes, nº 1325
Bairro: Prédio 01 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** coeps@foa.org.br